



# CIÊNCIAS HUMANAS

REVISTA PIBIC 2021



## **CIÊNCIAS HUMANAS**

### **HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL**

#### **A SENHORIALIZAÇÃO DA IGREJA NA ALTA IDADE MÉDIA IBÉRICA- SÉCULOS IV/VIII**

**PAULO HENRIQUE ENNES DE MIRANDA ETO**

**MÁRIO JORGE DA MOTTA BASTOS**

### **INTRODUÇÃO**

A pesquisa desenvolvida teve como principal proposição e eixo de análise a inserção da Igreja no contexto da sociedade do período, ou seja, compreender seus níveis de inserção no mundo social já que a mesma não é foi uma instituição hermética ou alheia à realidade envolvente. Assim, dialeticamente, nossos estudos consideraram como a Igreja foi se estruturando com base nas mesmas relações que se afirmavam na sociedade de então, com suas hierarquias, divisões, relação de poder e conflitos que caracterizaram o período. A proposição em vigência se concebe em compreender a participação ativa da Igreja nos conflitos, nos quadros hierárquicos, nos laços de subordinação, nas alianças aristocráticas e, por suposto, nos fluxos históricos estruturantes do período.

Analisamos ao longo da pesquisa, 9 atas de concílios realizados na Península Ibérica durante a Alta Idade Média, desde o Concílio de Elvira, realizado entre os anos de 300- 306, até o II Concílio de Braga, datado de 572. Ao percorrer tais documentações, observou-se nos cânones conciliares, a presença sistemática de

temas voltados às demandas conjunturais e relacionadas ao próprio contexto “secular”, nessa guisa, percebemos os níveis de articulação entre as aristocracias da Igreja. Nessa realidade política, religiosa e econômica “incrustadas”, questões como a submissão do corpo clerical ou o corpo de fiéis a seu respectivo bispo, a punição e manumissão de escravos, a punição de excomunhão de clérigos ou fiéis transgressores, as exigências de permanência de colonos no patrimônio de origem, a supressão de liberdades de deslocamento de um domínio para o outro, o rigorismo da vida eclesial, a luta contra as heresias etc. foram temas recorrentes ao longo deste corpus documental.

Nesse contexto, utilizamos da elaboração de fichas de pesquisa para erigir cânones versados em cada um dos Concílios (Elvira, Saragoça, Toledo, 2º de Toledo, Valência, Braga, 2ºde Braga), de modo a pormenorizar o contexto ao qual as atas conciliares se inseriam, nesse sentido, elencamos os clérigos presentes em cada ata conciliar, o que as letras dessas atas demandavam e igualmente as respectivas datas, locais, nomes dos concílios e os números dos Livros em que esses se

encontram registrados. Visando ao aprofundamento temático, boa parte das atividades concentrou-se na leitura e no fichamento da bibliografia geral, essas obras integram o acervo pessoal do orientador e o de várias bibliotecas do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que, na busca de obras que dizem respeito ao tema da pesquisa, com isso, foi feito um levantamento bibliográfico em quatro bibliotecas: Biblioteca Central do Gragoatá (UFF), Biblioteca de Pós-graduação em História, Antropologia e Ciência Política (UFF), Real Gabinete Português de Leitura e Biblioteca Nacional, além disso, também se deveu uma grande importância aos acervos disponíveis em modo digital.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao largo dos nossos estudos, em um mesmo denodo buscamos compreender as relações que se constituíram no interior da *família ecclesiae*, ou seja, da célula familiar artificial e extremamente verticalizada que, constituída em cada sé episcopal, submetia ao respectivo bispo por vínculos pessoais de dependência todos os membros que integram o clero local, aí inclusos os camponeses dependentes do patrimônio fundiário eclesiástico.

Em suma, ao longo da pesquisa e do contato sistemático com as fontes, se fizeram perceptíveis os conflitos e contradições dentro da própria instituição eclesial, cismas, clivagens e também movimentos de reação reparadora. Também é possível observar que as relações horizontais entre a aristocracia

laica e eclesiástica eram indissociáveis, a monarquia visigótica e a igreja romana agiam mutuamente na administração de seus patrimônios e outrossim, exerciam a dominação de forma idêntica sobre a classe servil.

A partir dos resultados obtidos com a pesquisa, as hipóteses formuladas em sua síntese foram então confirmadas, ou seja:

Após verificarmos o papel de atuação da Eclésia romana na referida realidade a partir do que é demandado nos Concílios de bispos. Compreendemos que o comportamento de dominação entre os aristocratas leigos e os eclesiásticos nesse contexto eram indistintos no exercício da dominação, seus patrimônios se confundiam e ambos reproduziam a mesma lógica de senhoriação sobre a classe servil. Ou seja, ambos pertenciam a uma classe senhorial e corroboravam mutuamente na administração dos seus domínios.

## CONCLUSÃO

A partir dessa primeira hipótese confirmada, deriva-se a compreensão mais plena de que a Igreja estava plenamente inserida em seu contexto, impressa em conflitos internos e contradições, a mesma não era contemplada enquanto um ente passivo ou alheio do “mundo social”, pelo contrário, havia uma sistemática preocupação dessa com a gestão dos seus patrimônios, com as alianças horizontais junto a nobreza visigoda e de mesmo modo com a periódica subordinação de seus dependentes, sejam estes servos, escravos, fiéis ou

propriamente membros clero de hierarquia inferior.

### **AGRADECIMENTOS**

Concluindo, destaco que ao longo de minha pesquisa, a orientação, auxílio e presença do orientador foram fundamentais. Agradeço ao CNPq e ao PROPP/UFF pela oportunidade de realização da pesquisa.



**Grande área do conhecimento:** Ciências Humanas

**Título do Projeto:** A institucionalidade das políticas para as mulheres e a pandemia de covid19

**Autoras:** Paula Land Curi (Orientadora), Camile Macedo Gomes de Mattos, Camilla Cartágenes Pinto, Rita de Cassia Vieira Filippo, Thais Ferreira Rodrigues

**Departamento/ Unidade:** Instituto de Psicologia/ Departamento de Psicologia

## INTRODUÇÃO

Podemos afirmar que, desde 2016, temos presenciado uma série de retrocessos políticos, sociais e econômicos que impactam diretamente na vida das mulheres. A eles, em 2020, somaram-se ainda a pandemia de Covid-19 e a crise sanitária dela decorrente, que ao mesmo tempo em que recrudesceram as violências de gênero, também revelaram outra pandemia, ainda mais crônica, insidiosa, silenciosa, invisível e letal.

Atualmente, muito bem retratada em notícias que se espalham nas mídias e redes sociais, as violências de gênero contra a mulher vêm chamando muito atenção de organismos internacionais. Para eles, a situação da mulher piorou consideravelmente, expressando-se em números de registros de violências, que aumentaram substancialmente.

O distanciamento social imposto colocou as mulheres confinadas em suas casas – locais sabidamente muito perigosos para elas – com seus agressores, e dificultou, por conseguinte, os pedidos de ajuda, quer sejam eles endereçados a sua própria rede de afeto e apoio, quer aos dispositivos e serviços disponibilizados nos territórios.

Partindo do pressuposto que é dever do poder público, com ou sem pandemia em curso, garantir as suas mulheres o direito por uma vida livre de opressão, discriminação, violências e violações, objetivamos com esta pesquisa a produção de um relatório diagnóstico circunstanciado sobre o grau de institucionalidade das políticas municipais de enfrentamento às violências de gênero, exacerbadas pela pandemia, em Niterói, município o qual estamos inseridas.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Realizamos análise de documentos oficiais orientadores de políticas públicas para as mulheres para o enfrentamento às violências de gênero contra mulheres no município, a saber, leis, decretos, portarias e normas emitidos pelo poder executivo e legislativo de Niterói. Alguns documentos foram solicitados ao Portal da Transparência municipal.

Foram considerados, para fins de análise, outros documentos oficiais tais como orientações e normas técnicas ministeriais, oriundos da extinta SPM, documentos internacionais, que tratam das desigualdades de gênero e tiveram a participação do Brasil como Estado signatário, e estatísticas e estudos

produzidos pelos bancos de dados oficiais acerca das violências.

Uma vez realizada a revisão da legislação e análise de dados, foi adaptada e utilizada uma ferramenta criada para medir o grau de institucionalidade das políticas públicas desenvolvida por Paula Latgé (2016).

Analisamos seis dimensões das políticas públicas: Regulamentação; Orçamento; Gestão; Rede de Atendimento (antes da e durante a pandemia); Recursos Humanos; e, Controle Social.

Na dimensão da regulamentação, ficou evidente que, além da criação de um plano municipal e leis que regulamentem o funcionamento das políticas de enfrentamento, faz-se necessária a criação de instrumentos de regulamentação de fluxos da rede especializada.

Em relação às dimensões de orçamento e gestão, verificamos que o órgão gestor das políticas não tem autonomia financeira para planejar de gastos e implementar políticas. Ressalta-se também que há necessidade de maior detalhamento dos gastos públicos para facilitar a fiscalização das destinações orçamentárias.

Acerca dos recursos humanos e da rede de serviços, verificamos ausência de transparência de informações. Não foi possível analisar, através de documentos públicos, o quadro de funcionários da rede e os vínculos dos trabalhadores. Ademais, ainda que o município disponha de diversos equipamentos voltados para a atenção às situações de violência, a articulação entre eles é frágil e não

é fácil acessá-los, especialmente em tempos pandêmicos.

Acerca do controle social, a característica do município de possuir conselhos e conferências institucionalizados é de grande relevância. Porém, faz-se necessário investigar, seus modos de funcionamento para garantir que as demandas sociais sejam ouvidas nestes importantes espaços para políticas públicas direcionadas às mulheres.

## **CONCLUSÕES**

Niterói é uma cidade que caminha, atualmente, na contramão do nível federal. Segue “lutando” para que as políticas públicas para as mulheres sejam implementadas enquanto políticas de Estado.

A proposta de aferição do grau de institucionalidade vem ao encontro da necessidade de se reduzir o caráter de improvisado na gestão pública, sustentando uma articulação entre técnica e política, possibilitadora do refinamento e da efetivação de um projeto de governo que atenda às necessidades das mulheres durante a pandemia.

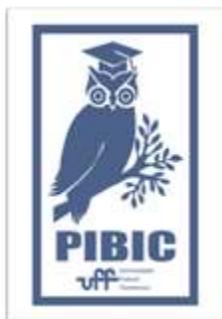
Os seis pontos analisados nos dão fortes evidências que, a despeito seus alguns pontos fortes, a exemplo da presença de diversos dispositivos, serviços, recursos e mesmo controle social, encontramos que há uma baixa institucionalidade nas políticas públicas de enfrentamento às violências contra as mulheres. As consequências deste quadro foram ainda exacerbadas pela pandemia de Covid-19, produzindo ainda mais Rotas Críticas.

## **REFERÊNCIAS**

LATGÉ, P. K. A institucionalidade como medida de gestão. (Dissertação em Saúde Coletiva). Universidade Federal Fluminense, 2016.

## **AGRADECIMENTOS**

Às mulheres que cotidianamente tecem redes de resistências e cuidados. A UFF, PROPPI e PROEX.





**Ciências Humanas**

**A Boa-Vizinhança na Revista da Semana**

**Carolina Machado dos Santos (Bolsista)**

**Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus (Orientadora)**

**Instituto de História / Laboratório de História Oral e**

**Imagem (LABHOI)**

## **INTRODUÇÃO:**

Essa apresentação se inscreve na última etapa de desenvolvimento do projeto “Itinerários da Fotografia Pública no Rio de Janeiro: arquivos, exposições e publicações” em que se analisou a relação entre fotografia, história e memória, dando ênfase no conceito de fotografia pública e na configuração do espaço público visual contemporâneo. O projeto insere-se na linha de pesquisa “Fotografia, Artes e Mídias” do LABHOI, que é voltada para a história da imagem, sob o conceito de cultura visual e o estudo da prática do olhar e da produção de sentidos na sociedade contemporânea por meio das mídias visuais e sonoras.

O estudo se inscreveu para além do reconhecimento, na análise da prática fotográfica enquanto construtora de uma narrativa histórica, no uso da fotografia pública no comprimento de função política. Na etapa atual, a pesquisa se concentra na análise da cultura visual desenvolvida no contexto da política da boa-vizinhança, tendo como objeto de investigação o semanário "Revista da Semana", sob o recorte dos anos 1939 a 1945. O objetivo foi examinar os aspectos políticos, culturais e econômicos que permearam a relação entre as 'repúblicas americanas', mais especificamente Brasil e Estados Unidos, durante o conflito e solidificação da solidariedade hemisférica.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Foram em média, analisados um total de 364 periódicos publicados semanalmente de 1939 a 1945. Eram selecionadas matérias onde se discutia questões culturais e políticas do Brasil que se desenvolviam no âmbito da política da Boa-Vizinhança, dessa forma, reportagens que destacavam a relação do Brasil com os Estados Unidos, nossa participação na Segunda Guerra – como por exemplo, quando o país assinou o acordo onde rompia suas relações diplomáticas com os países do Eixo em 1942 – e principalmente temas que envolviam ações artísticas que buscavam fortalecer as relações entre os países acima citados. Portanto, diversas foram as reportagens que destacavam por exemplo a participação do Brasil na Feira Mundial de Nova York, as produções de Walt Disney que citavam o Brasil

– sendo importante lembrar do personagem Zé Carioca que surgiu na época -, os filmes e apresentações de Carmem Miranda, exposições de artistas brasileiros, como Portinari, na terra do Tio Sam.

Também foi possível reconhecer os signos imagéticos que envolviam o então presidente do Brasil na época, Getúlio Vargas, e a relação do Estado Novo com a imprensa. Ao fim da guerra foi possível perceber a partir das matérias o afrouxo nas políticas do Estado Novo, com reportagens sobre diferentes partidos e candidatos, e poucas menções heroificadas do presidente. Outro ponto importante que fora reconhecido a partir dessas análises é que o público alvo dessa revista eram as classes médias e mais abastadas, foram poucas ou praticamente nulas as menções a cultura e as classes populares e pobres.

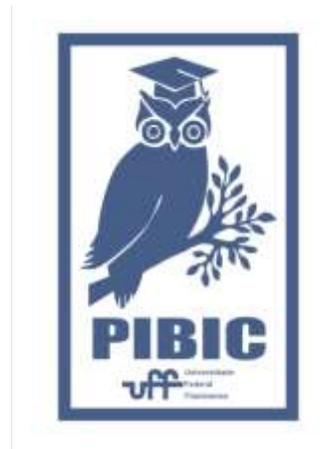
## CONCLUSÕES:

As atividades envolviam o trabalho com bibliografia especializada e a pesquisa com fontes visuais, dessa forma fora possível verificar que a fotografia possui uma historicidade que se inscreve na experiência social como uma prática social. Prática e experiência fotográficas devem ser estudadas como parte da experiência humana com imagens técnicas, considerando-se que certos acontecimentos, fenômenos e processos só

podem ser acessados porque foram fotografados.<sup>1</sup>

## AGRADECIMENTOS:

Agradeço à FAPERJ e ao PIBIC pelo financiamento. Ao LABHOI, em especial a Prof<sup>a</sup> Ana Maria Mauad, pela oportunidade de desenvolvimento intelectual e humano.



---

<sup>1</sup> MAUAD, Ana Maria. “Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica”. In: In: Revista Brasileira de História e Mídia, 2013, v. 2. n, 2.





**Grande área do conhecimento: Ciências Humanas**

**Título do Projeto: Dimensões sociais do processo criativo:  
lugares, hierarquias e diversidade da arte**

**Autora: Bruna Raposo Tavares**

**Departamento de Sociologia / Instituto de Ciências Humanas e  
Filosofia / NECTAR – Núcleo de Estudos Cidadania, Trabalho e**

**Arte**

### **INTRODUÇÃO:**

Com a aproximação da conclusão do meu curso em Ciências Sociais e pelo tema de pesquisa de minha monografia ter surgido deste projeto de iniciação científica financiado pelo CNPq, decidi em conjunto com a minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lígia Dabul, a convergência entre eles. Cabe ressaltar que fizemos uma adaptação e esta pesquisa se tratou de uma investigação preliminar da questão, pois entendemos que sua complexidade demandaria um projeto mais longo, o qual não se encaixaria na proposta de uma iniciação científica ou mesmo de um trabalho de conclusão de curso. A seguir, explico como orientamos o encontro entre os temas.

Continuamos a investigar lugares, hierarquias e diversidade na arte, mas agora buscando entender o processo de consagração de artistas contemporâneas oriundas de camadas marginalizadas na sociedade brasileira. A questão principal surgiu durante a leitura de um artigo de Nathalie Heinich (2016), no qual a autora apresenta como substância do que é a arte contemporânea a ideia de originalidade, de algo fora do comum e por

vezes bizarro. Além disso, Heinich situa tal ideia em meio a hierarquização que estrutura o mundo da arte contemporânea, definindo o que é da massa e o que é de elite, e comenta sobre quatro paradoxos que envolvem esta estruturação.

Como metodologias de pesquisa tivemos a análise de entrevistas realizadas por terceiros, agora com as artistas Rosana Paulino e Jota Mombaça, e refletimos sobre elas com base no método da história de vida e no argumento de Leonor Arfuch (2010) sobre entrevistas terem função de história de vida. Inclusive, outra questão de investigação o método de entrevistas com artistas para pesquisas em Sociologia da Arte. Ademais, lemos trabalhos da área que versavam sobre o processo de consagração de artistas e sobre as características do mundo da arte contemporânea; lemos diversas entrevistas dadas por Rosana Paulino e Jota Mombaça, seguindo o mesmo modelo de quadro de leitura e categorização a partir de uma lista de categorias fundamentais para o projeto, levantando momentos importantes na construção e consagração das artistas; comparamos ambos os processos de

consagração à luz da bibliografia analisada, refletindo tanto sobre as metodologias de história de vida e entrevista com artistas quanto sobre sua capacidade explicativa para a construção das carreiras de Paulino e Mombaça.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Conjugando reflexões de Heinich (2014) e Dabul (2014) sobre a presença do discurso nas obras de arte contemporânea e sua imprescindibilidade, chegamos à hipótese de que as entrevistas com artistas constituem um produto produzido pelo e para o mundo da arte contemporânea. Acreditamos que ao invés de constituir um dispositivo legitimador, na verdade as entrevistas com artistas fazem parte do ritual, do processo de legitimação, visto que ao seu redor há uma ideia de naturalidade e obviedade, sendo normal ver entrevistas com artistas consagrados e não com artistas que não conseguiram se consagrar.

Vimos que a literatura das Ciências Sociais sobre o processo de consagração de artistas no mundo da arte contemporânea não dá conta dos casos de Rosana Paulino e Jota Mombaça. Há uma densidade em seus discursos que não foram explicáveis a partir desta bibliografia trabalhada e, portanto, este aspecto fundamental da pesquisa precisará ser aprofundado no futuro. Um dos caminhos de investigação futura será a diferença de velocidade na construção da carreira de artista de Rosana Paulino e Jota Mombaça.

Por fim, observamos que o processo de legitimação das artistas foi diferente. Portanto, nos parece que existem, dentro do mundo da

arte contemporânea, diversos sistemas de consagração, com vários tipos de atores legitimadores. Cabe ressaltar que, nesses sistemas, são as instituições e as pessoas que legitimam, não o mercado. Raymonde Moulin, citada por Heinich (Moulin, 1992 apud Heinich, 2014, p. 381), comenta sobre a consagração na arte contemporânea ser a partir dos museus, mas nós acreditamos que não são mais os museus, mas outras instituições, sobre as quais precisaríamos investigar. Também cabe ressaltar que não se tratam de graus diferentes de consagração acompanhando estes diversos sistemas de consagração, mas sim a maneira como a consagração ocorre.

## **CONCLUSÕES:**

Este trabalho pretendeu ser uma pesquisa preliminar, de aproximação da temática e de um primeiro olhar crítico sobre a literatura de Sociologia da Arte. Por conseguinte, a partir da coleta e análise destas entrevistas, guiamos o trabalho através da reconstrução de suas trajetórias a partir de relatos de história de vida presentes nestas entrevistas, seguindo para uma comparação sistemática das trajetórias. Como nossa intenção era fazer um trabalho preliminar, nossos resultados se configuraram em hipóteses a serem aprofundadas em um futuro aprofundamento da questão trabalhada.

Observamos que nossos objetivos foram alcançados, na medida em que partimos do reconhecimento de que a questão era bastante densa e complexa, não podendo ser respondida em projetos de pesquisa de

iniciação científica ou mesmo de trabalho de conclusão de curso. No entanto, o estudo preliminar foi frutífero, tendo os resultados encontrados gerado diversas hipóteses que irão guiar esta pesquisa no futuro.

### **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lígia Dabul por todos os conhecimentos passados e as oportunidades de auto desenvolvimento como iniciante no mundo da pesquisa científica. Agradeço à Universidade Federal Fluminense e ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica pela chance de experimentar a atividade que pretendo tomar como profissão no futuro e, por fim, ao CNPq pelo apoio.

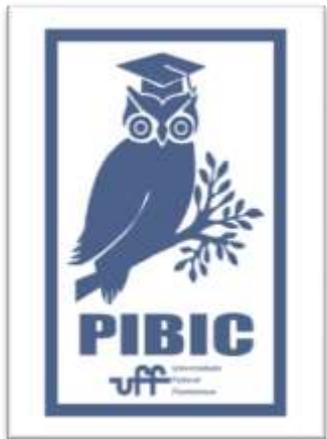


Imagem 1: Imagem PIBIC



**Grande área do conhecimento**

**Título do Projeto: CENTRO DE CONVIVÊNCIA VIRTUAL:  
PROMOÇÃO DE SAÚDE E REDES DE AFETO EM TEMPOS DE  
PANDEMIA**

**Autores: Cláudia da Rocha Vieira, Isabella Cunha Alves da Silva  
e Claudia Osorio da Silva (orientadora)**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Instituto de Psicologia / Núcleo de Estudos e  
Intervenções em Trabalho, Subjetividade e Saúde (Nutras)**

## **INTRODUÇÃO:**

Os Centros de Convivência e Cultura (CECOs) surgem como consequência da luta antimanicomial brasileira e da aprovação da Lei nº 10.216/2001, a lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira, que valoriza a liberdade e o cuidado humanizado no tratamento de pessoas em vulnerabilidade psicossocial. Nessa conjuntura, surgem dispositivos de atenção psicossocial, que adotam princípios do SUS. Dentre esses, há a construção dos CECOs, que promovem a inclusão e a saúde pela arte, cultura, esportes e lazer. Mesmo sendo um dispositivo intersetorial, não há políticas públicas nacionais que garantam seu financiamento e funcionamento como ressaltam Alvarez e colegas (2020): “No que concerne às políticas públicas, os CECOs têm transitado entre a marginalidade, a inclusão e a exclusão das bordas do que é instituído e do que é instituinte. Os CECOs ainda não contam com parâmetros nacionais para seu funcionamento, nem com financiamento próprio em âmbito federal.”

Com a pandemia de COVID-19, os CECOs se transpõem para uma plataforma digital, a fim de

promover convivência e sociabilidade, mesmo em tempos de isolamento social. As atividades foram adaptadas ao meio virtual, com o objetivo de garantir atividades interativas e inclusão digital.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

O CECOs é um espaço que reúne profissionais de diversas áreas, se caracterizando como um espaço multiprofissional e intersetorial na promoção de saúde.

Destaca-se a facilidade para participar das oficinas. Basta baixar o aplicativo, disponível para *smartphones*, e preencher o formulário de inscrição. As oficinas ofertadas são programadas e expostas na Agenda Conviver, e realizadas na plataforma digital do google meets com duração média de uma hora.

Houve boa procura por parte do público. Nas oficinas em que presenciamos, foi perceptível a alegre participação por grande parte do público adulto e também pelos idosos, e muitos desses usuários eram majoritariamente do sexo feminino. As atividades têm se dado de forma leve e extremamente participativa tanto da

equipe quanto dos conviventes, oferecendo de fato um trabalho afetivo antimanicomial.

As oficinas têm propiciado a criação e manipulação de afetos (ALVAREZ et al., 2020, p. 90). No início, havia uma timidez por parte dos participantes. Ao longo do tempo e com o trabalho criativo e estimulante da equipe, isso foi superado e a criação de vínculos afetivos se deu de forma natural e espontânea.

Na pesquisa realizada foi utilizada como abordagem conceitual e metodológica a cartografia em conjunto com a clínica da atividade. Do método cartográfico, nos apoiamos na noção de que não é possível haver distanciamento entre objeto de estudo e pesquisador, pois a pesquisa envolve a criação de novas possibilidades em conjunto com o outro. A investigação inclui a análise da atividade do pesquisador, pois este não é visto como detentor de verdades absolutas. Da clínica da atividade consideramos, que a atividade não inclui apenas a execução das tarefas, mas abrange também o que foi prescrito, o que não se conseguiu fazer, o que queria ter feito, o que não podia ter sido feito. Assim, é colocado em debate o trabalho dosicineiros e funcionários do CECO Virtual em conjunto com os pesquisadores, visto que o trabalhador, ao analisar seu próprio trabalho, tem seu poder de agir aumentado.

Nós, alunas-pesquisadoras, realizamos registros como relatórios, diários de campos e transcrição de grupos focais, que possibilitaram aos trabalhadores observarem e analisarem situações de trabalho a fim de encontrar o real da atividade (Clot, 2010).

## **CONCLUSÕES:**

Na experiência vivida no CECO Virtual, se tornou perceptível que o trabalho real se diferencia, é recriado a partir do prescrito. Como se sabe, há inúmeras instabilidades que decorrem da internet. Há também as demandas da vida pessoal que se chocam algumas vezes com os afazeres do meio virtual, interferindo consequentemente no trabalho a ser realizado pela equipe.

As oficinas realizadas souberam driblar essas adversidades: osicineiros ampliaram o poder de ação no meio do trabalho real e sobre eles mesmos (CLOT, 2010). Diversas oficinas, tendo destaque as de práticas corporais, tiveram que se adequar a um novo modo de funcionamento. Muitas das vezes, oicineiro não podia ver o corpo do outro, devido a câmera fechada, ou apenas via através de um pequeno quadrado no google meets. Isso modificou a forma como a atividade era passada e a relação entre conviventes eicineiros. Em conjunto com o coletivo, foram criados novos modos de fazer, possibilitando a criação de novos modos de subjetivação.

Dessa forma, com a experiência do Centro de Convivência Virtual, entendemos que a convivência é fundamental para a produção de saúde. Mesmo com a virtualidade, é possível criar novas formas de potencializar afetos.

## **AGRADECIMENTOS:**

À FIOCRUZ pelo edital Ideias e Produtos Inovadores - Covid 19 Encomendas Estratégicas e pelo fundo emergencial de combate a Covid-19 / Inova Fiocruz, dentro da área de prevenção e redução do contágio.

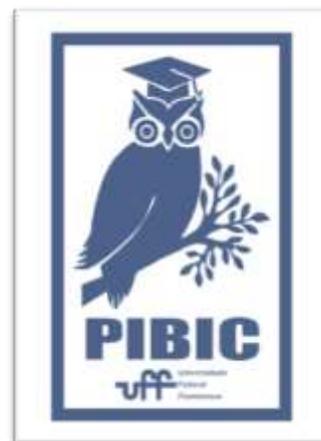


Imagem 1: Imagem PIBIC



**Grande área: Ciências Humanas**

**A RELAÇÃO ENTRE ONTOLOGIA E ÉTICA EM GILLES  
DELEUZE**

**Henrique Souza Bittencourt**

**Mariana de Toledo Barbosa (orientadora)**

**Departamento de Filosofia (GFL) / Instituto de Ciências Humanas e Filosofia**

**INTRODUÇÃO:**

Nosso objetivo é investigar a maneira pela qual Gilles Deleuze (1925 - 1995) interpreta a ontologia de Baruch de Espinosa (1632-1677) sob o prisma das noções de essência e existência presentes na obra *Espinosa e o problema da expressão* (1968). É verdade que o termo “ontologia” possui escassas três ocorrências ao longo dessa obra e, em todos os casos, é utilizado a fim de demarcar a posição espinosana daquelas de seus adversários especulativos, seja para: demonstrar como Espinosa volta noções cartesianas contra o próprio Descartes<sup>1</sup> (1596 - 1650); distinguir a imanência espinosana da emanção neo-

---

<sup>1</sup> cf. DELEUZE, 1968b/2017, p. 179: “A ontologia de Espinosa é dominada pelas noções de *causa sui*, *em si* e *por si*. Esses termos estavam presentes no próprio Descartes; mas as dificuldades que ele encontra no emprego deles devem nos esclarecer a respeito das incompatibilidades entre o cartesianismo e o espinosismo”.

platônica<sup>2</sup>; e, por fim, creditar ao conceito de expressão uma “recriação” da ontologia que seria marcadamente anticartesiana<sup>3</sup>. Um segundo dado interessante para a problemática abordada neste trabalho é a advertência feita por Deleuze, em outra aula ministrada em Vincennes, segundo a qual é inexato dizer que, assim como a filosofia de Descartes começa pelo *cogito*, a filosofia espinosana começa pela

---

<sup>2</sup> cf. DELEUZE, 1968b/2017, p. 192: “A emanção [neo-platônica] serve, portanto, de princípio para um universo hierarquizado; nisso a diferença dos seres em geral é concebida como diferença hierárquica (...). Por si própria, a imanência implica uma pura ontologia, (...) E ainda, a imanência no estado puro exige o princípio de uma igualdade do ser ou a posição de um Ser-igual”.

<sup>3</sup> cf. DELEUZE, 1968b/2017, p. 359: “Esse conceito [de expressão] sustenta a força de uma reação anticartesiana (...). Ele implica uma redescoberta da Natureza e de sua potência, uma recriação da lógica e da ontologia: um novo ‘materialismo’ e um novo ‘formalismo’”.

substância. Pois, para Deleuze, “ela começa pelo estatuto dos elementos constitutivos da substância, a saber, os atributos” (DELEUZE, 2009, p. 76). Sendo assim, parece-nos ser insuficiente buscar entender a ontologia espinosana apenas pelo conceito de substância. Faz-se necessário, então, voltar nossas atenções para a constituição, ou genealogia, da substância por seus atributos.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Para destrincharmos a constituição da substância, abordamos primeiramente o que Zourabichvili (2017, p. 418) denominou a “importância arquetônica” dos atributos na constituição da essência da substância espinosana, cujo papel nos parece ganhar pleno sentido quando o relacionamos com o “fato histórico” da subordinação da noção de ser à noção de essência, que se mantém pressuposto ou, pelo menos, permanece inaudito no comentário de Deleuze e, não obstante, está presente em sua interpretação da ontologia espinosana. Em *O Ser e a Essência* (1948), texto algumas vezes citado ao longo de *Espinosa e o problema da expressão*, Étienne Gilson (1884 - 1978) sustenta que o debate entre as filosofias do século XVII em torno do que anacronicamente chamamos de ontologia<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Segundo Gilson, o termo “ontologia” foi cunhado pelo filósofo cartesiano Johann Clauberg (1622-1665). No entanto, somente no século XVIII, com a retomada da noção aristotélica de uma ciência própria para

não versavam sobre a *ousia* aristotélica, nem sobre o esse tomista, mas, sim, sobre a noção de *essentia*, que, principalmente a partir das filosofias de Avicena e, sobretudo, de Duns Escoto, é tornada o “índice, a regra e como que a medida da existência” (GILSON, 2016, p. 160). Ao longo dessa obra, Gilson demonstra como as filosofias de Avicena e Duns Escoto são decisivas para uma espécie de virada na abordagem ontológica da época, que prevaleceu até o século XVIII. Se, antes, na ontologia tomista, a maior ênfase era dada às noções de “ser” e de “existência”, após esses dois filósofos, é a noção de “essência” que assume o primeiro plano dos debates acerca da ontologia.

## CONCLUSÕES:

Ao que nos parece, esse fato histórico também compõe a interpretação deleuziana da ontologia de Espinosa porque, se traçarmos um panorama dessa interpretação, no âmbito da substância, veremos que é a partir da constituição lógica da essência de Deus por infinitos atributos que a existência necessária de Deus é deduzida. Isso quer dizer que a existência necessária de Deus depende de suas determinações formais.

---

responder à questão “o que é o ser?”, promovida por Christian Wolff (1679-1754), “pela primeira vez, ela [a ontologia] se impõe à atenção dos filósofos como uma ciência distinta, designada por um nome feito especialmente para ela” (GILSON, 2016, p. 205).

## **AGRADECIMENTOS:**

A Mariana de Toledo, pelas minuciosas orientações e pela paciência;

A todos os colegas do Grupo de estudo e pesquisa em Gilles Deleuze pelo trabalho coletivo e alegre;

E ao CNPq pelo financiamento desta pesquisa.

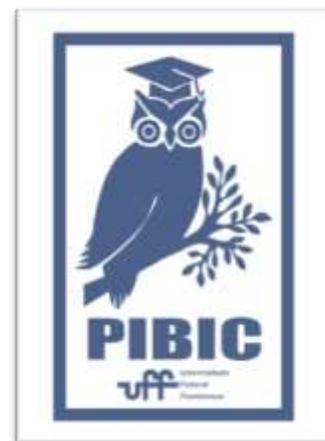


Imagem 1: Imagem PIBIC



**Grande área do conhecimento:** Ciências Humanas

**Título do Projeto:** A gestão da formação do estudante de psicologia da UFF: O ponto de vista da atividade de coordenação

**Autoras:** Giovanna Maia Vieira Unes, Luana Rodrigues Valente, Maria Amélia Vieira da Cruz, Paula Proença de Oliveira

**Departamento/Unidade/Laboratório:** Departamento de Psicologia/Instituto de Psicologia/ Grupo de Pesquisas sobre Gestão, Trabalho e Atividade (GESTA)

## **INTRODUÇÃO:**

O objetivo desse trabalho é analisar como a coordenadora do curso de Psicologia da UFF – Niterói percebe a gestão que os estudantes fazem de suas formações a partir do modo como esses se relacionam com a coordenação e das demandas que apresentam. Através da perspectiva da ergologia a atividade de estudante pode ser considerada trabalho na medida que apresenta uma finalidade social e se referencia em normas e valores (Schwartz, 2000). Não há como compreender a formação do estudante sem entender que esta não se separa do restante de sua vida. Assim, os estudantes lutam para construir sua formação universitária em coerência com os seus objetivos de vida. Para estudar o trabalho estudantil é importante perceber como os mesmos intervêm nessa formação.

Buscou-se a partir de uma entrevista com a coordenadora de um curso de graduação explorar como ela vivencia sua atividade, como

percebe a gestão do curso como um todo e como se dá a sua relação com os estudantes do curso. Nessa apresentação será enfocada a maneira como a coordenadora percebe a atividade dos estudantes de enfrentamento dos problemas que vivenciam no curso e como compartilham com ela as questões da vida fora da universidade.

Nesse sentido, será analisada a potência e desafios da coordenação como responsável pela estruturação da formação e aliança institucional à gestão individual feita pelos alunos. Este estudo será fundamental para os docentes e estudantes dos cursos de psicologia que buscam estudar essa formação a partir de uma reflexão crítica.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A entrevista foi analisada a partir do método de análise temática em que se constituiu os principais temas abordados na entrevista articulados com os objetivos da pesquisa. O tema abordado neste trabalho é a vivência das relações da coordenação com os estudantes

que demonstra de imediato como o coordenar não é apenas aplicar protocolos e regras, mas envolve dialogar com diferentes demandas que vem das inserções diferenciadas dos alunos em suas vidas. Assim como preconiza a ergonomia que o trabalho prescrito é sempre diferente do trabalho realizado (Wisner, 2004) a coordenadora aponta que: “[...] **eu acho que a gente tem um projeto político pedagógico ideal no seu sentido que é idealizado, impossível de se dar na prática por diversos motivos.**”

A variabilidade, conceito da ergonomia, aparece como constituinte da espécie humana, na medida em que o homem, com o trabalho, exerce sua capacidade de transformação do meio a partir da produção de novos modos de vida (SCHWARTZ, 2000). Portanto, os “diversos motivos” se referem a forma como cada meio é vivenciado individualmente pelos discentes, o que faz com que essa formação em psicologia seja indissociável do restante de sua vida.

Além disso, a coordenação tem que lidar com os diversos desafios que aparecem nesse encontro da vida dos estudantes com outros problemas do cotidiano do curso: “[...] **tem um atravessamento que foge um pouco o meu controle, né? Que são as vidas particulares, né?, [...] nessas conversas aparecem muitas coisas, desde a vida pessoal, as insatisfações com o curso, problemas na disciplina. [...] Então, assim, as demandas vêm muito atravessadas com problemas pessoais**”. Dessa maneira, para compreender a formação do estudante devemos entender a forma como os mesmos renormatizam as

normas antecedentes para poder adequá-las a variabilidade. Além disso, embora a gestão do curso não possa ser responsabilidade única da coordenação, já que ela não pode gerir a sala de aula nem a vida dos alunos, a coordenadora deve, com sua escuta, ajudar aos mesmos a construir uma saída ativa aos problemas. A partir disso, a gestão da coordenação deve, além de fazer a organização administrativa, se apresentar também como espaço de acolhimento.

É possível compreender, então, que tanto as demandas da vida particular, referentes à atividade discente, como as demandas coletivas, chegam à coordenação. Assim, ela aparece como espaço de serviço aos alunos, recebendo as questões que surgem com a atividade de gestão da formação e tendo como objetivo encaminhá-las e atuar como representante institucional dessas.

## **CONCLUSÕES:**

A partir do encontro com as normas prescritas e com a perspectiva da coordenação sobre o curso é possível constatar que a atividade estudantil foge a realidade prescrita. Outro aspecto é a função institucional da coordenação na gestão da formação, questionando seus limites para dar um suporte a atividade dos discentes. Em suma, as entrevistas evidenciaram que a formação em psicologia exige uma gestão que auxilie os estudantes a construírem mediações entre os desafios de sua vida pessoal e a atividade discente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SCHWARTZ, Yves. *Le Paradigme Ergologique ou un Métier de Philosophe*. Toulouse: Octarès, 2000.

WISNER, Alain. *A inteligência do trabalho*. São Paulo: Fundacentro, 2004.

## AGRADECIMENTOS:

A TODOS TRABALHADORES DA UNIVERSIDADE QUE CONTRIBUEM PARA POSSIBILITAR A REALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA UFF.

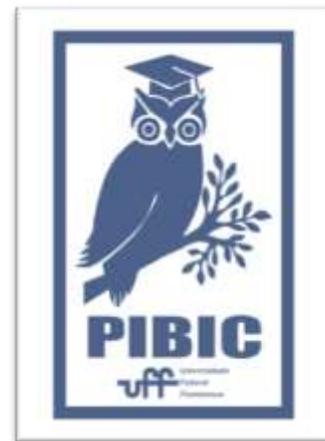


Imagem 1: Imagem PIBIC



**Grande área do conhecimento: CIÊNCIAS HUMANAS**

**Título do Projeto: A des/reconstrução das mulheres com câncer de mama: os(as) profissionais de saúde em cena**

**Autores: Vitória Ramos Santana, Juliana Caminha de Lima e Silva; Maria Eduarda Ferrandi Vilas Boas Bertocco; Amanda Dias Salomone; Layssa Cruz de Oliveira; Ariel Moura Alves; Virginia Dresch**

**Departamento/Unidade/Laboratório:**

**Departamento de Psicologia/  
Instituto de Psicologia/  
Laboratório de Avaliação  
Psicológica - LAPsi**

## **INTRODUÇÃO:**

O câncer de mama é considerado uma doença potencialmente curável, se detectada precocemente. O acesso ao diagnóstico e tratamentos do câncer de mama é mais deficiente nos países mais pobres. A demora no diagnóstico e início do tratamento é um complicador no tratamento do câncer de mama.

O recebimento do diagnóstico marca um ponto de inflexão na existência das mulheres: o câncer de mama se torna o centro de suas vidas, ocasionando desespero, perplexidade e grande estresse pela incerteza do que esperar sobre o futuro (Salimena, Campos, Melo & Magacho, 2012). Primo e Garrafa (2010) concluíram que

aproximadamente 40% das mulheres com câncer tiveram problemas na comunicação com o profissional sobre todo o processo acerca da doença e do tratamento. O estudo apontou que existem conflitos referentes à linguagem, autonomia, falta de poder real de decisão das pacientes, beneficência e atitudes paternalistas exercidas pelo médico. Esta relação paternalista entre médico e paciente faz com que o médico tome decisões sozinho sobre o tratamento da paciente e isto diverge da lógica do cuidado, trazida por Mol (2008), que aponta que o “bom” cuidado se dá também na relação médico/paciente, incluindo que o paciente esteja ciente e de acordo com o tratamento.

Costa, Finco, Souza, Medeiros e Melo (2016) apontam que, considerando o sentido sociocultural atribuído ao câncer, os profissionais entendem que a doença carrega consigo uma sentença de morte, mesmo com todos os avanços tecnológicos que contribuem para melhores tratamentos e diminuição da taxa de mortalidade entre os pacientes. Devido a esse imaginário social, o adoecimento por câncer envolve sentimentos difíceis de serem administrados, tanto para os profissionais quanto para as pessoas em geral, ocasionando o medo da dor, resignação diante da convicção de que a doença terá um desfecho fatal e negação da existência da doença por parte das pessoas com câncer (Gomes, Skaba & Vieira, 2002). Esse estigma social contribui para a negação de todo o processo por parte das pessoas com câncer, tornando-se um elemento dificultador para a detecção precoce do diagnóstico, e, por consequência, a obtenção de melhores prognósticos.

Face ao exposto, o objetivo do presente estudo é investigar as percepções de profissionais de saúde em relação ao enfrentamento das mulheres ao adoecimento por câncer de mama.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Foram convidadas a participar do estudo quatro profissionais de saúde, todas elas mulheres: uma médica, uma fisioterapeuta e duas psicólogas, voluntárias que acompanham o tratamento de mulheres que têm ou tiveram câncer de mama em alguma etapa da vida adulta, colaboradoras de uma Organização Não-Governamental (ONG) de apoio às mulheres com câncer de mama do estado do Rio de

Janeiro (Brasil). As entrevistas com tais profissionais, associadas diretamente ao tratamento dessas mulheres, possibilitaram a identificação de cinco categorias de análise.

O instrumento utilizado na coleta de dados foi a entrevista não-estruturada, orientada por um roteiro invisível.

A primeira categoria “**perda de mim**” expressa o impacto do câncer de mama na feminilidade da mulher.

A segunda categoria “**ressignificando a existência**” expressa a forma como o câncer de mama é relatado pelas mulheres como oportunidade de uma vida melhor.

A terceira categoria “**se eu morrer**” expressa a forma como a construção de um imaginário social que quase sempre associa o câncer à morte.

A quarta categoria “**desconheço, logo, não adoço**” expressa a forma como o medo, muitas vezes acompanhado de dificuldade de aceitação da doença, interfere diretamente na construção do fluxo do tratamento.

A quinta categoria “**lógica’ do autocuidado**”, referindo-se à maneira como o cuidado de si se estrutura no tratamento de mulheres com câncer de mama.

## **CONCLUSÕES:**

Nas categorias de análise identificadas é possível notar que, dentro de um ideal generalista de cuidado, diferentes profissionais podem operar lógicas de cuidado diferentes, uma vez que o cuidado não tem fronteiras claras e cada sujeito o compreende e o executa de uma forma singular, a partir de seus próprios conhecimentos e valores.

## REFERÊNCIAS

Costa, J. M., Finco, G. M., Souza, R. L. G., Medeiros W. C. M. & Melo, M. C. M. (2016) Repercussões biopsicossociais do diagnóstico de câncer colorretal para pacientes oncológicos. Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar. 19, s.n.

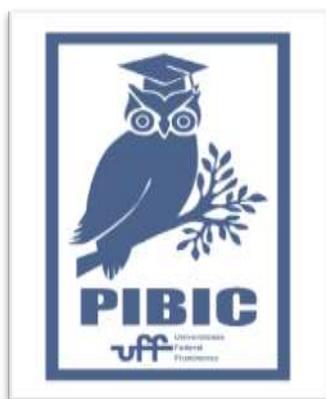
Gomes, R., Skaba, M. M. V. F. & Vieira, R. J. S. (2002). Reinventando a vida: proposta para uma abordagem sócio-antropológica do câncer de mama feminina. Caderno de Saúde Pública, 18(1), 197-204.

Mol, A. (2008). The logic of care: health and the problem of patient choice. Abingdon: Routledge.

Primo, W. Q. S. P., & Garrafa, V. (2010). Análise ética da revelação do diagnóstico e tratamento em pacientes com câncer genital ou mamário. Revista da

Associação Médica Brasileira, 56(4), 397-402.

Salimena, A. M. O., Campos, T. S., Melo, M. C. S. C., & Magacho, E. J. C. (2012). Mulheres enfrentando o câncer de mama. Revista Mineira de Enfermagem, 16, 339-347.





**Ciências Humanas**

**Tipologias de investimento dos grandes proprietários  
imobiliários brasileiros: uma análise através de suas atuações  
no mercado imobiliário comercial**

**Guilherme de Almeida Muniz Filho**

**Departamento de Geografia (GGE)/Instituto de Geociências (EGG)/Núcleo de Pesquisas  
sobre Pactos Político-territoriais e Desenvolvimento (NUPACT)**

## **INTRODUÇÃO:**

A crise financeira global de 2008, para além de desencadear uma série de instabilidades econômicas e políticas em diversos países, descortinou as conexões bastante complexas e sofisticadas existentes entre os mercados financeiro e imobiliário. Desde então, evidenciou-se um aumento expressivo no número de estudos interdisciplinares nacionais e internacionais que buscaram, por um lado, compreender os impactos dessa convergência para as dinâmicas e morfologias inerentes ao urbano construído e, por outro lado, desvendar a forma pela qual as racionalidades, lógicas, métricas e práticas prevalentes no chamado “mundo das finanças” são incorporadas gradualmente pelos agentes integrantes do nicho imobiliário.

No cenário brasileiro, conforme aponta a já consolidada produção bibliográfica sobre a produção e consumo do espaço urbano, os grandes proprietários imobiliários ganharam destaque na medida em que ocorreram mudanças estruturais, mudanças regulatórias e institucionais, verificadas sobretudo a partir da década de 1990, que impulsionaram o financiamento à atividade imobiliária a partir de recursos advindos do mercado financeiro, assim como com a criação de novos instrumentos financeiros lastreados na produção imobiliária.

Com base em uma metodologia essencialmente qualitativa, a presente pesquisa busca investigar a atuação dos investidores institucionais no mercado imobiliário comercial, classificando e contribuindo para a criação de tipologias de investimento, dos discursos de investidores institucionais brasileiros, em especial, dos fundos de pensão, dos fundos de investimento imobiliário (FIIs) e das *property companies*.

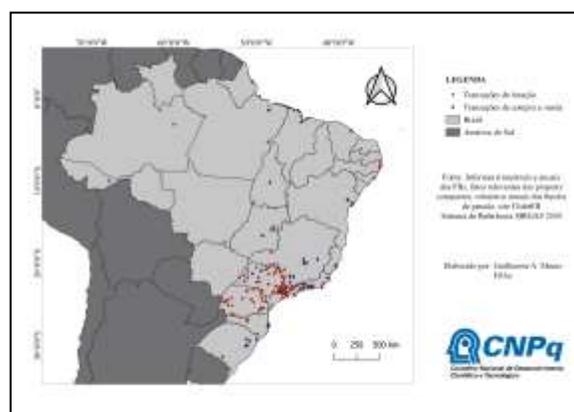
## RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Mediante a análise de material da imprensa que tratou sobre a atuação dos três atores analisados, verificou-se uma tendência de incorporação por parte dos investidores institucionais e demais integrantes do circuito imobiliário de práticas mais aderentes ao mercado financeiro, ligadas sobretudo a formas mais ativas de gestão do estoque imobiliário. Nesse sentido, emergem formas inéditas de prospecção de novos negócios, de desenvolvimento de novos ativos, assim como de relação com locatários e investidores.

Todo esse processo de modernização, aliás, conforme indica a análise de mais de duas dezenas de leis e instruções normativas realizadas no âmbito desta pesquisa, é seguido por sucessivas mudanças no arcabouço regulatório, sobretudo de FII's e fundos de pensão, que com diferentes intensidades promovem o mercado de capitais nacional através principalmente de flexibilização de regras.

Ademais, essa nova tendência também ficou demonstrada através da investigação dos quadros profissionais que gerem os portfólios imobiliários dos investidores institucionais. Mesmo com a existência de graus de diferença, de maneira geral, há nesses três atores funcionários com perfis de formação acadêmica-profissional mais relacionados ao segmento financeiro, com dificuldades, inclusive, de compreensão das especificidades tão marcantes do segmento imobiliário comercial, conforme apontam alguns gestores entrevistados.

Por fim, com a investigação pormenorizada das transações imobiliárias de compra, venda e locação realizadas pelos três grandes proprietários de imóveis sob investigação constatou-se uma preferência por certas localizações (mapa 1), por alguns segmentos, e, especificamente no caso das locações, por empresas locatárias com maior fluxo de caixa e, assim, com menores chances de inadimplência.



Mapa 1: Distribuição territorial das transações imobiliárias

## CONCLUSÕES:

Primeiramente, verificou-se que os investidores institucionais são relevantes atores do mercado imobiliário comercial não exclusivamente pelos expressivos recursos por eles detidos, mas também pelo fato de incorporarem lógicas e ações relacionados ao mercado financeiro mais preocupados com a rentabilidade e o risco dos portfólios de imóveis. A adoção dessas práticas mais financeiras, ficou explícita a partir da sistematização e análise do material da imprensa, da análise do arcabouço

regulatório-institucional, que em certos períodos promoveu o mercado financeiro, assim como, finalmente, pela participação nos eventos que contaram com a participação dos gestores das carteiras imobiliárias dos três atores investigados.

Em segundo lugar, evidenciou-se que a absorção de práticas menos tradicionais e mais “modernas” de gestão do estoque imobiliário repercute com diferentes intensidades entre os atores econômicos aqui estudados na escala nacional e intraurbana. Assim, ao visualizar a distribuição territorial das transações imobiliárias, por exemplo, constatou-se uma concentração de negócios de venda, compra e locação, sobretudo firmadas com grandes empresas nacionais e estrangeiras, nas regiões economicamente mais dinâmicas do país, como no sudeste e sul do Brasil.

## **AGRADECIMENTOS:**

Inicialmente, agradeço ao professor Daniel Sanfelici pela excelente orientação. Gostaria de agradecer também aos colegas do NUPACT, em especial, a Maira Magnani, pelas valiosas contribuições. Por fim, agradeço a UFF e ao CNPq pelo financiamento da pesquisa.



**Ciências Humanas**

**Identidade Regional, Memória e Patrimônio em Campos dos Goytacazes (séculos XX e XXI)**

**MALEVAL, Isadora T.; SIMÃO, Laís P.**

**Departamento de História Campos (CHT) /**

**Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) / Laboratório de História Regional e Patrimônio (LAHIRP)**

## **INTRODUÇÃO:**

A tarefa central da pesquisa foi a reflexão sobre a valorização ou eleições de bens patrimoniais em contextos específicos – a dizer, na passagem entre os séculos XX e XXI na região de Campos dos Goytacazes – e a preponderância dos mesmos na construção de identidades, problematizando a ideia de patrimônio a partir de um viés historiográfico, em diálogo com a noção de memória social.

História Regional é aqui vislumbrada como um campo de pesquisa em franco desenvolvimento, partindo de problemáticas concernentes às relações entre espaço físico e espaço social, referendando que toda divisão regional parte de uma definição política, sendo, então, a região percebida em sentido ampliado, evocando o campo das lutas simbólicas, a partir do qual se tornaria possível investigar aspectos relativos aos debates sobre identidade e memória social: ambas centrais também para a definição de patrimônio como campo específico de análise.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Há que se notar que a historiografia mais atualizada interpreta região como um conceito polissêmico, não apenas ligado a recortes espaciais, construídos por entidades político-administrativas, tais como os Estados-nacionais, mas também a questões de identidade e de representação.

Partindo dessa premissa, mobilizamos o conceito de memória coletiva trabalhado por Maurice Halbwachs e Michel Pollack. Ambos os autores apontam os fatores da seletividade e da não espontaneidade na composição das memórias coletivas. Um dos elementos constitutivos da memória seria o sentimento de identidade, relacionado à herança que recebemos enquanto grupo social, pois ela garante a sensação de unidade espacial, de continuidade temporal e de coerência na unificação dos aspectos heterogêneos que compõem um indivíduo ou uma comunidade.

Outro conceito caro à pesquisa é o de “lugares de memória”, cunhado pelo historiador Pierre Nora. Para o autor estaríamos vivendo sob a égide da percepção de perda do passado, algo que apontaria para a consciência de sua

ruptura. A sensação de continuidade ou de permanência, tão cara para o estabelecimento de identidades coletivas, passaria a ser sentida somente através dos lugares.

Nos anos de 1980, o patrimônio passou a ser incorporado sob a égide do “dever de memória” e determinaram-se os meios de sua proteção. A pergunta que rege a problemática de Nora é sobre aquilo que os grupos fazem do passado e, em última medida, o que motiva a eleição de algo como um lugar e sua preservação.

Dessa forma, um dos objetivos elencados no projeto foi, justamente, o de investigar de que maneira o jogo político interfere nesses regimes de promoção do patrimônio no âmbito da cidade de Campos dos Goytacazes, e de que maneira eles se relacionam com a tentativa de consolidação de determinadas memórias ligadas ao passado do município. Para tanto, tratamos como fontes e objetos de análise projetos como o do Corredor Cultural Histórico de Campos, a Sociedade Musical Lyra de Apollo, a Usina de Cambaíba, o Liceu de Humanidades de Campos, o Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert, a Academia Campista de Letras e o Pantheon dos Heróis Campistas.

Para a investigação nos valem os acervos do Arquivo Waldir Pinto de Carvalho, do arquivo da Câmara Municipal de Campos e da biblioteca da Casa de Cultura Villa Maria, o que possibilitou a pesquisa de artigos de periódicos, leis e decretos municipais, além de obras memorialísticas de autores campistas.

## **CONCLUSÕES:**

A pesquisa, que dependia fortemente de pesquisas em acervos físicos, não pode seguir como o esperado, uma vez que com o início da pandemia do COVID-19 em março de 2020 no Brasil, as instituições cujos acervos estavam sendo utilizados na pesquisa foram fechadas, impedindo o avanço das investigações.

Dentre as problemáticas que se pretendeu levantar, inclui-se: em que contexto tais espaços foram estabelecidos?; Quem/qual grupo esteve à frente desses projetos?; Qual a relação deles com o poder público instituído?; O que eles sinalizam em termos de promoção de uma dada memória?; No campo simbólico, o que representam para a coletividade da cidade de Campos dos Goytacazes?; Há disputas entre diferentes grupos sociopolíticos acerca da demarcação desses espaços como lugares de memória?.

Apesar de não ter sido possível responder a estes questionamentos, a pesquisa proporcionou grandes discussões para a aluna bolsista sobre os conceitos aqui mobilizados e sobre a pesquisa histórica, além de ter sido base para o seu trabalho de conclusão de curso, que trata o ISEPAM, que foi objeto da pesquisa, enquanto um lugar de memória do município de Campos e buscou analisar as suas práticas de rememoração.

## **AGRADECIMENTOS:**

Nossos agradecimentos se dirigem ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UFF, que tornou possível a

execução do projeto, e ao Laboratório de História Regional e Patrimônio por fomentar os debates que constituíram esse projeto.

Agradecemos também aos profissionais do Arquivo Waldir Pinto de Carvalho, da Câmara Municipal de Campos e da Casa de Cultura Villa Maria pela diligência e pelo suporte durante as pesquisas feitas nessas instituições, sem as quais a realização do projeto não seria possível.



## **Ciências Humanas**

### **Anti- Vadiagem, punição e relações de trabalho, na perspectiva da história global- o contexto da abolição no mundo lusófono (Rio de Janeiro, Luanda e Lourenço Marques, 1850-1910)**

**Elizabeth Silva Ribeiro Lucas**

**Instituto de História**

#### **INTRODUÇÃO:**

A presente pesquisa se propõe a analisar como a política de repressão à vadiagem, a punição e a legislação se relacionam com as relações de trabalho no mundo lusófono. A partir da perspectiva teórica da História Global, a análise enfoca as cidades de Luanda, Rio de Janeiro e Lourenço Marques no recorte temporal de 1850 a 1910, período que corresponde ao processo de abolição e pós-abolição nessas localidades.

No que diz respeito ao recorte do Império Português tem sido realizada a análise da legislação para o ultramar, dos debates parlamentares sobre essas leis, bem como de obras produzidas pelos legisladores. Com a finalidade de nortear o exame dessas fontes, tem se levado em consideração os diferentes significados históricos da vadiagem, os impactos do processo de abolição e das relações de raça, classe e gênero na formulação dessas leis e nas definições do que significava ser vadio, assim como as transformações da punição ao longo do tempo.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A presente pesquisa encontra-se em seu segundo ano, ao longo desse período foram produzidos e alimentados bancos de dados com

a finalidade de sistematizar as legislações e debates parlamentares portugueses que abordassem a temática da vadiagem.

Nesse sentido, nesse segundo momento foi realizado o levantamento e análise de novos debates, e também um exame mais aprofundado de documentos selecionados no ano anterior. Esse processo foi acompanhado pela realização de novas leituras tanto no sentido de esclarecer melhor o quadro teórico metodológico da pesquisa, quanto a fim de oferecer suporte para a análise dos documentos.

A partir da bibliografia específica e da análise da documentação elencada foi possível observar a existência entre os legisladores portugueses da concepção do negro como detentor de características que o distinguiam e inferiorizavam, dentre estas a ideia de que este seria naturalmente ocioso. Nas últimas décadas do século XIX um conjunto de legisladores vai utilizar essa concepção para embasar a construção de legislações que vão estabelecer políticas de trabalho e punição específicas para a população indígena (população nativa que se enquadrava como não civilizada). Dessa forma o discurso do negro como inclinado a ociosidade serviu como uma justificativa para a construção de um tratamento específico para uma parcela

significativa da população do ultramar português.

Essas discussões e mudanças na legislação se encaixam em um processo mais amplo. Valdemir Zamparoni destaca que a fase que o capitalismo se encontrava exigia um novo sentido para as colônias. Era preciso que estas prosperassem e para isso se fazia necessário mão de obra. A utilização de trabalhadores brancos ou das máquinas não era uma possibilidade, era necessário recorrer ao trabalho indígena (Zamparoni, 1998) (Zamparoni, 2004). Dessa forma as construções dessas políticas específicas a partir da atribuição ao negro de uma tendência natural a ociosidade estavam muito alinhadas com os interesses econômicos portugueses.

### **CONCLUSÕES:**

Ao longo do processo de pesquisa foi possível observar que a compreensão do negro como naturalmente inclinado à ociosidade vai ser utilizada para justificar a construção de legislações específicas para os considerados indígenas. Os legisladores portugueses construíram políticas diferenciadas de trabalho e de punição com base em sua compreensão racializada do mundo, na qual o negro enquanto raça possuía características que o distinguiam e inferiorizavam. A construção dessa identidade específica do nativo não civilizado se insere em um cenário de mudança econômica que exigiu a

arregimentação de braços como apontado por Zamparoni (Zamparoni, 1998) (Zamparoni, 2004). Dessa forma, as transformações das leis não podem ser compreendidas apenas a partir do racismo dos legisladores, mas também através das demandas econômicas que se colocavam.

### **AGRADECIMENTOS:**

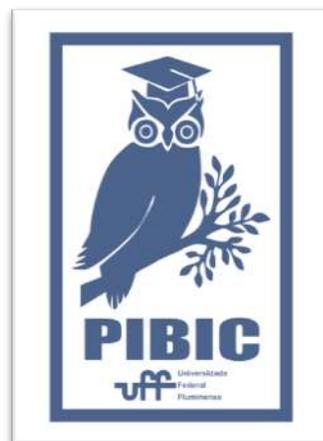
Gostaria de agradecer ao CNPq pela oportunidade de ser bolsista e pelo financiamento dessa pesquisa. Agradeço também a Deus, a meus familiares e amigos.

Expresso ainda minha gratidão ao meu orientador Paulo Cruz Terra que tem me dado todo o suporte durante esse processo e desempenhado papel central no meu desenvolvimento profissional.

Por último gostaria de agradecer também a todas as instituições que disponibilizam virtualmente extensa documentação que foi e vem sendo ao consultada ao longo dessa pesquisa.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ZAMPARONI, Valdemir: *Entre Narros e Mulungos: Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques c.1890 - c.1940*. Tese de Doutorado.São Paulo: USP, 1998.
- ZAMPARONI, Valdemir: Da escravatura ao trabalho forçado: teorias e práticas. *AFRICANA STUDIA*, Porto, n. 7, p. 299-325, 2004.



# A *PHÝSIS* E O PROBLEMA DA COMENSURABILIDADE DOS SENTIDOS COM AS PROPRIEDADES SENSÍVEIS EM SEXTO E EM ARISTÓTELES

## INTRODUÇÃO

A pesquisa que desenvolvemos sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alice Haddad tinha por objetivo analisar duas concepções filosóficas sobre a *phýsis*: a cética, através de Sexto Empírico, e aquela de Aristóteles. Para tanto, nos debruçamos sobre um problema filosófico que foi objeto de exame de ambos os filósofos: a comensurabilidade dos sentidos com as propriedades sensíveis. Em Sexto, o problema surge na exposição do terceiro modo de suspensão do juízo, nas *Hipotiposes Pirrônicas*; em Aristóteles, surge no *De Anima*, onde o estagirita enuncia suas teorias a respeito da alma e dos sentidos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O terceiro modo de suspensão do juízo, legado provavelmente por Enesidemo, um cético dialético mais antigo que Sexto, é um exemplo da forma cética de considerar os problemas relativos à *phýsis*. Ali, Sexto Empírico faz derivar a suspensão do juízo da ignorância humana quanto à existência simétrica de sentidos e propriedades sensíveis. O seu argumento é o seguinte: dado que falta aos homens uma fonte segura de informação sobre a proporcionalidade entre sentidos e propriedades sensíveis, não se pode, através da sensação, produzir nenhum tipo de ciência firme sobre a *phýsis*, entendida como essência, das coisas, tendo o homem, por consequência, que suspender o juízo. O argumento, ali, é bipolar, isto é, transita em dois polos de possibilidades que levam à dúvida.

Por um lado, Sexto diz, poderia existir somente uma propriedade sensível, por nós percebida múltipla unicamente pela constituição diversa dos nossos sentidos. Nesse caso, a *aporia* se dá porque a sensação que temos é inteiramente subjetiva: a percepção é configurada pelo homem, nunca pela coisa percebida.

Por outro lado, as propriedades sensíveis poderiam ser muito numerosas, isto é, poderia haver mais que cinco propriedades sensíveis, e nós, limitados à percepção das cinco apreendidas pelos nossos cinco sentidos, seríamos ignorantes quanto a elas. Sexto alude ao caso dos surdo-cegos de nascença para exemplificar a situação humana nesse caso: aqueles que não ouvem e não veem não sabem que há, para além da experiência sensorial que têm, outras possibilidades de sensação, e não compreendem essas outras possibilidades. Assim, se existissem mais propriedades sensíveis que as cinco que percebemos, nós estaríamos privados, absolutamente, de todo o conhecimento delas oriundo.

De qualquer forma, o que há é dúvida: mesmo que as propriedades sejam em mesmo número de sentidos, as sensações das mesmas coisas se contradizem segundo os sentidos. Por exemplo: os olhos percebem profundidade na pintura, o tato, não. De nenhuma maneira o homem consegue, através da sensação, fazer ciência do sensível, apreender a *phýsis* das coisas.

Numa posição contrária está Aristóteles. Em primeiro lugar, sobre a comensurabilidade dos sentidos com as propriedades sensíveis, ele diz não só que sentidos são proporcionais a propriedades sensíveis, como que a *phýsis* os produziu uns em vista dos outros. O homem, um corpo orgânico animado por uma alma, um princípio de movimento, é constituído de uma tal forma que sua natureza envolve fins como sobrevivência, manutenção da vida e reprodução da espécie. O homem, bem como todo animal e todo ser vivo, precisa sobreviver e manter a própria vida. Precisa, por outro lado, reproduzir-se, para não se extinguir. Para tanto, necessita de meios de buscar o que lhe é útil e agradável e evitar o que é mortal e prejudicial. Precisa, de maneira geral, perceber o mundo ao seu redor. Precisa perceber o alimento, o predador, o parceiro sexual, o que é bom e o que é mau, assim como muitíssimas outras coisas, se deve desempenhar tais papéis. Por isso, a *phýsis*, esse princípio que age em vista de um fim, teria disposto, nos homens, os sentidos, para que fosse possível a ele contemplar suas necessidades. Por isso, é necessário que sentidos e propriedades sejam simétricos.

Essa construção aristotélica em favor da comensurabilidade dos sentidos com as propriedades já nos adianta uma sua importante noção de *phýsis*, o que não ocorre em Sexto. *Phýsis*, para Aristóteles, é um determinado princípio, um tipo de causa, que dá capacidade de movimento e repouso à coisa em que está. É um princípio, por outro lado, que atua em vista de um fim. Sexto abstém-se de teorizar sobre a *phýsis*, restringindo-se apenas, a seu respeito, a dizer que ela é, sob certo aspecto, o critério de ação do cético.

## CONCLUSÕES

Trata-se, é evidente, de filósofos antípodas. Sexto e Aristóteles não têm teorias ou ideias conciliáveis. Sexto é um cético que se restringe a agir e a formular suas crenças segundo os fenômenos, segundo as aparências, e de forma a nunca produzir nenhuma lei ou norma que se pretenda generalizadora. Aristóteles, ao contrário, tem grande parte de suas teorias fundadas nos chamados não-evidentes, nas coisas não manifestas. No que diz respeito à *phýsis*, há, novamente, uma diafonia. Aristóteles concebe uma natureza que rege os meios e os fins da geração; uma natureza que dispõe sentidos e propriedades sensíveis de forma simétrica; concebe, por fim, a experiência sensorial como fonte segura de conhecimento: o alimento não é só aparentemente doce, ele é, em si, doce, como uma determinada coisa é, de fato, tal como o tato a percebe. Sexto, de maneira contrária, não se aventura nos campos da fisiologia. O homem não consegue nem lidar com as dissonâncias da razão e dos sentidos, seus meios de percepção do mundo exterior, como conseguirá produzir leis verdadeiras sobre a *phýsis*? Há, por toda parte, sensações que podem ser contestadas por outras sensações. Para Sexto, o homem não sabe e não pode saber se a experiência sensorial é subjetiva, objetiva ou se algo lhe escapa: é impossível saber se há, de fato, doçura na maçã, dureza no cristal, maciez no mel, etc.

A comparação entre Sexto e Aristóteles nos informa, ao fim e ao cabo, isso: duas maneiras de conceber a *phýsis* que determinam, por consequência, os limites diferenciados que cada um imputa à possibilidade de conhecimento humano.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARISTÓTELES. *De Anima*. Trad. de Maria Cecília Gomes dos Reis. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

BERTI, E. *Novos Estudos Aristotélicos II*. Trad. de Silvana Cobucci Leite, Cecília Camargo Bartalotti e Élcio de Gusmão Verçosa Filho. São Paulo: Loyola, 2011.

SEXTO EMPÍRICO. *Esbozos Pirrónicos*. Trad. de Antonio Gallego Cao e Teresa Muñoz Diego. Madrid: Gredos, 1993.



**Grande área do conhecimento: Ciências Humanas (Psicologia)**  
**ASPECTOS PSICOLÓGICOS NA PRÁTICA DO SURFE: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

**Autores: Raquel Nogueira da Cruz; Erick Francisco Quintas Conde**  
**Depto. de Psicologia de Campos dos Goytacazes (CPS-ESR)**  
**Núcleo de Estudo e Aplicação em Psicologia (NEAPsi-UFF).**

## **INTRODUÇÃO:**

Evidências demonstram que a saúde mental e o bem-estar psicossocial da população encontram-se profundamente afetados no contexto de pandemia por COVID-19. Segundo a literatura científica, a prática contínua de esportes e atividades físicas pode afetar indicadores da saúde física e mental, sendo consideradas excelentes estratégias para melhoria de quadros clínicos, promover capacidades de resiliência, habilidades cognitivas, estados emocionais e indicadores de saúde em geral. Especificamente na esfera psicológica, sabe-se que tais práticas, além de estimular o desenvolvimento cognitivo e propiciar uma melhor regulação emocional, podem atuar também como fator protetor de déficits cognitivos decorrentes do envelhecimento, bem como atenuar sintomas de diferentes transtornos mentais. Dessa forma, o presente trabalho se propôs a realizar um estudo exploratório sobre aspectos psicológicos envolvidos na prática de surfe e demais atividades físicas, adotando como controle um grupo de indivíduos sedentários. A coleta de dados foi realizada no contexto da pandemia por Covid-19. Para a realização da pesquisa, foi utilizada a plataforma online, Google Docs,

sendo a divulgação do projeto realizada através de redes sociais, grupos e páginas virtuais pertinentes à população em questão. A amostra foi composta por 100 indivíduos de ambos os sexos ( $\bar{X}=35.71$ ,  $dp=14,12$ ) mediante aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que se dispuseram a preencher um formulário online composto pelos seguintes itens e escalas: (1) dados sociodemográficos iniciais; (2) questionário sobre a prática de atividade física; (3) questionário sobre Esporte e Saúde; (4) Questionário Disexecutivo (DEX), para avaliação do prejuízo nas funções executivas; (5) Escala de Resiliência composta por itens sobre as capacidades individuais de resolução de problemas, enfrentamento de demandas e desafios, flexibilidade cognitiva, entre outras qualidades necessárias à resiliência humana e (6) escala linear analógica não visual - numérica sobre a percepção dos efeitos do esporte na saúde física e mental. As análises dos dados foram realizadas utilizando-se estatística descritiva, análises de correlação e análises comparativas com Teste-t para amostras não pareadas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Segundo análises descritivas, 50% da amostra foi composta por indivíduos do sexo feminino e 50% por indivíduos do sexo masculino. Além disso, 50% são solteiros(as), 34% casados(as), 9% união estável e a parcela mínima da amostra se identificou como separado(a)/divorciado(a)/desquitado(a) ou viúvo(a). Também, 22% da amostra relatou fazer uso contínuo de alguma substância entorpecente e/ou psicoativa, sendo o álcool a mais indicada (em 10% da amostra), seguido pela cannabis (8%) e ansiolíticos (4%). Os participantes foram agrupados como praticantes de atividade física e/ou esportiva (corresponde a 37,75% da amostra total), surfistas (33,67% da amostra) e pessoas sedentárias (26,53% da amostra). Os resultados das análises comparativas, através do test-t, indicaram diferença estatisticamente significativa na pontuação da escala de sintomas DEX ( $p=0,03$ ), sendo observada menor pontuação no grupo de surfistas ( $\bar{X}=44,18$ ;  $dp=14,10$ ) em comparação com praticantes de outros esportes e atividades físicas ( $\bar{X}=50,53$ ;  $dp=16,21$ ). Para as comparações com a pontuação obtida na Escala de Resiliência foi observada significância estatística ( $p=0,05$ ) entre os grupos de praticantes de atividade física, incluindo surfistas ( $\bar{X}=123,12$ ;  $dp=31,69$ ) do grupo de participantes que se declarou sedentário ( $\bar{X}=109,29$ ;  $dp=37,73$ ). Sobre a percepção dos benefícios da prática de atividades físicas na Saúde Psicológica, foram observadas diferenças significativas entre os grupos, sendo a média do grupo de surfistas ( $\bar{X}=4,97$ ;  $dp=0,17$ ) estatisticamente maior ( $p=0,03$ ) do que a do grupo de praticantes de outras atividades físicas

( $\bar{X}=4,80$ ;  $dp=0,56$ ) e de sedentários ( $p=0,00$ ;  $\bar{X}=4,33$  e  $dp=1,27$ ). Na análise de correlação, foi observada uma correlação positiva alta ( $r=0,83$ ) entre os valores de percepção dos efeitos do esporte na saúde física e na saúde psicológica, sendo que quanto mais se percebe os benefícios do esporte na saúde psicológica, mas se percebe também na saúde física.

## CONCLUSÕES:

Os resultados deste estudo corroboram com a literatura, evidenciado que os indicadores de resiliência são maiores nos grupos de pessoas fisicamente ativas, incluindo surfistas. Também demonstramos que não existem diferenças entre praticantes de surfe e das demais modalidades no que tange a resiliência, sendo ambos mais resilientes do que participantes sedentários. Ainda fora verificado que surfistas apresentam menos sintomas da síndrome Disexecutiva (medidos coma e escala DEX), bem como percebem mais os efeitos positivos da prática desta modalidade na saúde psicológica. Ressalta-se que diante do atual cenário de potencial aumento de demandas em saúde mental, é de grande importância que esforços sejam empregados pelas mais diversas áreas de conhecimento, a fim de minimizar os impactos negativos à saúde mental da população. Nesse sentido, observa-se que mesmo em um momento de tantas restrições, as práticas esportivas e a realização de atividades físicas são potencialmente uma forma eficaz e acessível para melhorarem indicadores de saúde mental e do bem-estar psicossocial. A principal contribuição do estudo foi propiciar

informações que permitiram contextualizar o surfe na discussão sobre os efeitos da prática esportiva na dimensão psicológica. O estudo propicia uma contribuição especial ao desenvolvimento de conhecimentos específicos ao campo da Psicologia do Esporte e do Exercício, bem como às Ciências do Esporte, pois devido ao caráter neo-olímpico do surfe, os aspectos psicológicos inerentes ao contexto desta modalidade, ainda tem sido muito pouco estudados.

### **AGRADECIMENTOS:**

Autores agradecem aos discentes Henrique Aragão e Débora Matias de Souza (UFF) e ao professor Leo Nepomuceno (UFC).

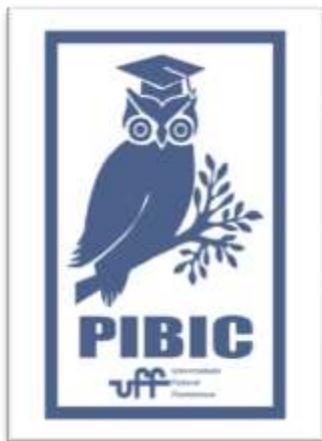


Imagem 1: Imagem PIBIC



**Ciências Humanas**

**Atendimentos e julgamentos na dinâmica do conselho tutelar**

**Ana Carolina Storck Duarte de Oliveira, Marcella Sales Moreira,  
Marcos da Rocha Rufino**

**Instituto de Psicologia da UFF (IPSI)**

## **INTRODUÇÃO:**

O cotidiano do conselho tutelar, campo da nossa pesquisa, lida com denúncias de violação de direitos, com queixas da população e situações de sofrimento que demandam uma ação de acolhimento e orientação. A atuação de estagiários nesse espaço e a convivência com essas situações permitiu a construção de diários de campo sobre seus encontros com o cotidiano dos conselhos e a partir de tais escritos, a pesquisa se propôs a analisar os atendimentos feitos aos usuários, problematizando as práticas de julgamento, as definições de bem e mal e os efeitos dos percursos morais que atravessam as relações entre os conselhos e seus usuários.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A partir do referencial teórico e dos diários de campo, foi possível notar que as práticas de judicialização têm alcançado espaços para além do Poder Judiciário. No conselho tutelar, esse processo de judicialização é responsável pela restrição de saberes e práticas e se estabelece como um mediador do viver. De acordo com Nascimento, Jashar e Barbosa (2018), no âmbito da proteção

à infância e à adolescência, pode-se notar que esse desejo por ordem, justiça e punição reflete nas chamadas famílias negligentes, que são aquelas que, geralmente, são usuárias do conselho tutelar.

Quando falamos dessas famílias, precisamos falar também da criminalização e culpabilização da pobreza. Por exemplo, um dos diários narra uma denúncia de maus-tratos. Ao receber tal denúncia, o conselheiro pede que a mãe, acusada de maltratar a filha, compareça ao conselho tutelar. Ao chegar, ela é recebida pela estagiária, e afirma que “o conselho acha que só ricos podiam ter filhos”. A fala dessa mãe se relaciona diretamente com a ideia de criminalização da pobreza e com o modelo instituído do que é visto como correto no cuidado de uma criança, de forma que qualquer desvio do padrão é classificado como negligência, associando pobreza ao fora de ordem (NASCIMENTO, 2012).

No mesmo atendimento, os conselheiros repreendem essa mãe porque a criança não estava usando fraldas. A mãe afirma que nem sempre tem condições de comprá-las, mas diz que o pai levaria fraldas novas para a criança no mesmo dia. É nesse

momento que os conselheiros informam à mãe que havia a possibilidade de abrigamento da filha. Em resposta, ela disse que o conselho só tirava os filhos de pessoas pobres. Essa seria a oitava criança dessa mãe a ser abrigada e as demais eram usadas como evidências de que ela era negligente e que não tinha condições de cuidar da criança.

A produção de verdade foi reconhecida nos diários em diversos momentos e está frequentemente relacionada ao julgamento do outro, o que leva o conselho tutelar a excessos de investigação. Essas articulações podem, muitas vezes, passar despercebidas, sendo necessário um olhar apurado, já que, para haver produção de verdade, práticas de poder e julgamentos dos outros têm que existir (NASCIMENTO e MARAFON, 2016). Isso faz com que certas denúncias sejam recebidas de acordo com verdades estabelecidas. Como em um diário no qual uma mãe chega realizando denúncia sobre o genitor de seu filho e o conselheiro afirma que a situação se tratava de uma disputa de guarda, que os pais costumam arrumar histórias para difamar um ao outro e usam, com frequência, o CT para isso. Entendemos que, nesse relato, a escuta do conselheiro partia de um pressuposto sobre a fala da usuária.

A questão da burocracia, abordada por Lapassade em sua obra, possibilita pensar a respeito da divisão de poder. Segundo ele, existem dois grupos, um deles responsável por tomar as decisões e o outro responsável por executar aquilo que os primeiros decidem. O grupo de decisão se encarrega não apenas de

decidir o que fazer, mas como será feito. Nesse cenário, há um cerceamento da autonomia daqueles responsáveis pela execução do fazer institucional. A burocracia atrelada às relações de poder que o judiciário exerce sobre o conselho tutelar pode ser notada nesses momentos de tomada de decisão. Em um diário, uma juíza decide fechar o único local que fornecia acolhimento institucional para meninos, podendo deixá-los desabrigados. A solução dada pela juíza nesse cenário não se mostrou viável, dado que o conselho teria que recorrer à cidade vizinha e descobrir os plantões dos conselhos tutelares de lá, para tentar conseguir uma vaga para um garoto e por fim tentar alguma solução. Além disso, nota-se neste caso, uma relação de poder que é também hierárquica, visto que a decisão tomada pela juíza restringiu as possibilidades de intervenção do conselho.

## **CONCLUSÕES:**

A leitura dos diários de campo associada aos referenciais teóricos, produziu dois analisadores norteadores de nossas discussões: produção de verdade e burocracia das práticas de atendimento. Com esses analisadores, foi possível explorar as lógicas de funcionamento do conselho tutelar e as práticas de julgamento presentes em seu cotidiano. Observou-se que as práticas de julgamento que atravessam o espaço do conselho estavam frequentemente relacionadas às verdades instituídas sobre o que é ser uma boa mãe, uma boa família e o que seria negligência. A relevância da ferramenta dos analisadores se dá, nesse

contexto, em razão da geração de questionamentos e desnaturalização de práticas de atendimento fundamentadas em julgamentos que são produzidos sobre os usuários do conselho.

As possibilidades de atuação encontram-se atravessadas, deste modo, pelas verdades instituídas, pelos julgamentos de condutas e pelo embarreamento das intervenções do conselho tutelar por diferentes instâncias. Faz-se necessário, então, compreender como se dão as produções de verdade e como a moral atua, visto que problematizar tais ocorrências permite que elas sejam analisadas caso a caso.

#### **AGRADECIMENTOS:**

Agradecemos às duas agências de fomento que financiam os bolsistas que atuam na pesquisa: Pibic/CNPq e FAPERJ.



**Grande área do conhecimento: Ciências Humanas**

**Elaboração e validação de um material didático hipermídia para o ensino de Química Geral**

**Andrews Yuri Tambero Nunes Neto**

**Joana Guilaes de Aguiar**

**Instituto de Química, Grupo de Estudos em Cognição &**

**Educação Científica (GECEC)**

## **INTRODUÇÃO:**

Materiais hipermídias vêm sendo relatados na literatura como recursos didáticos úteis para promover a aprendizagem significativa em ambientes virtuais. Ao utilizá-lo como material instrucional há um pressuposto de que o aluno saberá definir a ordem de navegação que seja a mais adequada para o seu nível de conhecimento prévio e que, essa ordem, permitirá que ele recorde informações e construa novos esquemas mentais, levando a um ganho de conhecimento. Porém, alguns pesquisadores apontam que, durante a navegação do hipertexto, o aluno pode ser levado a um estado de desorientação, que compromete os recursos cognitivos destinados à aprendizagem. Por outro lado, a utilização de esquemas hierárquicos como os Mapas Conceituais (MCs) podem explicitar a interrelação entre conceitos favorecendo a construção de esquemas relevantes à aprendizagem. Os MCs, desenvolvidos por Novak (2010) na década de 70 e pautados na Teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel (2000), são organizadores gráficos de representação do conhecimento formados por uma rede de conceitos e suas relações proposicionais de alto teor explicativo. O

objetivo deste estudo foi de desenvolver e validar um material didático hipermídia organizado na forma de MCs para ensinar ligações químicas no âmbito universitário. Considerando pressupostos teóricos cognitivistas, tais como a Teoria da Carga Cognitiva (SWELLER; AYRES; KALYUGA, 2011) e a Teoria da Aprendizagem Multimídia (MAYER, 2009), só é possível a ocorrência da aprendizagem significativa se o aluno não estiver em sobrecarga cognitiva, seja devido à alta complexidade do conteúdo (carga intrínseca) ou pelo formato da tarefa (carga extrínseca).

## **METODOLOGIA:**

Alunos de graduação em Química ( $n = 3$ ) foram convidados para explorar o material em uma aplicação piloto. Todos os instrumentos de coleta de dados foram elaborados pelo bolsista e validados em conteúdo e forma pela orientadora que é especialista na área em estudo. O procedimento de coleta de dados envolveu as seguintes etapas, todas conduzidas à distância devido as condições de isolamento social: (1) aceite do Termo de Consentimento Livre Esclarecido, (2) aplicação do pré-teste – afirmações a serem julgadas em verdadeiro ou

falso, (3) navegação pelo material como forma de estudar o assunto a partir de perguntas norteadoras, (4) resposta aos questionários sobre usabilidade do sistema, desorientação, percepção e esforço mental para compreender o conteúdo em estudo e, por fim, (5) aplicação do pós-teste – cinco questões de múltipla escolha sobre o tema em estudo. O acesso aos questionários pode ser feito pelos links: <https://forms.gle/v6WHdUKav9bST1JN9> e <https://forms.gle/QLCd9CDeuRbjwiXF6>.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Seis vídeo-aulas foram gravadas pela professora orientadora e disponibilizadas no YouTube® para os alunos da disciplina de Fundamentos de Química sobre o tema. A partir do conteúdo dos vídeos, foi produzido o material hiperfídia (link de acesso [Ago. 2021]: <https://bit.ly/3zlsJ8m>) unindo cinco MCs organizados por camadas de conhecimento e sete recursos linkados aos conceitos de: poço de energia potencial, energia reticular, estrutura de Lewis, composto covalente, ligação metálica, polaridade da ligação e energia de ligação. Os MCs se interconectam por *hiperlinks* clicáveis (veja o exemplo do mapa inicial do material na Figura 1). A aplicação do material no estudo piloto mostrou que a Usabilidade e a Percepção foram relativamente positivas. É possível afirmar que a facilidade das alunas em navegar pelos MCs, ainda que não houvesse familiaridade, é explicada pela intuitividade do sistema somada com a experiência de navegação em sistemas didáticos disponíveis pela internet, visto que as

participantes estão inseridas no cenário de período de ensino remoto.

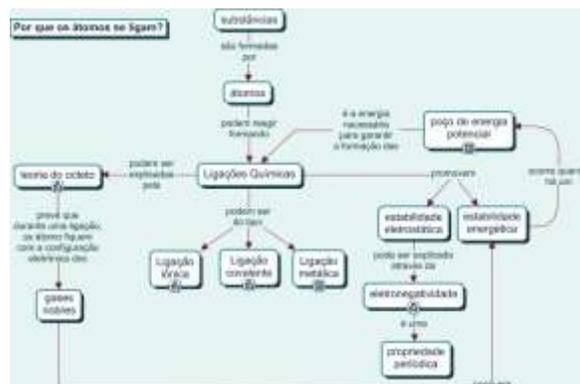


Figura 1: Mapa conceitual que é a página inicial do material hiperfídia. Alguns conceitos são clicáveis, que direcionam a outros mapas ou trechos das vídeo-aulas sobre o tema.

Além disso, quanto maior o tempo de navegação, menor foi o ganho de conhecimento, contrariando a expectativa de que quanto mais se passasse estudando o material mais aprenderia. Porém, a participante com o maior conhecimento prévio foi a que passou mais tempo navegando. Isso pode indicar que o material não foi útil para ela naquele momento, possivelmente prejudicando a aquisição de conhecimento já que ela passou mais tempo revisitando os seus esquemas mentais. A correlação positiva entre a usabilidade e a desorientação reforça a ideia de quem navega intensamente no material, ainda que tenha uma visão positiva, fica mais suscetível a sofrer desorientação.

## CONCLUSÕES:

As metas definidas no plano de trabalho foram devidamente cumpridas, tendo algumas etapas adaptadas. A possibilidade de linkar recursos audiovisuais e imagéticos em MCs torna o

material rico e ao mesmo tempo navegável mediante interesse e necessidade dos alunos. É preciso garantir a máxima usabilidade e a menor desorientação, a fim de não ter carga extrínseca no processo e, sendo assim, potencializar a aprendizagem por meio da aquisição de conhecimento em que o aluno utiliza parte do seu esforço mental para compreender o conteúdo, que é a carga intrínseca.

## **REFERÊNCIAS:**

- AUSUBEL, D. P. **The acquisition and retention of knowledge: a cognitive view.** Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2000.
- NOVAK, J. D. **Learning, creating and using knowledge: concept maps as facilitative tools in schools and corporations** (2. Ed.) Nova Iorque: Routledge, 2010.
- MAYER, R. E. **Multimedia Learning** (2a Ed) Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009.
- SWELLER, J.; AYRES, P.; KALYUGA, S. **Cognitive Load Theory.** Nova Iorque: Springer, 2011.



**ESCRAVIDÃO, ÍNDIAS E MISTIÇAGEM NA BACIA DO PRATA NO SÉCULO XVI: AS CATEGORIAS DA CONQUISTA**

**Marina Almeida Mainhard / Elisa Frühauf Garcia  
(orientadora)**

**Instituto de História / Companhia das Índias**

**INTRODUÇÃO:**

As mulheres tupis-guaranis foram fundamentais na conquista e na construção da sociedade colonial na bacia do Prata no século XVI. A presente pesquisa analisa as formas pelas quais tal fato se deu: de que maneira as índias foram parte essencial no funcionamento da escravidão (e de outras formas de trabalho compulsório) e da projeção social dos ibéricos. A investigação tem como ponto de partida a agência e o protagonismo dessas mulheres.

A delimitação geográfica que norteia o projeto desconstrói a tendência de analisar o território da bacia do Rio da Prata de forma compartimentada entre os domínios luso e espanhol – calcada na projeção indevida dos limites territoriais contemporâneos e que desconsidera as estruturas nativas existentes. O marco temporal abarca desde as expedições europeias iniciais até o final do XVI, considerando-se dois momentos distintos: as primeiras décadas dos contatos, quando

predominavam as lógicas indígenas; e as décadas posteriores de consolidação da sociedade colonial, marcada pela implementação das instituições europeias e pela subordinação política e econômica dos nativos.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Para o desenvolvimento do tema privilegiou-se a consulta a fontes primárias resultantes dos processos de contato e conquista da população indígena na região em diálogo com a bibliografia especializada nos campos da História Indígena e da História das Mulheres. Exploramos mais profundamente as atas da Câmara de São Paulo, de 1562 até 1622, e também o relato do italiano Antonio Pigafetta, integrante da expedição Magalhães-Elcano que realizou a primeira circum-navegação da história, no século XVI. O relato de Pigafetta e as atas nos dizem sobre a perspectiva europeia dos nativos mas também nos dão possibilidades de entender o papel feminino nessas sociedades. A falta de uma presença feminina significativa nos

documentos, em alguns momentos, traz à tona uma série de questões, tais como o porquê dessa presença reduzida se as mulheres compunham grande parte das populações nativas (e cativas).

Essas fontes primárias nos permitem trabalhar com as categorias, os termos, usados para denominar as mulheres indígenas tupinambás. Essas categorias nos dizem sobre uma dinâmica específica da Época Moderna e o papel que elas ocupavam dentro da hierarquia social daquelas populações.

## CONCLUSÕES:

Para além de apenas um veículo para o que ficou conhecido como mestiçagem na historiografia tradicional indígena no Brasil, as mulheres indígenas tinham papéis estabelecidos que envolviam transações comerciais e relações sociais entre outros povos<sup>1</sup>.

## AGRADECIMENTOS:

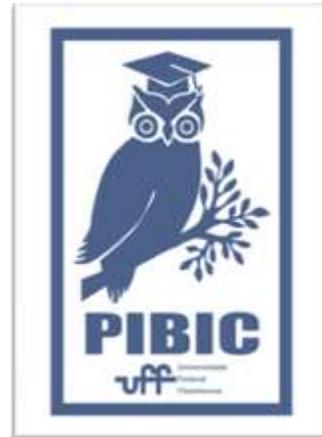
À Professora Elisa Frühauf Garcia pelo grande aprendizado e acompanhamento ao longo desses semestres;

E ao fomento do PIBIC/Cnpq/UFF.

## Notas:

1. GARCIA, E. F. Las categorías de la conquista: las mujeres nativas en el vocabulario del siglo XVI (São Vicente, Brasil) Categories of the Conquest. Native women in the 16th vocabulary century (São Vicente, Brazil).

NUEVO MUNDO-MUNDOS NUEVOS, v. 1, p. 1, 2019.





**Ciências Humanas – História**

**Título do Projeto: Canções escravas e racismo (terceira parte): As escolas de samba e os músicos negros em foco. Rio de Janeiro, década de 1930.**

**Autores: Shelida Alves de M. Barbosa (Bolsista) - Martha Campos**

**Abreu (Orientadora) Departamento/Unidade/Laboratório: UFF – Instituto de**

**História – Núcleo de Pesquisas e Estudos em História**

**Cultural(NUPEHC)**

### **INTRODUÇÃO:**

O presente projeto é mais um desdobramento de pesquisa em torno da cultura negra e da história social da música no pós-abolição. Faz parte do projeto coletivo mais amplo, coordenado por Martha Abreu e Hebe Mattos, desde 2005: Memória e Música Negra no Rio de Janeiro. A partir da discussão sobre o legado da memória da escravidão para a história da música negra no Atlântico, o projeto é um aprofundamento da pesquisa sobre as representações dos gêneros musicais identificados com a população negra, na década de 1930.

A tentativa de identificar as transformações existentes no interior do grupos e blocos que foram estudados no projeto anterior conduziu a pesquisa para a emergência das escolas de samba e a projeção dos músicos negros no mercado musical do Rio de Janeiro, com destaque para a cantora Carmem Costa que surgiu no decorrer do projeto e se tornou o objeto central desta terceira etapa, além de ter se tornado meu objeto monográfico.

Nesse sentido os objetivos da pesquisa são:

- Contribuir para a escrita da história social da música negra no Brasil através das discussões sobre as representações, racializadas e racistas, dos gêneros afro-brasileiros e dos músicos negros nos jornais de grande circulação.
- Situar a história da cantora Carmem Costa e posteriormente do samba nas discussões sobre a música negra na chamada “modernidade atlântica” da década de 1930 por meio dos jornais e materiais dos Arquivos disponíveis.
- Formar jovens pesquisadores no tema da cultura negra nas Américas, fortalecendo a implementação das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e Africana”.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Com base nas leituras sobre o tema e com foco nos objetivos supracitados caminhamos ao encontro de matérias jornalísticas, entrevistas e fotografias divulgadas pela imprensa e disponíveis em Arquivos para contextualizar a vida privada da Carmem Costa com o cenário musical da época.

O cruzamento das fontes encontradas com as entrevistas realizadas pela cantora foram importantes

---

para que pudéssemos alcançar os objetivos e elaborar uma ordem cronológica dos relacionamentos amorosos com as produções musicais lançadas por Carmem durante o recorte temporal pré definido.

Além disso, a análise desses dados permitiu a compreensão sobre como foi que a persona de Carmem Costa surgiu na vida de Carmelita Madriaga - nome de batismo e de que modo ela desejava se projetar socialmente e sobretudo perceber como seus relacionamentos musicais repercutiram nas mídias existentes.

Esse ciclo de pesquisas resultou em um compilado de recortes jornalísticos sobre a vida social e musical da Carmem, um acervo documental e em certa medida imagético sobre alguns dos grandes nomes do samba nacional, como por exemplo Heitor dos Prazeres.

Sem dúvidas, o maior resultado foi ter encontrado a Carmem Costa durante as pesquisas e através da orientação da professora Martha Abreu ter tido a oportunidade de historicizar essa personagem como meu objeto monográfico. Apesar de ser uma produção ligada ao PIBIC, minha monografia tem grande influência nesse trabalho pois é nítido como as duas pesquisas se entrecruzam e se conectam ao evidenciarem as dinâmicas de sociabilidade no cenário musical da época.

Além do acervo e da monografia, construímos um arquivo com as notícias relevantes sobre as escolas de samba existentes no Jornal do Brasil na década de 1930.

## **CONCLUSÕES:**

Após mais um ano de intensas pesquisas não há como negar que o projeto tem uma proposta interessante e renovadora para o meio acadêmico, principalmente ao evidenciar o protagonismo de personagens negros antes relegados ao anonimato ou a categoria de figurantes do grande espetáculo que o samba carioca, o carnaval e, de modo geral, a música popular brasileira.

Desejamos que o acervo construído e a monografia sobre a Carmem Costa inspire novos pesquisadores a adentrar no mundo da cultura e da música para propor novas reflexões sobre o Brasil em diversos recortes temporais.

Há muito a ser feito ainda e muitos nomes precisam ser (re)conhecidos, porém, esse projeto se apresenta como um pontapé inicial que busca estabelecer reflexões sobre a cultura, a sociabilidade, a cidade do Rio de Janeiro e seus agentes históricos, pensando acima de tudo as relações entre os agentes culturais e o recorte de raça, assim como a atuação histórica desses agentes nos recortes estabelecidos e seus desdobramentos para as futuras gerações.

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço à professora Martha pela parceria durante todo o processo e pela amizade construída. Pesquisar e produzir ciência com seu apoio e supervisão torna tudo mais leve, ainda que a vida tenha seus revezes seguiremos juntas pois sempre há motivos para continuar tempo para mais uma “saideira” como diriam nossos animadíssimos sujeitos de pesquisa.

---

Agradeço ao meu amado Ozias Jr e aos amigos de graduação e de vida: o grupo Quem é Cárdenas? por todo suporte durante os dias sombrios e nebulosos que vivemos.  
Viva a educação pública e de qualidade.





**Antropologia**

**Etnografando casas no norte-fluminense: sociabilidade e distanciamento em tempos de COVID-19**

**Gabrieli Brizo**

**Departamento de Ciências Sociais de Campos /Pólo  
Universitário de Campos dos Goytacazes/ Núcleo de Estudos**

**Rurais**

### **INTRODUÇÃO:**

A pandemia do novo coronavírus em suas diversas temporalidades conforma novas formas de habitar e produzir o cotidiano. Dessa forma, essa pesquisa visa compreender como os impactos da pandemia afeta as formas de ser e estar com outros de pequenas produtoras do Norte Fluminense, tendo como foco principal a socialidade doméstica e as relações que se desvelam e que são reafirmadas pela casa, utilizando como norteador teórico a categoria cuidado.

Além disso, essa pesquisa procura investigar como foi compreendido as medidas de contenção do vírus sars-cov2, nos atentando ao modo com que essas vão experienciar o “isolamento social”, assim como, as explicações que foram geradas e costuradas para desvendar o que é a doença e o período pandêmico.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Eventos críticos (DAS, 2020) dizem sobre a quebra da continuidade do dia a dia de forma abrupta e violenta. Assim, os relatos que recebemos sobre a descoberta da pandemia, diz sobre a ruptura da vida cotidiana e adaptação da vida nesse contexto. Assim, trataremos dos desdobramentos que são realizados para garantir que a vida diária continue.

Um dos aspectos de maior impacto foi o cultivo e sua comercialização, a necessidade de se adaptar às sanções de contenção do vírus mudou a forma de comercialização dos produtos de pequenos produtores. Em maio de 2020, o lockdown foi adotado como medida sanitária. Nesse período, feiras, o mercadão municipal de Campos dos Goytacazes e bancas foram fechadas, impedindo que essas produtoras escoassem seus produtos. Uma das saídas das pequenas agricultoras com que trabalhamos foi vender seus produtos através de aplicativos como WhatsApp, onde clientes pediram por mensagem e receberam suas

cestas por delivery. Assim como a venda porta em porta. Ambas as soluções derivam de uma rede de relações já construída, clientes antigos, parentes, vizinhos e conhecidos, que retrata a proximidade mesmo em distanciamento.

Relações de afeto são construídas através da casa e do compartilhamento de cuidado, assim como outros vetores (CARSTEN, 2004). Dessa forma, estar em “distanciamento” ou na companhia integral não implica necessariamente implica o rompimento de uma relação, já que fazer relações é se fazer presente e estabelecer uma proximidade com aqueles que se dividem afeto e cuidado. Fernandes (2018) relata:

”Ter “contato” é ter relação, quem realiza o cuidado mantém-se “em contato”. Através do “contato” relações se legitimam ou se desqualificam. A “falta de contato” produz o descrédito da distância. Nem todos os “contatos” têm o mesmo peso no âmbito de um grupo, o “contato” também não necessariamente implica a proximidade física, tampouco o “estar junto”. É possível se fazer “presente” através do “contato a distância”[...]” (FERNANDES, 2018. P. 306)

As diversas violências que a pandemia expôs a violência doméstica é a mais sensível de se desenvolver em uma pesquisa com curto espaço de tempo. Tratar de violência doméstica necessita de um grande movimento que precisa de confiança entre a pesquisadora e interlocutora.

No entanto, dos questionários levantados pelo Núcleo, 11,8% das entrevistadas dizem ter testemunhado alguma situação de violência doméstica.

## **CONCLUSÕES:**

Se faz necessário medidas que pensem nas situações de precariedade que perpassam a vida do povo do campo. Assim, pensar na garantia de cesta básica e do escoamento de produtos através de programas já existentes, como o PNAE; Pensar em medidas que ampliem a mobilidade social, pensando na integração de áreas rurais e urbanas, para atestar o direito à saúde e educação de qualidade. Ademais, pensar na ampliação de leis que protejam a mulher em suas casa de seus agressores, tornando possível a recuperação psicológica e física dessas mulheres.

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço a coordenadora da pesquisa, Professora Dra. Simone Silva, pela confiança, sabedoria e por apresentar sempre novos olhares na elaboração da pesquisa. Foi um momento muito importante que pude entender a postura de uma professora dedicada e que demonstra muito carinho pela jornada de seus alunos. Obrigada também pelas diversas histórias que compartilhou durante as reuniões e o campo.

Agradeço a UFF e ao CNPQ por ter financiado a pesquisa e pelo apoio.

E todas as mulheres que tornaram essa pesquisa possível. Que se tornaram disponíveis para nos contar suas histórias, nos ajudar a nos conectar com mais pessoas e nos receber em suas casas em tempos tão assustadores.

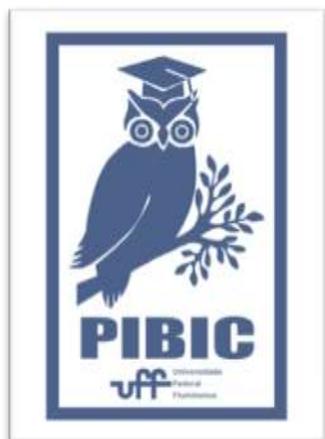


Imagem 1: Imagem PIBIC



**Grande área do conhecimento:** Ciências Humanas

**Título do Projeto:** Da Violência Obstétrica à Justiça Reprodutiva:  
Questões em torno da maternidade

**Autoras:** Paula Land Curi (Orientadora), Camilla Bonelli Marra (Bolsista)

**Departamento/ Unidade:** Instituto de Psicologia/ Departamento de  
Psicologia

## INTRODUÇÃO

A violência obstétrica (V.O) tem sido pauta de debates, que a circunscrevem no âmbito das práticas violentas, omissas e/ou negligentes exercidas pelos profissionais de saúde, em sua maioria médicos, contra a mulher na hora do parto. Esta concepção é restrita, pois não leva em consideração a produção de práticas de agenciamentos dos corpos femininos, as violações de direitos humanos, sexuais e reprodutivos, nem as chamadas Hierarquias Reprodutivas.

Fica-nos claro que não há como discutir a V.O e avançar na luta por uma maternidade digna, livre de opressões, discriminações, violências e violações sem que coloquemos no cerne da discussão as desigualdades sociais, considerando as diferentes mulheres e as suas diferentes formas de acesso às políticas e aos sistemas de garantias direitos.

Assim sendo, lançamos mão do conceito de Justiça Reprodutiva que, ao combinar direitos reprodutivos à justiça social, reafirma a disparidade existente no tratamento que as mulheres recebem. É um analisador que fala das marcas das opressões nos corpos femininos e da necessidade deslizarmos de uma perspectiva individual e individualizante da maternidade, e alinhá-la numa perspectiva de autonomia imbricada às coletividades.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após revisão sistemática em bases de dados - SCIELO, PEPsic e BVS -, utilizando como descritores “Justiça Reprodutiva” (JR), “Hierarquias Reprodutivas” (HR), “Violência Obstétrica e Justiça Reprodutiva” (VOJR) e “Direitos Reprodutivos e Justiça Reprodutiva” (DRJR), e seguindo os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos no projeto, os artigos foram separados pelas temáticas abordadas e categorizados da seguinte forma: a) Movimentos de mulheres e feminismo(s); b) Violência Obstétrica no contexto de Justiça Reprodutiva; e, c) Aborto no Brasil.

Os artigos categorizados na letra (a) Movimento de mulheres e feminismos, marcam a relevância desses na luta pelos direitos humanos, sexuais e reprodutivos das mulheres. Explicitam o papel das Conferências Internacionais, realizadas nos anos de 1990, as quais o Brasil foi signatário. Ênfase é dada a Conferência do Cairo, 1994, marco histórico na consolidação dos Direitos Sexuais e Reprodutivos.

Sobre a Violência Obstétrica no contexto da Justiça Reprodutiva (b), percebe-se que, no Brasil, discute-se a partir de dois pontos principais não excludentes: a construção do saber médico e a luta por uma conceituação,

que seja passível ser circunscrevê-la no âmbito criminal. Justiça Reprodutiva ainda não é um conceito que ganha visibilidade, embora pesquisas apontem para as desigualdades sociais e marquem raça e classe como categorias importantes à análise da violência perpetrada.

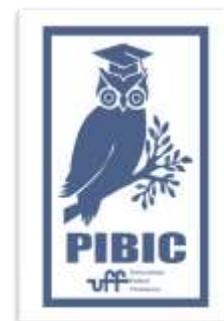
Por fim, porém não menos importante, o item (c) Aborto no Brasil. Os artigos discutem não só as questões concernentes à criminalização do aborto no país, mas também problemáticas que se circunscrevem no âmbito do aborto legal, em especial, daqueles realizados quando em decorrência de um estupro.

Enfatizam a dificuldade das mulheres acessarem o aborto legal e as justificativas dos profissionais para a recusa da realização do procedimento, a saber: a) Desconhecimento dos profissionais de saúde inseridos nos serviços de referência em relação à legislação vigente sobre o aborto legal; b) Temor em relação às possíveis complicações judiciais; c) Forte influência dos valores ético-religiosos nos profissionais; e, d) Repúdio ao estigma de aborteiros.

Chama-se também atenção para a formação médica, centrada numa visão técnico-curativa e biológica do processo saúde-doença, resultando no despreparo dos profissionais para lidar com dimensões sociais, culturais e subjetivas.

As hierarquias reprodutivas ficam nítidas quando analisamos os dados sobre o aborto. As mulheres brancas, das elites conseguem realizá-lo de forma segura, inclusive em outros países, enquanto as mulheres pobres e negras,

que são negligenciadas, deixadas morrer pelo estado.



## CONCLUSÕES

Torna-se fundamental a implementação de políticas públicas que diminuam as diferenças, as desigualdades, as violências e as violações dos direitos humanos, sexuais e reprodutivos das mulheres.

Não há como falar de V.O se tomá-la com expressão da violência de gênero – estrutural e interseccional -, sem que coloquemos em xeque a lógica hegemônica vigente – patriarcal e científica -, que não só expropria a mulher de seu próprio corpo, como também, no caso brasileiro, estabelece as chamadas hierarquias reprodutivas.

A hierarquização da assistência no âmbito de saúde da mulher e as inúmeras injustiças reprodutiva perpetradas aos corpos femininos estabelecem hierarquias reprodutivas e, por derivação, as maternidades subalternas! Enquanto os direitos sexuais e reprodutivos não forem respeitados, maternidades seguirão sendo menos ou mais validadas.

O direito ao próprio corpo é o ponto de partida para uma sociedade democrática que dá aos indivíduos igual valor.

## AGRADECIMENTOS:

Às mulheres, diversas, plurais, cientistas, amigas, profissionais, familiares, que me inspiram. Às mulheres que lutaram e lutam pelo direito a uma maternidade digna, assistida

e socialmente amparada. Ao PIBIC/UFF e ao  
CNPq!

## História do Brasil III

### Entre raspagens e cartazes: o trote universitário pelas lentes do jornalismo e dos governos militares

Rodrigo de Marca e Angélica Muller (orientadora)

Instituto de História

#### INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz parte do projeto intitulado “Como eles observavam: a vigilância e a produção de informações sobre o movimento estudantil no Brasil e na França durante a ditadura militar” e teve como objetivo, analisar a abordagem da imprensa e dos órgãos de vigilância sobre os trotes universitários durante o período da ditadura militar.

Em trabalhos precedentes<sup>1</sup>, se observou que durante a década de 1970 uma das possibilidades para resistir à ditadura aconteciam durante as “calouradas”. Assim, foi natural pesquisar o tema dos trotes no estudo da vigilância nas universidades. Há, também, a constatação da falta de trabalhos que utilizam este tema para o estudo no âmbito da história, já que, as análises encontradas sobre os trotes, partem de outras áreas, como a psicologia e a antropologia. Com esta natureza inicial, a I.C. também abarcou o estudo das décadas anteriores à execução do golpe de 1964, partindo desde a década de 1930, momento de instituição das universidades e da UNE. Esta delimitação temporal possui a finalidade de contextualização histórica para o tema, entendendo as transformações destas

festividades bem como o entendimento destas nas fontes analisadas.

Quanto às fontes utilizadas no projeto, as pesquisas se concentraram em dois arquivos: a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Na Hemeroteca, o objetivo foi entender a evolução das narrativas expressas em reportagens sobre os trotes, sobretudo do *Jornal do Brasil*, buscando perceber as modificações do tratamento dados a esses jovens e ao evento ao longo do período. Já no SIAN, a pesquisa voltou-se para a vigilância dos militares no interior destas festividades, principalmente a partir de 1968, período de escalada da repressão e da plena constituição do sistema de informações da ditadura.

#### RESULTADOS E DISCUSSÃO

As pesquisas nos periódicos obtiveram bons resultados quantitativos e qualitativos. Ao todo, foram analisadas quase 300 matérias de jornais que relatam episódios sobre o tema. As matérias foram responsáveis por identificar uma linha diretiva que perpassou ao longo do período, além de detectar uma gradual mudança do que estas festas representavam para a juventude universitária.

A linha mencionada aponta para o tratamento dos trotes, por parte destes veículos de comunicação, como uma tradição

---

<sup>1</sup> MÜLLER, Angelica. O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979). Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

violenta, bárbara, e que precisa ser impedida de continuar. Esta conclusão está presente em todas as décadas estudadas, possuindo em cada uma delas, um contundente número de matérias anuais que denunciavam as brutalidades cometidas contra os calouros. Esta maneira de enxergar os trotes universitários, mesmo presente em todos os momentos estudados, é, praticamente, a única forma de tratar estas festas desde a década de 1930 até meados dos anos de 1950.

A partir de então, é possível encontrar uma importante alteração da abordagem. Progressivamente, os trotes passam a representar também, um espaço de atuação política destes jovens. Cada vez mais, encontram-se matérias que explicam como os alunos, durante as passeatas aos calouros, se manifestaram sobre os mais variados temas da política brasileira e internacional e sobre a realidade universitária da qual faziam parte. Esta abordagem dos jornais se amplifica durante os anos de 1960. Na década de 1970, porém, não houve resultados na pesquisa que indiquem esta linha política. Sobre isso, apontamos o possível impacto de 1968, com o recrudescimento da censura por parte do regime, fazendo com que os resultados voltassem para sua abordagem apolítica destas festividades.

Na medida que estas festas se transformaram também em um espaço de manifestação e críticas políticas, há um maior controle das autoridades nestes encontros universitários, principalmente durante a ditadura. Foram crescentes as descrições de repressão que estas festas sofriam, tanto da polícia regular quanto, cada vez mais, via

DOPS. Essas instituições rasgavam cartazes políticos, impediam passeatas, alteravam a rota dos eventos e, em muitos casos, dissolviam os trotes através da força e violência. Estes episódios de repressão, alguns relatados pelos jornais, possuem o complemento dos documentos produzidos pelos órgãos de vigilância militares. Estes documentos são datados basicamente da década de 1970 e expõem uma vigilância estreita sobre os trotes, relatando as manifestações contra o governo e os atos “subversivos”.

## CONCLUSÕES

A construção deste projeto, abrangendo uma temática inovadora na historiografia – o trote universitário - pode constituir uma nova possibilidade para os estudos sobre a juventude. Desta pesquisa inicial, já podemos estabelecer algumas reflexões, começando com a “mudança” de percepção na imprensa, em meados dos anos de 1950, momento em que a UNE é retomada pelos estudantes comunistas (depois de um período liberal) e, conjuntamente, a imprensa passa a pautar o problema da “juventude rebelde”<sup>2</sup>. Por fim, com o recrudescimento do regime e a impossibilidade de tratar abertamente sobre temas políticos<sup>3</sup> na universidade, os trotes passaram a receber uma vigilância muito mais vigorosa por se mostrar um local propício para estes debates.

---

<sup>2</sup> Verificar a dissertação em andamento de João Condé, sob orientação de Angélica Müller, cujo tema centra nas análises da imprensa carioca sobre a juventude rebelde no final dos anos 1950.

<sup>3</sup> Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969.



**Grande área do conhecimento: Ciências Humanas**

**Para onde vai a disciplina de Geografia no Ensino Médio com a BNCC?**

**João Paulo Rodrigues Almeida e Edimilson Antônio Mota**

**Departamento de Geografia de Campos (GRC), Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR), Núcleo de Ensino e Pesquisa sobre Espaço e Currículo de**

**Geografia Imagem e Multiculturalismo (NEPECGIM)**

## **INTRODUÇÃO:**

Tendo como marco o Novo Ensino Médio e a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2018, o componente curricular de Geografia foi suprimido e o seu conteúdo está integrado na grande área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Dessa forma entende-se que a organização por áreas tornou as relações entre as disciplinas mais complexas. Frente a esta nova realidade, a BNCC impõe à Geografia se reorganizar dentro da área de humanas com novos arranjos e formas de maneira interdisciplinar com as demais áreas. O objetivo da pesquisa foi investigar quais são os arranjos e rearranjos curriculares construídos na BNCC e compreender quais os caminhos o ensino de Geografia poderá ser conduzido com o novo arranjo curricular no Ensino Médio. Além disso, também se objetivou analisar os dilemas e perspectivas da BNCC posto aos arranjos políticos, econômicos e sociais sobre os quais ela está posta e os grupos de interesses que atende dentro das políticas neoliberais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A grande área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas estabelecida pela BNCC impõe uma reorganização da Geografia que passa a se integrar de maneira interdisciplinar com a História, Sociologia e Filosofia. Tal integração tem como objetivo propor o senso de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e escolha. Dessa forma a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas na BNCC do Ensino Médio tem seu arranjo curricular distribuído em temáticas que são consideradas essenciais para a área, sendo: “Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética; e Política e Trabalho.” (BRASIL, 2018, p. 562).

Uma preocupação em relação ao ensino de Geografia na BNCC do Ensino Médio é o risco de haver a diluição do conhecimento geográfico pelo enfraquecimento das fronteiras entre as outras disciplinas que compõem as Ciências Humanas (dos SANTOS, 2019). Alguns profissionais da área de educação também acreditam que a base curricular limitou o ensino para os alunos, pois muitos veem o

conceito de “comum” na BNCC como um sinônimo de aprendizagem mínima, sem que o aluno precise ter um conhecimento mais profundo da disciplina (SILVA, 2018).

Dentre os principais dilemas a respeito da implementação da BNCC é a determinação de um “currículo nacional” e a possível desconsideração da realidade de cada aluno (da SILVA, 2015). O “currículo nacional” também é criticado quando se pensa a respeito das avaliações nacionais, pois a BNCC passaria a determinar os conteúdos dos exames. Dessa forma, é levantado o questionamento de qual seria o verdadeiro papel da escola, preparar para exames ou educar? Por outro lado, alguns educadores acreditam no propósito da BNCC de garantir a universalização de direitos ao acesso do conhecimento, onde a educação seria capaz de promover a equidade de conhecimentos essenciais para proporcionar maior igualdade de oportunidades (CURY, REIS, ZANARDI, 2018).

Outro dilema é a possibilidade de a BNCC não ter sido criada para beneficiar a educação, mas sim para garantir maior economia para o país, visto que o investimento na construção de uma referência curricular comum tende a ser mais barato do que nas demais estruturas dos sistemas educativos (SILVA, 2017). Além disso, muito se fala sobre as ideologias neoliberais estarem inseridas na reforma do Ensino Médio e na implantação da BNCC. Acredita-se que a organização curricular prioriza aspectos considerados mais importantes para o mercado de trabalho (ZANATTA, 2019).

Através da interdisciplinaridade espera-se que os professores de Geografia possam estabelecer diálogo entre os conceitos geográficos e o cotidiano do aluno, de maneira que possam compreender e repensar de forma crítica as espacialidades e suas relações. Por outro lado, apesar da BNCC estar alinhada com a proposta de operar o conhecimento por áreas, o próprio documento não contribui para justificar que a Geografia seria um ‘componente’ dessa área, possibilitando diversas interpretações do que seria de fato a interdisciplinaridade e o que se esperar dela (PORTELA, 2018).

## **CONCLUSÕES:**

No presente estudo foi visto que os novos arranjos curriculares construídos pela BNCC seguem as novas tendências curriculares que direcionam a Geografia estruturar-se de maneira articulada com os demais componentes que compõem a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Entretanto, mesmo que tais mudanças visem melhorar o processo de ensino-aprendizagem estabelecendo uma maior uniformidade dos conteúdos para que seja explorado interdisciplinarmente, a BNCC e a reforma do Ensino Médio se frustram na falta de contextualização acerca da realidade escolar brasileira, no envolvimento de interesses econômicos alinhados a políticas neoliberais na educação e na falta de diálogo com a comunidade escolar ao longo da construção e fase de implementação da BNCC. Nesse sentido, teme-se que em longo prazo os rearranjos curriculares promovidos acarretem a perda de identidade da Geografia, culminando

na desvalorização e esvaziamento da ciência perante a sociedade.

### **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço ao meu orientador, professor Edmilson Antônio Mota por ter me dado a oportunidade de participar deste projeto que é de suma importância para a minha trajetória acadêmica. Agradeço também a minha família que sempre apoiou o meu desenvolvimento tornando possível a realização da graduação. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e a UFF pelo fomento da pesquisa.



**Grande área do conhecimento:** Ciências Humanas

**Nome do projeto:** Uma arte das conexões sutis: a formação de um corpo-clínico sensível

**Autores:** Jully Wanny da Silva Rocha e Catarina Resende

**Psicologia/Niterói/CorporeiLabS**

## INTRODUÇÃO:

No trabalho com as subjetividades e corporeidades, engendrar a prática clínica enquanto arte das conexões sutis, provoca uma questão que está presente ao longo da pesquisa: como ampliar, elaborar e fazer uso da experiência sensível no vínculo terapêutico? Na perspectiva aqui assumida, reconhecemos uma jornada iniciada pela abertura sensível do corpo do clínico ao encontro; como uma espécie de porosidade para aquilo que se passa consigo mesmo na presença de outros corpos, e o convida a habitar espaços intersticiais. Com esta aposta, aquilo que se passa com a sensibilidade do clínico, a partir do vínculo terapêutico, pode ter valor de ferramenta para a prática clínica quando disponibilizada a escutar, acolher e manejar as experimentações compartilhadas no *setting* terapêutico. Entretanto, como se daria essa formação de um corpo clínico sensível na graduação em Psicologia? Investigando a sensibilidade como ferramenta para o cuidado, fazemos uma aliança transdisciplinar com as artes, especialmente a dança e as práticas somáticas, no intuito de criar modos de operar na clínica atravessados pelas experimentações das corporeidades. Mais especificamente, nesta

fase da pesquisa, o universo onírico nos presenteia como um meio privilegiado de experimentações da sensibilidade, tomando os sonhos como modelo e ponto de partida para desfazer as certezas de uma única realidade instituída, atçando a corporeidade enquanto usina produtora e receptiva das imagens sensíveis de si e do mundo.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A atual fase da pesquisa (2020-2021) esteve vinculada ao Pós-Doutorado de Catarina Resende, com a supervisão da professora Patrícia Caetano (PPG-ARTES/UFC). Com esta oportunidade, passamos integrar o grupo de pesquisa do Laboratório Abrigos Sensíveis (LAS), composto por pesquisadores da dança e da psicologia, graduandas, pós-graduandas, mestrantes e pós-doutoranda, da Universidade Federal do Ceará e da Universidade Federal Fluminense, com o intuito de pesquisar e experienciar a relação entre as práticas somáticas, os saberes tradicionais de povos ameríndios e o universo onírico.

No decorrer de nossas leituras, algumas indagações pululavam: “Que vizinhanças entre os modelos das práticas somáticas e das experimentações oníricas?”; “Que estratégias

podemos cultivar no corpo para colher sonhos?"; "Como entrar no sonho pelo fora?"; "Que caminhos seu corpo faz para entrar no sonho?"; "Como o sonho pode cuidar?"; "Que tipos de experiências despertam para uma realidade onírica?"; "Como sonhar juntas?".

A experimentação onírica que nos interessa, passa pelo corpo, pelas zonas de contágio e pelas esferas provisórias de um coletivo em construção. As práticas somáticas têm papel fundamental: viabilizar procedimentos de travessia para um estado onírico durante a vigília. Criando dispositivos de passagens entre-mundos, nomeados "Portais de abertura e de fechamento", exercitamos (ou ativamos) a dimensão "corporeidade" do sonho, fazendo, à sombra de um corpo-receptáculo de um superego vigilante, emergir uma atenção suprassensível, um oceano de imagens, sons e sensações: sentidos que expandem a realidade, criam possibilidades para além de leis e moralidades. Sonhar desenvolve uma imagética sensível que cultiva uma natureza imaginativa, cognitiva e psicológica envolvida nos encontros que se dão no "espaço potencial", tal como denomina Winnicott, e nos convida a dançar e pesquisar no "lado onírico da vigília".

Assim, mergulhamos em experiências de sonhos coletivos: além da criação dos portais, inspirados na tradição tupi-guarani na relação com os sonhos na vida diurna, criamos outros dispositivos para a produção dos nossos sonhos coletivos: as "Costuras Metamórficas", que são uma galeria de materiais audiovisuais que onde sonhamos o sonho do outro e o tornamos coletivo. Essa trama foi utilizada posteriormente na confecção do podcast

*Sonhars Metamórficos* disponível no aplicativo *Spotify*. Além da série de postagens na página no *Instagram* @corporeilabs e @abrigosensíveis, de caráter audiovisual, chamada também *Costuras Metamórficas*, onde brincamos com as imagens, os sons e as citações dos nossos referenciais teóricos narrados ao fundo do vídeo. Ainda, realizamos o II Encontro Aberto Virtual *A saída Pelos Sonhos*, evento de lançamento oficial do canal de podcast.

## CONCLUSÕES:

A abertura e fechamento dos "portais" utilizando as práticas somáticas como procedimento, tornou-se o método pelo qual pudemos acessar a experiência onírica em vigília, sobrepujando nossa intenção inicial de ser apenas um "sintonizador" de presenças. Em decorrência do labor na construção de um corpo sensível, e coletivo, foi possível vivenciar metamorfoses em processos de subjetivação, que teve como principal produto a manifestação da abertura de possíveis, pois descristaliza a realidade, ao verter a invenção de novos horizontes, potencializando devires. Destarte, pudemos suportar, de maneira sutil, uma realidade exterior ameaçadora e temerosa com um pouco de saúde, acessando os sonhos como um "respirador onírico" em uma conjuntura de falta de ar exasperada, provocada pela pandemia do COVID-19, agudizada exponencialmente pela gestão política dessa crise no Brasil. Por conseguinte, pudemos vivenciar coletivamente a ampliação dos possíveis sendo produzida, revelando um uso que podemos destinar à

formação, e ao cuidado, de um corpo-clínico sensível.

### **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço primeiramente pelos companheiros do grupo de pesquisa CorpoSSutis, pelos 3 anos de percurso juntas, e ao Laboratório Abrigos Sensíveis da UFC, por adentrarmos portais e pesquisar sonhando. Aos nossos mais velhos e mais velhas, que aqui são os autores e autoras, que nos inspiraram a sonhar uma clínica que cuida a partir do sonhar. Agradeço a UFF que com muito esforço e luta, mantém o ensino público de qualidade, ainda que de forma remota, e que permitiu que eu continuasse meu percurso acadêmico em Niterói durante o período letivo de 2020.1 até agora, por meio da concessão de bolsa de iniciação científica, assistência emergencial e empréstimo do aparelho Chromebook, sem os quais seria impossível continuar a formação neste momento.

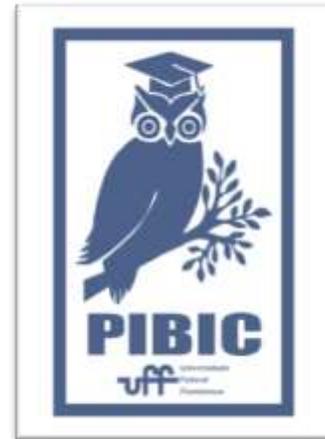


Imagem 1: Imagem PIBIC



**Grande área do conhecimento: Ciências Humanas**

**Título do Projeto: Observar e analisar: política doméstica e política internacional nos ofícios dos representantes brasileiros em Buenos Aires (1879-1876)**

**Autores: Prof. Dr. Gabriel Passeti e Victoria Maria Silva dos Santos**

**Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais – DEI/Instituto de Estudos Estratégicos – INEST/Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira – LEPEB**

### **INTRODUÇÃO:**

Este projeto se dispôs a investigar a maneira como os representantes diplomáticos do Império na cidade de Buenos Aires observaram e analisaram a política doméstica e internacional do Cone Sul entre os anos de 1870 a 1876. Utilizamos, para isto, os ofícios enviados por estes agentes da Legação Brasileira na cidade portenha à Secretaria dos Negócios Estrangeiros como fonte primária, além de uma extensa bibliografia sobre a política externa do Império no século XIX, a política internacional do Cone Sul, a política doméstica da Argentina, entre outros temas já discutidos pela historiografia especializada.

Inicialmente notou-se uma lacuna na área do estudo da política externa brasileira que compreende o período entre o final da Guerra do Paraguai (1865-1870) até início da República brasileira (1889). O recorte histórico da documentação analisada é o ano de 1876, pois ele marca a ratificação do acordo definitivo de paz entre a Argentina e Paraguai após o fim do

conflito em 1870. A intenção é verificar se os representantes brasileiros reproduziram uma “certa forma de pensar” a América Latina nestes ofícios, marcadamente negativa, através das indicações teóricas de Prado (2001).

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

No tempo decorrido desde o início da implantação da bolsa, trabalhamos os ofícios referentes aos anos de 1872, 1873 e 1874 em um padrão de mapeamento, classificação, catalogação e fichamento da documentação citada. Para tal trabalho, utilizamos as ferramentas relativas à metodologia das análises das cartas e dos relatos de viagens. Além disso, foi necessário entender a formação da burocracia e do serviço diplomático imperial brasileiro no século XIX e dos usos políticos da imprensa brasileira e argentina perante os acontecimentos regionais da época e sua influência no trabalho dos representantes brasileiros em Buenos Aires.

Após as discussões citadas, mostrou-se inevitável compreender a formação intelectual

do principal diplomata do período abordado pelo projeto, o Barão de Araguaia, para isto, valemos de uma bibliografia acerca da história intelectual e cultural das relações internacionais, além da associação entre o trabalho intelectual e diplomático entre os funcionários públicos do século XIX nos países da América Latina. Por fim, fizemos um cruzamento da bibliografia analisada com o corpus documental catalogado.

## **CONCLUSÕES:**

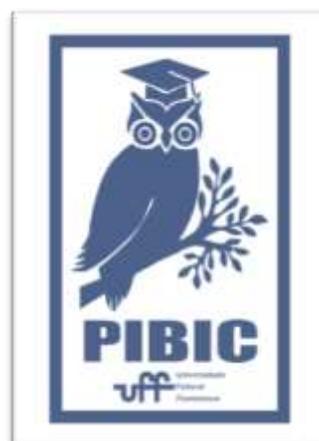
Podemos concluir que os representantes imperiais estiveram muito atentos tanto à política doméstica da Argentina quanto à política internacional do Cone Sul, foram observadores, mas também muito cautelosos em relação aos propósitos do Brasil na região. Através da análise bibliográfica e do corpus documental específico podemos, em parte, confirmar que o regime republicano era visto com receio por estes representantes, e claramente associado a situações de violência, instabilidade e desordem. Ao mesmo tempo em que evidenciaram a Monarquia brasileira como cerne da civilização e da ordem, pautada na estabilidade do seu sistema político.

Especialmente entre os anos de 1872, 1873 e 1874, ao qual tivemos acesso através das fontes primárias, foram marcados por diversos acontecimentos singulares que definiram os rumos da política internacional na região. Os anos do pós Guerra da Tríplice Aliança foram tensos devido à rivalidade Brasil-Argentina em torno do futuro do Paraguai, foi um período complexo em que a possibilidade de guerra entre os dois grandes países sul-

americanos mostrava-se real para seus dirigentes políticos. Neste sentido, o trabalho diplomático desenvolvido pela Legação Brasileira em Buenos Aires foi essencial para evitar que os desentendimentos entre estes dois não evoluíssem para um conflito, prejudicial a ambos países.

## **AGRADECIMENTOS:**

Inicialmente gostaria de gratificar ao CNPq pelo financiamento da bolsa de Iniciação Científica que possibilitou o desenvolvimento deste projeto, à PROPPI/UFF, assim como outras instituições envolvidas, nos tempos atuais, o apoio e financiamento ao desenvolvimento científico mostra-se essencial. Agradeço também meu orientador, Prof. Dr. Gabriel Passetti pela enorme dedicação ao projeto, agracio igualmente cada um dos integrantes do grupo de pesquisa, pelas reuniões, trocas de ideias e todo conhecimento que, em conjunto, adquirimos. Por fim, obrigada à UFF e ao INEST por serem as instituições as quais me vinculei.





**Grande área do conhecimento: Humanas**

**Título do Projeto: Educação de Jovens e Adultos: práticas curriculares em Matemática**

**Autores: Adriano Vargas Freitas e Ana Cláudia dos Santos Carvalho**

**Departamento/Unidade: Departamento de Educação de Angra dos Reis (DED) / Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR)**

## **INTRODUÇÃO:**

A pesquisa, desenvolvida em metodologia de estado da arte (GIL, 2008), envolveu a coleta de informações sobre a Educação Matemática orientada para a Educação para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), com foco em questões de práticas curriculares. Para isso, tomamos por base análises das publicações feitas na Revista Movimento, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF (PPGEdu UFF), no período de 2000 a 2020. Os artigos coletados formaram um banco de dados que subsidiarão a construção de materiais didáticos para formações de professores que atuam em escolas públicas na região da Costa Verde e outras localidades, envolvendo análises e discussões sobre as especificidades do alunado que recorre à EJA, currículos, e outros importantes temas que emergiram das análises. A proposta surgiu da verificação da necessidade de ampliarmos as discussões sobre a EJA, em especial sobre currículos orientados a alunos jovens, adultos e idosos, que apresentem concepções de ensino/aprendizagem em matemática, que promovam a inserção social e

cidadania desses estudantes. Nessas perspectivas, a proposta apresenta importantes contribuições para a reflexão sobre a EJA, além de relevância social e acadêmica ao buscar contribuir para ampliar a qualidade das práticas curriculares e diminuir os alarmantes percentuais de evasão e reprovação, especialmente na área de matemática.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

O projeto integrou a proposta de ensino-pesquisa-extensão denominada “Laboratório de Educação Matemática” desenvolvido no interior do IEAR/UFF no Grupo de Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos (GPEJA).

A Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) ao destacar a necessidade de ofertar educação básica a jovens, adultos e idosos, atentando-se para características e modalidades adequadas às necessidades e disponibilidade desse público, instigou a comunidade acadêmica a desenvolver investigações sobre a EJA. A publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2000) e das Orientações Curriculares para

primeiro e segundo segmento da EJA, em especial às recomendações para o ensino de Matemática (BRASIL, 2002a, 2002b), trouxeram contribuições às discussões, especialmente ao destacar que a EJA precisa ser concebida como um modelo pedagógico próprio, objetivando criar um ambiente propício a promover situações de aprendizagem que venham ao encontro das necessidades específicas de seus estudantes.

Ao moldarmos uma formação docente envolvida em metodologias educacionais diferenciadas para a EJA, é importante adotarmos a concepção de que o jovem e o adulto reestruturam seus conhecimentos por meio das atividades que lhes são propostas (BRASIL, 2002a), com espaço para a ocorrência do diálogo como meio organizador do pensamento e atividades que estimulem a iniciativa pessoal, o trabalho coletivo, a autonomia e a criatividade, destacando de forma equilibrada procedimentos relativos ao pensamento matemático.

A construção da proposta de pesquisa, assim como a coleta e análise dos dados baseou-se nestas ideias. Optamos por buscar as produções disponibilizadas na Revista Movimento que apresentou 24 edições, com um total de 354 artigos. Os resumos foram analisados, e nos permitiu selecionar 9. Destes, 7 tratavam da EJA de uma forma geral, e apenas 2 abordavam as práticas de matemática. A partir da leitura completa das produções, reflexões e debates realizados no GPEJA, foi possível realizar sínteses e destacar suas principais ideias e conceitos.

Em seguida, realizamos uma busca textual a fim de verificar nos artigos a presença de

determinadas categorias que emergiam das análises. Consideramos a frequência com que estas categorias apareceram nos artigos selecionados, assim como seus contextos. As categorias foram: Educação de Jovens e Adultos, Matemática e Práticas Curriculares. Cabe destacar que consideramos variações das mesmas, como em Educação de Jovens e Adultos, a abreviação “EJA”.

## **CONCLUSÕES:**

A pesquisa nos permitiu concluir que a temática práticas curriculares matemáticas na EJA tem sido pouco abordada nas produções publicadas na revista analisada, embora seja um veículo divulgador de temas relacionados à diferença, diversidade e inclusão. Temos como hipótese para esta problemática a pouca visibilidade e valorização que esta modalidade de ensino tem recebido nas pesquisas em geral (FREITAS, 2013).

Os artigos selecionados apontaram diversas dificuldades presentes na EJA, o que propiciou intensa reflexão acerca de sua origem e manutenção, além de questões de gênero que permeiam o cotidiano dos estudantes, a desvalorização dos professores que atuam nesta modalidade, e como a matemática do cotidiano está distante das práticas curriculares que acontecem nas salas de aula.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **LDBEN: Lei 9.394**. DO. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Parecer n11/2000 CNE/CEB.  
**Diretrizes Curriculares Nacionais - EJA.**  
Cury, C. R. J. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. **Proposta Curricular para EJA: 1º**  
**Seg.** EF Vol.1. SEC, Brasília: MEC, 2002a.

BRASIL. **Proposta Curricular para a EJA: 2o**  
**Seg.** EF, Matemática, Vol.3. SEF, Brasília:  
MEC, 2002b.

FREITAS, A. V. **Educação Matemática e**  
**Educação de Jovens e Adultos: estado da**  
**arte de publicações em periódicos (2000 a**  
**2010).** Tese em E.M. PEPG em E. M., PUC-SP.  
São Paulo, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa**  
**social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.



**Grande área do conhecimento: Ciências Humanas**

**Título do Projeto: CENTRO DE CONVIVÊNCIA VIRTUAL:  
PROMOÇÃO DE SAÚDE E REDES DE AFETO EM TEMPOS DE  
PANDEMIA: DANÇANDO NA PANDEMIA: PERCEPÇÕES DE  
MULHERES NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA VIRTUAL**

**Autores: Isabela Lopes Ferreira, Cláudia da Rocha Vieira e Isabella Cunha Alves da Silva**  
**Departamento/Unidade/Laboratório: Instituto de Psicologia / Núcleo de Estudos e**  
**Intervenções em Trabalho, Subjetividade e Saúde (Nutras)**

## **INTRODUÇÃO:**

Com a pandemia da COVID-19, houve a necessidade do isolamento social. Os Centros de Convivência e Cultura do Rio de Janeiro (CECOS) sofreram tais impactos, havendo paralisação das atividades presenciais. Os CECOS são espaços intersetoriais integrativos da Rede de Atenção Psicossocial, do Sistema Único de Saúde – RAPS/SUS, que propicia uma sociabilidade às pessoas que fazem tratamento em saúde mental.

Com a quarentena, o contato acontecendo de forma distante, os quadros de depressão e estresse aumentaram. Compreendendo que o espaço virtual não limita a criação de afeto e visando a promoção de saúde em contexto de isolamento surgiu o CECO virtual, que oferece atividades online na plataforma Google Meets.

Foi criada a Agenda ConViver <sup>1</sup> que oferece atividades artístico-culturais diversificadas para diferentes públicos. Além da promoção da

saúde dos conviventes, visamos potencializar o intercâmbio de experiências e o fortalecimento das redes de afeto com uma programação organizada no mesmo espaço digital com o protagonismo dos usuários. Entre as atividades temos: atividades musicais, terapia comunitária, trilhando na rede, relaxamento, capoeira, horta, interarte, circo, redução de danos e cotidiano, dança sênior, grafite, tarde de histórias, tai chi chuan, sábado de estrelas, entre outras.

A Agenda é fruto de uma parceria intersetorial entre duas políticas públicas: Sistema único de Assistência Social (SUAS) e Sistema Único de Saúde (SUS). O público atendido foi das famílias e usuárias do Instituto Severa Romana<sup>2</sup> e dos Centros de Convivência e Cultura do Estado do Rio de Janeiro.

Falar dos CECOS e do CECO virtual é relacionar a promoção de saúde ao coletivo, entendendo a saúde, baseado nos escritos de Canguilhem, como “poder de ação sobre si e sobre o mundo”, adquirido com os outros, nas relações (Clot, 2010).

---

<sup>1</sup><https://centrodeconvivenciavirtual.com.br/agenda/>

---

<sup>2</sup><http://www.isr.org.br/>

Vamos aqui mostrar os resultados da pesquisa - avaliativa de uma das oficinas do CECO virtual, a que oferece dança do ventre. Buscamos identificar as percepções das participantes sobre uma oficina de dança remota.

Na pesquisa com o grupo de mulheres participantes da oficina de dança do ventre do Centro de Convivência Virtual participaram graduandas de psicologia, de serviço social e de terapia ocupacional.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A pesquisa avaliativa reforça as análises dos autores de que há uma aproximação entre saúde e o coletivo.

Para avaliar a oficina, foi usado um questionário que propôs investigar as percepções, as dificuldades de acesso e os benefícios que as participantes da oficina tiveram. O questionário foi feito na plataforma "Formulário Google".

Obtivemos 11 respostas, de forma anônima. Dessas, 6 pessoas tinham participado de três encontros, 4 tinham participado de quatro e 1 havia estado presente em apenas duas oficinas. Todas as participantes classificaram a atividade como muito boa e disseram que recomendariam para outra pessoa. A maioria nunca havia feito atividade corporal virtual antes. Souberam e acessaram a oficina através de convites.

Os resultados apontam que o público era de adultos e idosos. Para 90,9% dos participantes a dança do ventre trouxe saúde emocional e para 81,8% saúde física.

Também produziu sensação de bem-estar, possibilitou conhecer outra cultura, pessoas, prazer em dançar, contribuindo para a

promoção da saúde e para a convivência em tempos de isolamento social.

### **CONCLUSÕES:**

Os objetivos do CECO virtual têm sido atingidos. Os dados da pesquisa confirmam que o fortalecimento de vínculos é de suma importância, possibilitando uma continuidade nos tratamentos e cuidado da saúde mental.

No que se refere à produção de conhecimento, possibilita uma discussão do conceito de saúde, entendendo que falar deste conceito na sociedade capitalista é atrelar mais a uma manutenção da mão de obra do trabalhador do que estar voltado ao seu bem estar. Ursula K. Simon Karsck (2008) diz que a conceituação de serviço é como mecanismo produtivo do capital. Ou seja, tudo está voltado a atender a interesses desse sistema.

Ainda proporciona uma compreensão e importância do trabalho coletivo em que, além de Clot, também o autor Dejour (2012) se debruça e analisa que "o trabalho coletivo constitui um elo intermediário essencial entre a inteligência, a habilidade e a engenhosidade presente no estado potencial em cada indivíduo."

Reitera-se a necessidade de criação de espaços para que haja trocas sociais.

### **Referências Bibliográficas:**

CLOT, Y. Trabalho e poder de agir. Belo Horizonte; Fafrefactum,2010.

DEJOUR, C. Outra forma de civilidade: A cooperação. Trabalho Vivo: Trabalho e Emancipação, Brasília. Paralelo 15,2012, v2  
Faro A.; BAHIANO, M. A.; NAKANO, T.; REIS, C.; SILVA, B. F. P.; VITTI, L. S. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. Estudos de psicologia, v. 37, p. e200074, 2020.  
KARSCH, U. M. O Serviço Social na Era dos Serviços. 4ª. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008. v. 1. 183p

### **AGRADECIMENTOS:**

À UFF e ao Cnpq pela bolsa de Iniciação Científica.

À FIOCRUZ pelo edital Ideias e Produtos Inovadores - Covid 19 Encomendas Estratégicas e pelo fundo emergencial de combate a Covid-19 / Inova Fiocruz, dentro da área de prevenção e redução do contágio.

Às doutoras Patrícia Alvares e Claudia Osório pela oportunidade de fazer parte do projeto, a excelente orientação, elevada qualidade de conhecimento e por mostrar cada vez mais a importância e a luta pela pesquisa.



Imagem 1: Imagem PIBIC



**Grande área do conhecimento:** Ciências Humanas

**Título do Projeto:** A promoção da cooperação intermunicipal na política de saúde do Rio de Janeiro.

**Autores:** Dra. Prof Juliana Nunes e Leandro Augusto

**Departamento/Unidade/Laboratório:** Núcleo de Pesquisas sobre Pactos Político-Territoriais e Desenvolvimento – NUPACT/UFF

### **INTRODUÇÃO:**

Este projeto é resultado de um esforço de elaboração de pesquisa com enfoque na geografia política da saúde presente nas dinâmicas territoriais resultantes do processo de consolidação do planejamento das políticas públicas. A pesquisa foi realizada concomitantemente ao cronograma de atividades desenvolvido no grupo de pesquisas NUPACT/UFF, inserindo-se em um período singular da história do sanitarismo brasileiro: a pandemia do Corona vírus. O grau de complexidade socioespacial do serviço de saúde provoca inúmeros desafios na execução da pasta, demandando uma avançada compreensão socioespacial, amparada num entendimento multiescalar do território alvo do planejamento (BISCARDE, 2011). A partir deste estudo, foi possível alcançar um maior entendimento acerca das principais deficiências do planejamento estratégico em saúde em converter os instrumentos políticos instituídos em estratégias eficientes de “coordenação e coesão territorial” (NUNES, FONSECA; 2018).

Foi possível, também, realizar projeções a partir do objeto de estudo recortado, tomando as cidades metropolitanas do Rio de Janeiro como referência de análise de caso para o estabelecimento de um horizonte geral de planejamento da administração pública, de suas instâncias e de seus mecanismos de gestão, caminhando para uma resolução crítica de suas funções enquanto gestora e planejadora de um serviço consolidado como direito universal.

Argumenta-se que os serviços de saúde devem se orientar a partir de arranjos colaborativos e cooperativos de gestão. Para isso, a consolidação de instâncias permanentes de pactuação entre atores e agentes territoriais, é de fundamental importância para o Sistema Único de Saúde.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A existência de estágios de fragmentação das relações político-institucionais no país mesmo após a instauração de mecanismos consolidados de gestão compartilhada em saúde faz parte de um constante processo de

investigação de pesquisa. Nesse contexto, foi necessário a realização de um esforço coletivo por parte do poder público e da sociedade civil, em produzir instrumentos capazes de agregar condições de gestão compartilhada em saúde. As comissões intergovernamentais realizam o papel de articulação das três esferas de governo num desenho institucional baseado na existência de um tripé colegiado de gestão (CIT-CIB-CIR) e aumentam a interdependência política entre as diferentes instâncias de poder.

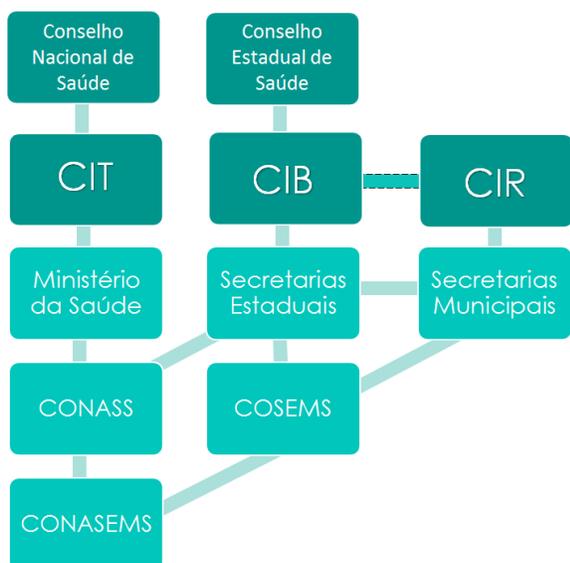


Figura 1: Estruturas de gestão colegiada do SUS. Elaboração Própria

Crescem, também, as experiências de atuação dos consórcios públicos de saúde, seu alcance produz impacto significativo na oferta dos serviços de saúde, desde o aumento da disponibilidade de leitos até a redução do desabastecimento de insumos hospitalares quando comparados com municípios que não se consorciaram. Isso porque a atuação consorciada produz ganhos de escala para os municípios, permitindo economizar recursos para a compra

de novos insumos. O CISBAF se tornou referência local da prática de governança territorial, em especial pela dimensão de sua atuação na Baixada Fluminense, onde tem alcançado alguns avanços no desenvolvimento de objetivos comuns e consensos políticos na região, tendo demonstrado, também, a possibilidade de obtenção de êxitos na execução dos serviços de saúde a partir da atividade consorciada.

### CONCLUSÕES:

A pandemia do Corona vírus levantou novos desafios para o planejamento sanitário no Brasil, como também evidenciou a existência de fragmentações institucionais do sistema político. O trabalho aponta para uma maior necessidade de consolidação de mecanismos de cooperação interfederativa com vistas a superar tais obstáculos na gestão. As comissões intergovernamentais e os consórcios públicos de saúde auxiliaram, sobretudo, na recomposição financeira e administrativa dos territórios alvos de sua abrangência territorial, representando um avanço a ser defendido do ponto de vista da consolidação de um federalismo cooperativo, o que os torna componentes-chave da governança territorial em saúde, devido ao grau de comprometimento do pacto constituído, e, também, a seu formato arranjado a partir da identificação das necessidades socioeconômicas mais urgentes do espaço público. Com os acúmulos possibilitados pela pesquisa, torna-se possível inserir esta contribuição acadêmica aos estudos de composição dos territórios em espaços de articulação interfederativa, em que a busca pela

reprodução de práticas de cooperação entre entes federados e entre esses e a sociedade civil, promovem impactos positivos na provisão dos serviços públicos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BISCARDE, D. G. S. Gestão regional do SUS nas regiões metropolitanas de Salvador e de Fortaleza: Instâncias, processos de pactuação e relações de poder. 2016. 299 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

NUNES, Juliana & FONSECA, Antonio Angelo Martins da. "Cooperação e coesão territorial no pacto federativo brasileiro: potencialidades e limites a partir de estratégias cooperativas intermunicipais nos estados da Bahia e do Rio de Janeiro". In: RÜCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs.). Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 287-304 DOI 10.21507/9788563800367-18



## **CIÊNCIAS HUMANAS**

### **ESCRITAS DE SI COMO FORMAS DE SUBJETIVAÇÃO**

**PROF. DR. MARCELO SANTANA FERREIRA E  
NATHALY DA CRUZ INDALÉCIO**

**INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL FLUMINENSE, UNIDADE NITERÓI,  
CAMPUS DO GRAGOATÁ, BLOCO N**

#### **INTRODUÇÃO:**

A pesquisa “Escritas de si como formas de subjetivação” é vinculada ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Buscamos investigar de forma atenta e demorada a problemática da escrita de si em experimentações literárias de resistência que se situam na fronteira com o vasto campo da Psicologia Social. A fim de termos base sólida para as discussões realizadas virtualmente e para as produções textuais de esforço coletivo, nos instrumentalizamos nas obras tanto teóricas quanto ficcionais de Walter Benjamin, Michel Foucault e Julián Fuks.

Do filósofo alemão Walter Benjamin extraímos sua revolucionária concepção de história e suas contribuições para a questão do declínio da transmissibilidade e da figura do narrador no período da Modernidade. Do pensador francês, por outro lado, compreendemos os primórdios das práticas de escrita em primeira pessoa e seus efeitos sobre a construção de si. Finalmente, em Julián Fuks - escritor brasileiro com raízes argentinas- encontramos um terreno fértil para aplicarmos os conceitos que investigamos nos autores já citados e, dessa maneira, contextualizamos o conhecimento ao tempo atual. Neste cenário, Fuks representa autores contemporâneos que concentram sua escrita em dar voz a experiências minoritárias de resistência afirmando, assim, a importância da transmissibilidade. A palavra e o esforço contido no exercício da rememoração se constituem como uma arma na luta contra a morte e o esquecimento imposto.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Iniciamos o processo investigativo nos demorando em leituras que estabelecemos como base, a exemplo do texto “A Escrita de Si”, desenvolvido em 1983 pelo autor Michel Foucault e “Infância em Berlim” de Walter Benjamin. A partir deles, nos detivemos na leitura principal desta fase da pesquisa, o romance nacional “A resistência”, escrito pelo jovem autor brasileiro Julián Fuks, assim buscamos contextualizar as discussões empreendidas por Foucault e Benjamin a respeito do papel da escrita na subjetividade humana, o esforço narrativo e a rememoração.

O pensador francês e o filósofo alemão convergem quando se debruçam sobre o passado, visto que Foucault defende que seria a partir da escrita que conseguimos realizar o movimento de retornar àquilo que vivenciamos entrelaçando-os com o presente e, dessa maneira, modificando-os e modificando-nos no processo. Este pensamento, por sua vez, entra em consonância com aquilo que é posto por Walter Benjamin em sua definição sobre o conceito de história, pois este argumenta que o

passado não deve ser encarado como algo substancial, mas como um tempo que está altamente relacionado com o presente.

Utilizando os conceitos pensados pelos autores acima como instrumentos para adentrarmos a obra de Fuks, acabamos por encarar seu texto como uma verdadeira ode ao esforço da memorização, pois o personagem-narrador Sebastián, filho biológico da família em questão, retorna as memórias de sua família buscando aproximar-se do irmão adotivo. Neste processo, acaba por ressignificar eventos passados evidenciando o aspecto precário da memória e sua relação com o presente.

### **CONCLUSÕES:**

Não obtivemos respostas fechadas em si ou formulaicas e isto, em nenhum momento, se apresentou como um objetivo final da iniciação científica, mas sim entendemos que a relação entre a escrita e construção de si é complexa e pede demoremos em sua análise. Concluímos, no entanto, que houve um avanço significativo nas investigações teórico-metodológicas sobre a problemática das práticas de leitura e escrita em torno da escrita de si como forma de subjetivação. Tal progresso deveu-se principalmente à rotina rigorosa de estudos seguida por todos os componentes do grupo de iniciação científica o que permitiu maior engajamento nos encontros remotos ministrados semanalmente pelo orientador e isto, conseqüentemente, acentuou as trocas de pensamentos e *insights* acerca da questão norteadora do estudo, a escrita de si e seus efeitos sobre a subjetividade.

Nesse sentido, entendemos que voltar o olhar para assuntos como transmissibilidade, memória, testemunho, narração e resistência apresenta-se como um movimento que possui demasiada relevância na sociedade brasileira. Em suma, reconhecemos através de nossos estudos e endossamos como psicólogos em formação o esforço de autores que produzem literatura de resistência na contemporaneidade de preservar a habilidade de transmitir vivências e tornar a vida de todos (e não só de indivíduos que atendem a uma normativa social vigente) narrável.

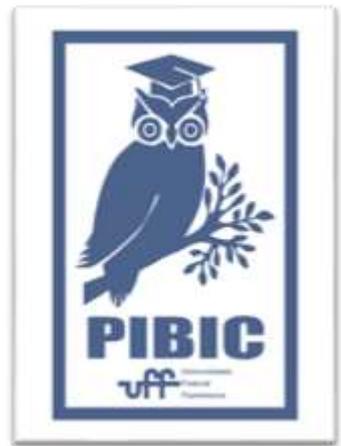
### **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço meu orientador, Profº Dr. Marcelo Ferreira, pela paciência, amor e enorme dedicação em cada encontro realizado em tempos tão adversos. Agradeço igualmente cada um dos integrantes da iniciação científica, tanto os que já estão buscando novos caminhos na academia quanto os que entraram no grupo recentemente, pelas reuniões sempre produtivas, pela troca de ideias e por todo o saber que conseguimos construir coletivamente. Por último, agradeço ao programa CNPq/PIBIC pelo financiamento do projeto de pesquisa por meio da concessão da bolsa de iniciação científica. Acredito, ainda, que a busca pelo conhecimento é uma das únicas maneiras que é capaz de nos tirar da obscuridade que é pregada por alguns na contemporaneidade. Investir na pesquisa acadêmica, assim como na escrita de si, é uma forma de resistência.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**FUKS**, Júlian. A resistência. SP: Companhia das letras, 2015.

**BENJAMIN**, Walter. Magia e técnica, arte e magia. SP: Brasiliense, 2008.



## **Cênciais Humanas**

**Título do Projeto:** O ‘Espaço Fabuloso’ nas pinturas parietais etruscas e nos vasos coríntios: circulação de signos no Mediterrâneo Arcaico (VII a.C.)

**Alexandre Carneiro Cerqueira Lima**

**Maria Eduarda Terres Aquino**

**IHT/ GHT/NEREIDA**

### **INTRODUÇÃO:**

Nós pesquisadores (as) de Antiguidade Clássica devemos estar atentos (as) aos relatos míticos que circularam nas diversas poleis do mundo grego, em virtude de criarem representações que alimentaram o imaginário heleno nos períodos arcaico e clássico. Citando Finley, o mito se apresenta como um caminho recorrido para dar resposta aos fatos desconexos, segundo ele, “suas funções: tornar o passado inteligível e compreensível”. Propomos uma interpretação dos relatos míticos acerca do adivinho Tirésias por meio de conceitos e noções definidos pela história de gênero. Um de nossos objetivos consiste em tentar compreender o imaginário heleno a respeito do fenômeno do travestimento, seguindo novas abordagens da histórica de gênero que buscam ir além ao tradicional binarismo de gênero utilizando como documento principal “O banho de Pallas”, composto por Calímaco, analisando nesse hino o encontro entre Tirésias e Atená.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Partimos por cotejar na documentação grega as passagens em que Tirésias está presente. No

poema épico Odisseia, composto pelo (s) aedo (s) Homero, ele aparece em poucas passagens como um adivinho e um dos aliados de Odisseu. A primeira passagem encontra-se no canto X, versos 487-495, nela há um diálogo entre Odisseu e Circe, onde a divindade afirmava ao guerreiro que ele deveria consultar o cego adivinho. Ficamos intrigados com o dom premonitório da personagem. Buscamos comparar os relatos míticos que envolvem Tirésias e mais três divindades: Zeus, Héra e Athená. Porém, o episódio trabalhado pela pesquisa é aquele que sugere que o poder de Tirésias teria sido adquirido após um castigo por vislumbrar a deusa Atená nua. Observa-se no hino composto por Calímaco “O banho de Pallas” uma das leis divinas estabelecidas por Cronos (Boheringer, 2011): a observação por parte dos humanos aos deuses sem consentimento, tratava-se de uma asebeia (impiedade) e ocorreria uma punição. No mito analisado, a punição seria o castigo da cegueira, a qual nem os deuses poderiam intervir. Portanto, o relato do poeta menciona que Tirésias ao tentar sanar sua sede, o jovem Tirésias teria visto a Atená se banhando no rio. A deusa o cega e concede ao jovem o dom de profetizar. Nos últimos anos, a historiografia interessada em compreender as “identidades de gênero” recorre aos relatos que envolvem a

figura de Tirésias, a narrativa de Antonius Liberalis sobre Lêucipo e a punição dos cipriotas, o mito de Hermafrodito (Grimal, 2005). Os estudos de Brian Kibukka e Nicole Loraux nos ajudaram a compreender o “travestimento” nos relatos que envolvem Tirésias, Athéna e Zeus-Héra.

## CONCLUSÕES:

Ao compararmos os relatos míticos envolvendo o adivinho Tirésias, foi possível identificar questões de gênero na poesia grega, em particular as passagens que tratam da “origem” do dom de profetisar concedido a Tirésias por Athená. Nesse episódio podemos destacar a “anomalia” relacionada ao corpo da filha de Zeus e Métis: deusa guerreira (conforme Homero a retrata na *Ilíada*), com características masculinas, e também considerada uma das deusas mais belas do Olimpo. Porém a representação de seu corpo promove debates acerca da sua identidade de gênero: em textos e imagens é possível ver a presença de seios, porém não se faz referência aos seu órgão genital (conforme o relato de Calímaco). Devemos lembrar que Athená nasceu da cabeça de Zeus, adulta e armada. E um de suas características era a de ser uma deusa virgem. Dessa maneira, uma das hipóteses da pesquisa consiste em identificar Atená como gênero neutro.

## AGRADECIMENTOS:

A pesquisa e seus resultados só puderam ser alcançados por meio de trocas e encontros acontecidos com integrantes do laboratório NEREIDA, destacando os professores doutores Alexandre C C Lima e Brian Kibukka, que foram incessantes em seu apoio a pesquisa desde a concepção de sua temática.

## Bibliografia:

LOREAU, N. *Las Experiencias de Tiresias: lo femenino y el hombre griego*. 1a ed- Buenos Aires: Biblos 2003.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, v. 20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005.

SILVA, Andreia. Implicações metodológicas da aplicação da categoria gênero de matriz pós-modernista em estudos históricos. In:

ANDRADE, Marta Mega de, SEDREZ Lise Fernanda e MARTINS, William de Souza (orgs.). *Corpo: Sujeito e objeto*. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2012. p. 61-80.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o Sexo. Corpo e Gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

BUTLER, E. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

McKay, K.J. *The poet at play: Kallimachos, the Bath of Pallas*. (Mnemosyne, supplementum 6.) Leiden: E. J. Brill. 1962. Pp. x + 139. Fl. 15.

Kibukka, Brian G.L. *Mulheres Masculinas, Homens Femininos: Representações, gênero e identidade no teatro de Eurípidés*. Tese

(doutorado) Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2021.

BOEHRINGER, Sandra. “Cross-dressing e metamorfose de gênero: o hábito faz o gênero?” In: LIMA, A.C.C. e KIBUUKA, B.G.L. (orgs) *Imagens, Ritos e Vestimentas*. São Paulo: Fonte Editorial, 2019.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da Mitologia grega e romana*/ Pierre Grimal, tradução de Victor Jabouille, 5 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.



Imagem 1: Imagem  
PIBIC

# **O PERFIL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI NO MUNICÍPIO DE VOLTAREDONDA**

**Bolsista: Hiago Teixeira Damaciano**

**Orientador: Antonio Augusto Pinto Junior**

## **INTRODUÇÃO**

O tema central deste trabalho é o adolescente em conflito com a lei e, mais especificamente, a caracterização das medidas socioeducativas aplicadas para os jovens no município de Volta Redonda/RJ. Atualmente, a adolescência em conflito com a lei vem sendo reconhecida como um importante problema social, em função dos altos índices de incidência em território nacional, aliados à graves problemas apresentados na aplicação das medidas socioeducativas, tanto aquelas de meio aberto como as de privação de liberdade. A abordagem profissional deste fenômeno apresenta diversas dificuldades, pois se caracteriza como um problema que contém múltiplas variáveis, sendo que muitas apontam para o ambiente no qual o indivíduo está inserido, que geralmente é caracterizado pela pobreza e/ou pelo tráfico de drogas, é formado por um arranjo parental disfuncional que negligência as demandas do adolescente, ou também, por omissões e precariedade de políticas públicas.

Assim, justifica-se um projeto de pesquisa que procure traçar o perfil sócio demográfico do adolescente em conflito com a lei, as infrações cometidas e as medidas em meio aberto aplicadas no município Volta Redonda. Considerando que este município não apresenta estudos e dados consistentes sobre essa realidade, uma proposta de pesquisa nesse campo é extremamente necessária, pois a partir desta poderão ser desenvolvidas estratégias de prevenção e intervenção social, psicológica e jurídica na área.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Em função da pandemia de Covid-19 e as restrições sanitárias e de circulação, não foi possível desenvolver a pesquisa empírica para identificar o atual perfil sociodemográfico dos adolescentes, suas infrações e medidas socioeducativas em meio aberto aplicadas no município de Volta Redonda/RJ, pois para isso é necessário a consulta aos arquivos do CREAS in loco. Portanto, nesse período resolveu-se investir em uma cuidadosa pesquisa de revisão sistemática da literatura sobre o tema.

As buscas foram realizadas por meio da base de dados Biblioteca Virtual da Saúde, sendo encontrados 2413 trabalhos inicialmente. Após a coleta dos artigos, procedeu-se ao processo de seleção. Foram considerados apenas os artigos que se enquadraram nos seguintes critérios de inclusão: trabalhos completos publicados entre 2016 e 2020, estudos exploratórios, estudos sobre medidas socioeducativas em meio aberto, Liberdade Assistida e

Prestação de Serviço a Comunidade. Após a aplicação desses critérios de inclusão, chegou-se ao total de 24 artigos.

Os dados mostram que dos 24 artigos analisados, 16 são do idioma português, 01 do idioma inglês e 07 do idioma espanhol. Quanto ao local de realização da pesquisa, é possível destacar a predominância de trabalhos realizados no Brasil, contando com 12 artigos, seguida de Portugal, Chile e México, com dois artigos cada. Países como Reino Unido, Cabo Verde, Espanha e Argentina possuem um artigo cada. Sobre o ano de publicação, 2018 aparece com 09 trabalhos publicados, sucedido pelo ano de 2017 e 2016 que contam com 06 e 05 publicações respectivamente. Já os anos de 2019 e 2020 somam juntos 04 estudos científicos.

No que se refere à área do periódico no qual os artigos foram publicados, 54% deles foram publicados em revistas de Psicologia, 25,0% foram submetidos a revistas Multidisciplinares, 12,5% para periódicos de Ciências da Saúde, e 08,5% utilizaram revistas da área das Ciências Sociais. Infere-se que o predomínio de publicações em periódicos de psicologia se deve ao fato de que a conduta antissocial e a prática de atos infracionais por adolescentes implicam uma questão importante do ponto de vista psicológico e que traz condicionantes emocionais e fatores psíquicos atrelados ao desencadeamento da prática do ato infracional

Quanto ao tipo de pesquisa, 62,5% dos artigos avaliados foram caracterizados como pesquisas com estudos correlacionais, 16,7% fizeram uso de pesquisa participante, 16,7% tratam de estudos de caso, ou de pesquisa-ação que representam 04% cada, e um (4,1%) trata de estudo etnográfico. Sobre os instrumentos utilizados verificou-se que 45,7% das produções contaram com a aplicação de questionários, 16,7% realizaram entrevistas semiestruturadas, 16,7% analisaram prontuários dos jovens em medidas socioeducativas e realizaram entrevistas semiestruturadas conjuntamente, 12,5% aplicaram entrevistas e questionários estruturados, um (4,2%) fez uso de questionário e análise de prontuário e outro estudo (04,2%) se embasou somente na análise de prontuário, como forma de acesso aos dados sociodemográficos e de conduta dos adolescentes em medidas socioeducativas de meio aberto.

Sobre os objetivos das pesquisas e suas conclusões, os artigos analisados mostraram que em termos da caracterização dos atos infracionais esses correspondem, em sua maioria, a crimes contra patrimônio ou envolvimento com o tráfico de drogas. Acerca da escolarização, os estudos constataam que grande parte dos adolescentes em medidas socioeducativas já foram reprovados ou expulsos da escola.

Em relação aos fatores desencadeantes ou que potencializam a entrada do jovem na criminalidade, os artigos analisados destacam: a condição socioeconômica instável, residir em locais onde há uma predominância do tráfico, ser vítima de violência doméstica, uso de álcool e drogas no ambiente familiar. E sobre as características de personalidade, os adolescentes infratores revelam altos índices de psicoticismo, com características relacionadas a frieza, impulsividade, desajuste e agressividade, além baixa tendência a criar uma imagem

apresentável de si, pontos que evidenciam a existência de traços de personalidade disfuncionais.

## **CONCLUSÕES**

Assim, os dados levantados por meio da pesquisa de revisão de literatura apontam para características importantes que oferecem um panorama das questões sociodemográficas, e psicológicas associadas à prática de ato infracional por adolescentes em medida socioeducativas em meio aberto. Após a sistematização e análise dos dados da revisão de literatura aqui apresentada é possível constar a relação de fatores psicológicos e sociais, como raça, classe, gênero e personalidade, como fortes agregadores ou desencadeantes de condutas antissociais em adolescentes.



**Grande área do conhecimento:** Sociologia Econômica

**Título do Projeto:** As Políticas Industriais para o Setor Automotivo: o programa Inovar-Auto e as montadoras do Sul Fluminense

**Autores:** Luana Kristina de Jesus Nunes

**Departamento/Unidade/Laboratório:** Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda (ICHS) / Departamento Multidisciplinar (VMD) / Grupo de Estudos em Desenvolvimento do Sul Fluminense (GEDESF).

## **INTRODUÇÃO:**

Conforme os autores FERRAZ, PAULA e KUPFER (2003), a política industrial é desprendida de juízos de valores, tendo como foco o incentivo e regulações a ações públicas podendo afetar alocação inter e intra-industrial de recursos, costuma combinar medidas que influenciam a conduta e desempenho de agentes econômicos.

O presente estudo tem como foco a análise das políticas industriais para o setor. Inserido nesse contexto, o Programa Inovar-Auto foi lançado durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff pelo Decreto 7.819 de 3 de outubro de 2012, para apoiar o desenvolvimento tecnológico da indústria automotiva. Em 2018, entra em vigor o Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística como sucessor do Inovar-Auto, encerrado em 2017.

A partir disso, a pesquisa tem como objetivo geral a análise das políticas industriais direcionadas ao automobilismo brasileiro de modo a auxiliar na construção de um banco de dados acadêmico sobre o setor. Este trabalho está inserido numa agenda de discussões sobre a indústria automotiva na região, promovido pelo Grupo de Estudos em Desenvolvimento do Sul Fluminense, o GEDESF, vinculado à Universidade Federal Fluminense.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Há mais de um século o Brasil inicia sua história com a indústria automotiva com a abertura do primeiro escritório da Ford no país, em 1919. O setor passou a prosperar com o ex-presidente Getúlio Vargas ao regulamentar medidas de restrição à importação de carros inteiros com intuito de estimular a produção

nacional. Os governantes seguintes seguiram com os investimentos no setor, com condições para desenvolvimento local de tecnologia estrangeira.

Durante o período de proibição de importações, a produção local foi fomentada, o que gerou uma defasagem tecnológica devido à falta de investimento e barreiras à entrada de novas tecnologias. O cenário da indústria automotiva antes da abertura do mercado era de baixa qualidade de produtos, produtividade e nível de produção (Botelho, 2002). Ao final dos anos 1990, a construção de novas fábricas mais modernas era a estratégia para competir no Mercosul. Essas novas plantas contavam com grandes complexos industriais e fornecedores de autopeças, integrados no modelo just-in-time, reduzindo custo com estocagem.

### **Políticas Industriais para o setor automotivo: Do Inovar-Auto à Rota 2030.**

O Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores – INOVAR AUTO – foi lançado em 2012 diante da importância do setor para economia doméstica do Brasil, durante o Governo da ex-presidente Dilma Rousseff. A medida tinha como objetivo estimular a competitividade do setor por meio de incentivos fiscais para as montadoras de veículos e a promoção de uma

cadeia local de suprimentos com intuito de internalizar essas empresas no país e desenvolver uma rede de fornecedores locais de modo a construir um ciclo de inovação na cadeia automotiva – o programa criou incentivos para atrair montadoras e aumentar a competitividade da indústria automotiva brasileira com carros mais seguros e econômicos.

Com todas as montadoras cumprindo a meta de eficiência energética, o programa Inovar-Auto foi encerrado em 2017, após cinco anos de vigência. A política industrial que procede no lugar do Inovar-Auto é o Rota 2030. Uma política pensada para ir além dos mandatos a cada quatro anos, por ser entendido que não é possível concretizar uma política de tal porte com ciclos pequenos. Segundo o MDIC, o programa tem como pilares: pesquisa, desenvolvimento e engenharia; inspeção veicular; logística e tributação; flexibilização das relações trabalhistas; eficiência energética; recuperação da cadeia de autopeças; e tecnologia.

### **CONCLUSÕES:**

A partir da análise tecida acima, políticas industriais são ferramentas de intervenção econômica que o governo utiliza para fomentar o crescimento econômico. Mais do que nunca, é possível observar na atual conjuntura o desmonte do Estado e o enfraquecimento de instituições que atuam no setor. Os resultados parciais

da pesquisa procuraram mostrar a história do setor no Brasil e objetivou-se discutir as políticas industriais do setor como o Inovar-Auto e o Rota 2030.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ANDRADE, Pablo Roger Mello. O programa Inovar-Auto: os resultados e as controvérsias do novo regime automotivo.

2018.

ARBIX, G. Uma Aposta no Futuro: os primeiros anos da Câmara Setorial da Indústria Automobilística. São Paulo: Scritta, 1996.

DAUDT, Gabriel Marino; WILLCOX, Luiz Daniel. Indústria automotiva. 2018.

FERRAZ, J.; PAULA, G.; KUPFER, D. Política Industrial. Em Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil. Editora Campos, São Paulo, 2003, pag. 543-563. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/2700233/cap-23-david-kupfer-politica-industrial>.

RAMALHO, José Ricardo Garcia Pereira; SANTANA, Marco Aurélio. Trabalho e desenvolvimento regional: efeitos

sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro. Mauad Editora Ltda, 2006.



**Grande área do conhecimento: Geografia Humana**

**Título do Projeto: A atuação das organizações internacionais nas políticas educacionais: o caso do Mercosul Educacional e suas propostas para o ensino de Geografia**

**Autores: FARIA, Lara Ciardelli; LUIGI, Ricardo.**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Geografia/ UFF Campos/ Grupo de Pesquisas Geografias Colaborativas - Geocolab**

## **INTRODUÇÃO:**

O Mercosul foi criado em 1991 com o objetivo de criar condições fundamentais para acelerar os processos de desenvolvimento econômico com justiça social por meio da integração regional.

Em seu âmbito foi criado o Setor Educacional do Mercosul (SEM), destacando a educação como fator essencial para fortalecer o processo de integração, alcançar a prosperidade, o progresso e o bem-estar com justiça social para os habitantes das regiões.

O SEM elabora documentos denominados Planos de Ação, tendo sido, até o momento, elaborados seis deles, e estando o sétimo em construção.

A partir da análise dos planos foi possível considerar as possibilidades e os limites do setor educacional, avaliando as suas propostas para o ensino da Geografia e investigando as razões da pretensa saída do Brasil do Setor Educacional do Mercosul.

Os objetivos elencados nos documentos constitutivos do Mercosul fazem alusão a um aspecto majoritariamente comercial da integração regional. Entretanto, é possível identificar conceitos e ideias sociais que resultarão em novos acordos de natureza política.

O SEM é responsável pela administração e pela construção das propostas educacionais. Desde a criação do setor foram produzidos seis planos de ação (1992-1997; 1998-2000; 2001-2005; 2006-2010; 2011-2015; 2016-2020). O sétimo plano (2021-2025) está em construção, segundo documento publicado pelo governo brasileiro em 4 de agosto de 2021.

Os planos permitem acompanhar a trajetória do SEM, demonstrando aperfeiçoamento e amadurecimento ao longo dos anos, mas também reconhecendo e demonstrando os obstáculos para a consolidação do setor.

Os três primeiros planos do SEM tinham como perspectiva a integração da educação no Mercosul, dentro de um contexto neoliberal de desregulamentação, competitividade e abertura de mercado. A partir do quarto plano mudou-se a visão restrita de construção de um mercado comum e incorporou-se a educação como meio

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

para realizar a melhoria das condições dos habitantes dos Estados partes.

Com a análise dos planos, notou-se que não houve nenhuma proposta direta para os sistemas educacionais dos países constituintes, havendo, entretanto, propostas para o Ensino de Geografia, entre elas a proposta de harmonização dos currículos das disciplinas de História e Geografia e a inclusão de conteúdo vinculado ao processo de integração do Mercosul nos currículos escolares.

Há inúmeras iniciativas de pensar currículos comuns para diferentes áreas na região, como a perspectiva de construção de uma Base Curricular Transnacional para os países membros do Mercosul.

Um dos motivos para estas medidas não serem implementadas é o respeito à soberania nacional dos países membros, que garante a eles a decisão sobre que será ensinado em seus sistemas educacionais, fazendo com que os países membros não aproveitem as propostas para a construção de políticas públicas educacionais

Outro problema investigado foi o questionamento sobre os motivos e as possíveis consequências da pretensa saída do Brasil do Mercosul Educacional. No dia 29 de novembro de 2019, o Ministério da Educação anunciou a saída do Brasil do Setor Educacional do Mercosul, apontando, sem apresentar dados, que o SEM não tinha eficiência e resultados práticos na melhoria de índices gerais da Educação.

Efetivamente, apesar do momento turbulento do Mercosul, o Brasil não saiu de seu setor educacional. Depois de um longo tempo de

inatividade, o Brasil apareceu capitaneando a criação do grupo de trabalho para implementar, com algum atraso, o sétimo plano de ação educacional, a funcionar de 2021 a 2025.

## **CONCLUSÕES:**

O Mercosul Educacional implementou programas e metas importantes para o avanço da integração via educação. Mas há empecilhos que dificultam o avanço de seus programas.

Parte dos motivos pelos quais suas ações não se concretizam se dá por causa da falta de incorporação das propostas por parte dos Estados. Isto afeta diretamente a qualidade e, conseqüentemente, desqualifica a reputação do setor educacional, associado muitas vezes como o único responsável por todas as ineficiências do setor.

Foi este o caso do anúncio da pretensa saída do Brasil do Setor Educacional do Mercosul, que não se concretizou, já que o Brasil está encabeçando o grupo de trabalho responsável pela elaboração do plano de ação de 2021 a 2025

Posto isto, entende-se que não há como tirar conclusões definitivas sobre o que acontecerá nestes próximos anos com o Setor Educacional do Mercosul, num cenário de instabilidade da própria integração regional latino-americana.

Conclui-se então que o Mercosul promove uma integração regional que, para vigorar, é necessário incorporar medidas mais amplas, com a participação ativa dos Estados e a manutenção de compromissos, apesar das mudanças políticas que promovem oscilações no Mercosul.

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço ao CNPq pelo financiamento da pesquisa, à Universidade Federal Fluminense, por toda a formação, incluindo a participação no PIBIC, e ao meu orientador, professor Ricardo Luigi, pela parceria que foi essencial para as minhas conquistas acadêmicas de 2020 e 2021.



## **História**

### **O culto dos santos nos vilancicos portugueses**

**Lucas Gomes Ferreira**

**Departamento de História / Instituto de História / Companhia das Índias**

#### **INTRODUÇÃO:**

Os vilancicos constituem uma forma textual da Época Moderna conhecida na Península Ibérica nos séculos XVII-XVIII. Esses opúsculos tinham um papel importante nas tipografias com produção artística especializada. Seus textos eram cantados em várias festividades religiosas realizadas em diversas capelas. Nessa investigação, a análise dos folhetos nos quais os vilancicos foram impressos segue uma abordagem ampla, através de uma bibliografia especializada e recente sobre os documentos que se encontram em acervos de Portugal, da Espanha e principalmente no Brasil, com a coleção de folhetos compilados por Diogo Barbosa Machado (1682-1772). Nesse sentido, o projeto tem o intuito de explicar os vilancicos a partir de um estudo dos textos, compreendendo essa forma especial de comunicação que envolvia os âmbitos escrito, oral e visual – pela projeção de imagens que circulavam entre os públicos participantes das cerimônias e os leitores.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

No presente estudo sobre os vilancicos está sendo realizada a conversão de fichas do acervo da coleção Barbosa Machado para a base de dados “Sucessos de Uma Monarquia”. Todas essas fichas seguem um padrão,

tentando compreender o sentido e o conteúdo desses cânticos. Nesses folhetos há diversos temas relativos ao calendário cristão, como o Natal e a festa no Dia de Reis. Há também a exaltação de diversos santos importantes para Portugal, como a Imaculada Conceição, Santa Cecília, São Vicente e São Gonçalo. Procuo analisar cada caso para entender melhor as histórias e os sentidos de cada canto, por vezes com teores político, cultural, entre outros. Além disso, são encontradas diversas figuras de linguagem, referências a povos extra europeus, astrológicas, bíblicas, greco-romanas, mesclas culturais, entre outras analogias que são estudadas e analisadas ao longo da pesquisa. Neste trabalho procuro trazer os resumos desses cantos e suas singularidades de forma resumida.

Por exemplo, nos vilancicos natalinos referencia-se a imagem do Deus menino na maioria dos cantos, tratado como uma figura formosa, divina e humanizada que nasceu em meio aos pastores. Jesus é bastante aproximado então à figura do zagal, principalmente por nascer em uma manjedoura empobrecido. O caráter popular desses cantos se evidencia mais com os cânticos dos reis magos. A visita dos reis magos, retirada dos evangelhos de Mateus e Lucas, mostra a união dos textos do evangelho com a cultura profana. Os reis são equiparados a diversas etnias e

também aos pastores. Destacam-se as inúmeras referências astrológicas, mencionando signos como prognósticos da vida de Cristo, além de serem guias dos reis magos contra as figuras de Herodes e Pôncio Pilatos.

Sobre os outros temas, Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Portugal, de grande importância para o reino dos Braganças, é tratada como uma guerreira, além de se exaltar a pátria portuguesa. Nos cantos há muitos recursos de linguagem com termos contrastantes, como a luz que combate as trevas, o que ocorre também na representação em pinturas.

Nos folhetos de São Gonçalo destaca-se a popularidade do santo em sua cidade natal, São Gonçalo de Amarante. Há elementos históricos que se associam a seus episódios miraculosos, como a famosa ponte criada por Gonçalo. Seu louvor tem o caráter regional, principalmente pelas menções ao rio Tâmega, que cruza a cidade. Além disso, há várias alusões geográficas aos principais rios de Portugal, Europa e aos célebres rios da Antiguidade, como o Nilo.

Os folhetos de São Vicente se debruçam no caráter essencialmente de afirmação da Igreja católica desse tempo, antes perseguida com éditos, imperadores e prefeitos, tudo isso por ter sido um santo martirizado. Nesses cânticos tem-se uma peculiaridade, São Vicente é um santo essencialmente espanhol, nascido na cidade de Huesca, mas teve seu protagonismo em Valência. Em sua história, após sua morte o santo foi levado para o Cabo de São Vicente, mas durante o governo de D. Afonso Henriques (1109 – 1185), após a vitória

portuguesa sobre os mouros, o rei teria jurado trazer as relíquias do santo para Portugal. Explora-se bastante sua ida à cidade de Lisboa, bem como os conflitos com Castela. Embora seja um santo natural da Espanha, ele teria voltado para Lisboa, tornando-se padroeiro da cidade.

Por fim, sobre o culto de Santa Cecília, sua história é similar a de São Vicente, principalmente por conta de seu martírio ter acontecido no antigo Império Romano. Destacam-se suas características essenciais, sobretudo o dom melódico da sua voz e os episódios miraculosos durante o seu martírio. Nos vilancicos, seu canto é comparado aos exemplos de figuras musicais greco-romanas: Orfeu, Apolo, Ninfas, Sereias. Em sua história, diz-se que ela converteu seu marido e permaneceu casta ante Deus, o que também é bastante encontrado nos cantos.

A partir da leitura desses impressos, pode-se perceber o imaginário desses cantos em sintonia com vários aspectos culturais, e abrangendo diversas temporalidades.

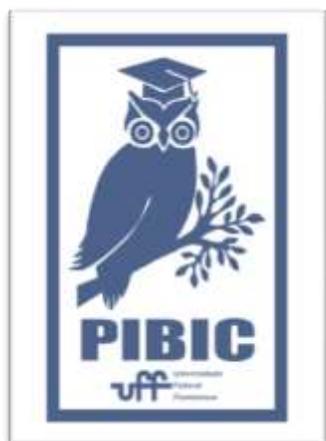
## **CONCLUSÕES:**

Essa pesquisa pretende buscar a compreensão e os estudos das referências destes cânticos para entender seu caráter essencial, o seu sentido. A análise fundamenta-se em outros aspectos importantes desses impressos, como as histórias desses santos e sua importância de acordo com a monarquia, as capelas onde eram realizados os cantos e outros elementos essenciais da pesquisa histórica. O principal ganho da pesquisa, até o presente momento, foi perceber que os

vilancicos têm uma mesma forma, mas ao mesmo tempo são diversos entre si, conforme o santo e o dia festivo louvados. Cada folheto possui assim várias acepções, não se restringindo apenas ao seu uso político, mas também a um caráter popular.

### **AGRADECIMENTOS:**

Rodrigo Bentes Monteiro, funcionários da seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional, Universidade Federal Fluminense e CNPq.





**Grande área do conhecimento: História**

**Título do Projeto: “Eu vou para ver a Charanga do Jayme tocar: a Charanga do Flamengo e a organização da torcida de futebol como agente coletivo (1940-1945)”.**

**Autores: Renato Soares Coutinho (orientador)**

**Fellipe Martins Pereira (bolsista)**

**Departamento de História**

**Unidade: Instituto de História**

**Laboratório Brasil Republicano**

## **INTRODUÇÃO**

Este projeto tem como interesse analisar o processo de popularização do futebol a partir do surgimento da torcida organizada criada por Jayme de Carvalho em 1942, a Charanga do Flamengo. É importante destacar que os campos de futebol já contavam com o crescimento do número de torcedores populares desde os anos 1910. O torneio sul-americano de seleções em 1919, vencido pelo Brasil, já demonstrou como as arquibancadas não pertenciam apenas aos sócios dos clubes ou membros da elite carioca que assistiam ao jogo de maneira sóbria. Gritos de apoio, vibrações e xingamentos vindos dos setores populares do estádio eram vistos como coisas absurdas até mesmo pelos jogadores do Brasil, e foram ouvidos durante todo torneio, causando insatisfação entre aqueles que entendiam o futebol como um jogo de cavalheiros.

Portanto, a experiência social dos torcedores populares nas arquibancadas nos anos 1940 não era uma novidade. A novidade estava em outro aspecto: pela primeira vez, os torcedores se organizavam coletivamente antes da partida para torcer. Essa organização não se limitava ao espaço do estádio. Esses torcedores organizados passaram a marcar encontros antes dos jogos. Nos dias de semana, confeccionavam camisas, flâmulas e bandeiras. Nos dias de jogo, faziam festas em pontos da cidade para marcar a concentração dos adeptos. Cânticos eram ensaiados para serem executados em conjunto, jogadores eram protegidos, dirigentes pressionados ou idolatrados. Ou seja, a novidade foi que o torcedor comum encontrou estratégias de participação coletiva no espetáculo esportivo que conferiram protagonismo às camadas populares nas arquibancadas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A partir da década de 1940, com a consolidação da popularização do futebol, verificamos alterações não apenas na quantidade de torcedores no estádio, mas também no comportamento desses

torcedores. O público, de espectador, passava a ser sujeito do espetáculo, protagonista do evento. Confecção de bandeiras com as cores do clube, reuniões antes das partidas e caminhada em conjunto até o jogo, ensaio de cantos, obrigatoriedade do uso do uniforme do clube, banda tocando “marchinhas” e líderes de torcida. Esse público não mais se entendia como mero espectador isolado a contemplar um espetáculo. A torcida organizada passava a ser protagonista nas arquibancadas. Empolgar os jogadores que representam seu clube favorito, hostilizar o adversário com cantos, vaias e, em alguns momentos, até arremesso de objetos. Não importava a forma, o espectador assumia diversas formas de participação durante as partidas e também antes e depois delas. Ademais, a própria relação com o clube ganhava novos contornos. Afinal, os próprios dirigentes viam com bons olhos as organizações das torcidas a fim de garantir maiores públicos nos estádios.

Através das pesquisas nos periódicos *Jornal dos Sports* e *Globo Sportivo*, entre os anos de 1942 e 1945, buscamos analisar os comportamentos associativos dos torcedores que se organizavam nas arquibancadas dos campos de futebol. A Charanga, fundada em 1942 com o nome “Avante, Flamengo”, foi uma das primeiras organizações de torcedores no novo modelo de futebol profissional no Rio de Janeiro. Esta nova forma de organização do público foi analisada nesta pesquisa como parte de um processo de “organização/profissionalização” das próprias torcidas, que não só animavam o público, mas que também despendiam tempo e trabalho organizando comportamentos coletivos a fim de garantir a participação dos torcedores comuns nos jogos e na vida social dos clubes de futebol.

Para além da questão envolvendo as novas práticas desses torcedores organizados, esta pesquisa buscou entender o processo de redefinição das práticas coletivas da torcida a partir das transformações sociais e simbólicas pelas quais o trabalhador urbano vinha passando nos anos 1930 e 1940. O pacto estabelecido entre Estado e Sociedade pós-1930 é entendido nessa pesquisa como uma conjuntura favorável à inclusão e participação dos trabalhadores urbanos nos eventos esportivos, vistos pelas narrativas nacionalistas dos governos Getúlio Vargas como espaços de integração nacional e preparo cívico. Atentos aos novos significados sociais do “trabalho”, esses torcedores reivindicavam seus lugares de participação utilizando estratégias de reconhecimento social a partir da exaltação da imagem do torcedor festivo, apaixonado e harmonioso. Nesses termos, a torcida organizada surgiu nesse período como a expressão da associação e da comunhão social, e não como uma prática de enfrentamento e radicalização das tensões sociais.

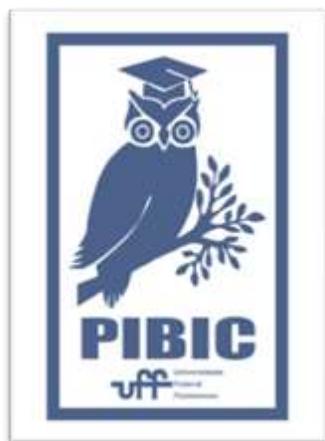
## **CONCLUSÕES**

Esta pesquisa nos permitiu refletir sobre as motivações sociais que contribuíram para o surgimento das primeiras formas de organização da torcida de futebol na cidade do Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, dirigentes dos clubes preocupados com o desinteresse do torcedor nos primeiros anos do campeonato de futebol profissional. Com o fracasso de público nos campeonatos de 1940 e 1941, os dirigentes estimularam e apoiaram o surgimento de líderes de torcida capazes de mobilizar pessoas a

frequentarem os estádios. Em segundo lugar, jornalistas da imprensa esportiva como Mario Filho e Roberto Marinho, que entendiam o futebol como um negócio popular e que visavam contribuir para o sucesso de renda e público dos campeonatos através de campanhas de mobilização dos torcedores. Em terceiro, e mais importante, a ascensão de lideranças como Jayme de Carvalho, atentas ao processo de ressignificação positiva dos valores associados às camadas populares durante o Estado Novo, que foram capazes de se articular politicamente e de inventar novos hábitos coletivos dos torcedores a fim de garantir o protagonismo dos trabalhadores nas arquibancadas que outrora pertenceram à fina flor da elite carioca.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI) por promover e incentivar a pesquisa na Universidade Federal Fluminense, e agradecemos ao CNPq pela concessão da bolsa de pesquisa.





## **GEOGRAFIA HUMANA**

### **DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA, CAMPESINATO, CAFEICULTURA E CADEIA PRODUTIVA DE LEITE NO CENTRO DE RONDÔNIA: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS**

**JACOB BINSZTOK E FELIPE TEIXEIRA**

#### **INTRODUÇÃO:**

A pesquisa investiga fatores de permanências e de mudanças decorrentes da implantação da cadeia produtiva de leite no Centro de Rondônia, substituindo antigos cafezais decadentes atingidos por pragas e depredação de recursos naturais, centralizada nos municípios de Ouro Preto do Oeste, Jaru e Ji-Paraná, que apresentam grande concentração de agricultores familiares em uma estrutura minifundiária similar a Santa Catarina, constituindo-se em caso único em toda a região amazônica.

Na substituição da cafeicultura ocorreu um processo similar ao da Zona da Mata Mineira, do Vale do Paraíba Fluminense e do Norte do Paraná, onde a produção de leite eliminou um grande número de agricultores, porém permaneceram relações de trabalho pautadas pela família, revelando a resiliência de procedimentos típicos do campesinato que, embora subordinado aos interesses dos médios e grandes beneficiadores de leite, conseguiram de forma eficiente manter o funcionamento de pequenas unidades produtivas, assimilando a utilização de novas técnicas e se inserindo nos mercados locais, regionais e nacionais.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÃO:**

A pesquisa enfrenta dificuldades, na medida em que os dados secundários produzidos pelo IBGE não foram atualizados, encontrando-se no Sistema SIDRA informações somente até o ano de 2010. Logo, não foram ainda computados os efeitos da estação seca prolongada com que se defronta a bacia leiteira do Centro de Rondônia, seguramente reduzindo a produção em virtude das dificuldades de acesso aos recursos hídricos. O prolongamento da estação seca, além de ter atingido a produtividade do rebanho leiteiro, pode ter comprometido experimentações genéticas que estavam sendo realizadas sob a liderança da EMBRAPA / MG - Cel. Pacheco, unidade responsável pela difusão de tecnologias de melhoramento genético do rebanho leiteiro do país. A pesquisa mostrou que a produção do café foi bastante atingida pelo prolongamento da estação seca, na medida em que o estado é o segundo produtor nacional da variedade robusta, não conseguindo em 2016 abastecer o mercado interno, em função da queda de 30% da produção.

Embora a produção de leite tenha apresentado contínua expansão, se inserindo no modo de produção capitalista, as relações de trabalho

continuam se expressando de forma contraditória, mostrando comportamentos tradicionais típicos de relações camponesas não capitalistas, fundamentadas no compadrio e em práticas de solidariedade, como o “mutirão”, ainda presentes nas comunidades envolvidas na produção de leite e de café. No entanto, é possível que esta solidariedade voluntária apresente dificuldades de permanência, particularmente no segmento dedicado à produção de leite, em virtude do elevado grau de especialização dessa atividade, restringindo-se à mobilização comunitária para realização de atividades lúdicas, como campeonato de futebol, festas religiosas, e que, devido a suas peculiaridades, não absorvem grande força de trabalho, diferentemente da cafeicultura, que além de cultivada em pequenas propriedades, ainda conta, embora de forma reduzida, com a participação de meeiros residentes nos sítios dos produtores.

## **CONCLUSÕES:**

A articulação entre o local e o global pode ser comprovada quando verificamos a presença de famílias atualmente localizadas no Centro de Rondônia que estavam trabalhando na Europa, particularmente na Espanha, Itália, Alemanha e Holanda, e que no decorrer da crise, retornaram aos seus locais de origem. Assim, por intermédio de laços familiares, inseriram-se na cadeia produtiva de leite, contribuindo para a permanência do campesinato apesar das crises globais, que atingiram grupos ocupados em atividades urbanas. Logo, conclui-se que o local

não desapareceu completamente na expansão do capitalismo contemporâneo, contrariando argumentos de autores clássicos que acreditavam na ampla superação das cadeias produtivas globais sobre as comunidades locais, mostrando resiliência e capacidade de inserção em um processo de competitividade espacial.

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradecemos à PROPPI, pela bolsa concedida, e ao Programa de Pós-graduação em Geografia, pelas colaborações na pesquisa.

## **BIBLIOGRAFIA:**

- ABRAMOVAY, R. (1992). Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. Hucitec – Anpocs – SP / RJ / Campinas: Editora da Unicamp.
- AB’SÁBER, A. N. (2003). Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas. São Paulo. Ateliê Editorial.
- BECKER, B. K. (2004). Amazônia. Geopolítica na Virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Editora Garamond.
- BINSZTOK, J. (2006). Camponeses de Rondônia. Revista Ciência Hoje, n.º 288 – Vol. 38, Julho. São Paulo, SBPC.
- \_\_\_\_\_. (2006). As diferenças sócio-espaciais dos produtores familiares dedicados ao cultivo de café na Amazônia. Scripta Nova. Revista eletrônica de geografia e ciências sociais, vol. X, núm.

218, Agosto. Barcelona: Universidad de Barcelona. <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-02.htm>> [ISSN: 1138-9788]

- \_\_\_\_\_. (2006). Agricultura Familiar na Amazônia: o contexto da cafeicultura no centro de Rondônia. GEOgrafias, Revista do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia IGC-UFMG. Vol. 2 n.º 1.
- COSTA SILVA, R. G. A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 2, p. 298-312, 2014.
- IANNI, O. (1979). Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes.
- INCRA (1983). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Colonização em dados, Brasília.
- KAUTSKY, K. (1980). A Questão Agrária. Capítulos VI e XI. SP: Proposta Editorial.
- LUXEMBURG, R. (1976). Acumulação do Capital. RJ: Zahar Editores.
- MARTINS, J. S. (1980). Expropriação & Violência: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (1984). A Militarização da Questão Agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes.
- MARX, K. (1974). O Capital. Livro III, vol. 5 e 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- OLIVEIRA, A. U. (1986). Modo Capitalista de Produção e Agricultura. SP: Editora Ática.
- SANTOS, M. (1996). A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo, Hucitec.

- THÉRY, H. Rondônia: Mutações de um Território Federal na Amazônia Brasileira. Tese de Doutorado, Universidade de Paris I, 1976.





**Ciências Humanas**

**A Polêmica Anti-Gnóstica na Enéada II.9 [33] de Plotino**

**Filipe Braiman de Carvalho e Marcus Reis Pinheiro**

**GFL/Campus Gragoatá**

## **INTRODUÇÃO:**

A presente pesquisa consiste na continuação do trabalho desenvolvido ao longo do período de setembro de 2019 a setembro de 2020, no qual o principal objeto de estudo consistia na Enéada II.9 [33] do filósofo neoplatônico Plotino. O tratado em questão, que recebeu o título de *Contra os Gnósticos*, apresenta uma longa e detalhada série de críticas deferidas por Plotino a um suposto grupo que frequentava as suas aulas em Roma e sustentava teses peculiares o suficiente para que Plotino pretendesse refutá-las<sup>1</sup>. Durante o primeiro ano de pesquisa, os principais objetivos eram: 1) um objetivo principal de analisar e descrever os principais aspectos da crítica plotiniana e 2) um objetivo secundário de traçar um perfil do grupo denominado “gnóstico” refutado ao longo do tratado.

Como resultado dessa primeira etapa de pesquisa, tendo entendido que para a realização de tais objetivos seria necessário fazer um estudo depurado da Enéada II.9, a fim de entender o funcionamento interno da crítica, foi elaborado um fichamento comentando do

tratado. Tendo em vista também o objetivo secundário da pesquisa, sempre que possível buscou-se relacionar os argumentos desenvolvidos por Plotino com algumas das diversas fontes atribuídas a alguns dos grupos tomados como “gnósticos” atualmente. Ao final do estudo, foi desenvolvida uma sistematização da crítica plotiniana em três âmbitos: metafísico, cosmológico e ético-soteriológico.

Na continuidade da pesquisa, a fim de prosseguir com estudo das fontes que possivelmente contribuem para o segundo objetivo apresentado, postulou-se a análise dos documentos atribuídos aos chamados “grupos gnósticos” da antiguidade tardia, principalmente dos denominados setianos e valentinianos, bem como o estudo dos seus respectivos contextos como sendo o objeto principal da pesquisa. Tomou-se, assim, três objetivos principais para essa etapa, sendo estes: 1) por meio da análise das fontes, delimitar as principais características dos corpos doutrinários dos grupos em questão, com ênfase nas suas concepções teológicas e cosmológicas. 2) Entender se é pertinente fazer uso das categorias “gnosticismo” e “gnóstico” no meu estudo, posto que elas podem carregar um sentido genérico ou pejorativo ou ainda ambos, e, se for pertinente o uso, estabelecer até que ponto. 3) Adquirir uma noção geral dos

---

<sup>1</sup> Porfírio, um dos principais discípulos de Plotino e editor das *Enéadas*, relata sobre a presença do grupo em questão em *Vida de Plotino* 16.

contextos nos quais os grupos setianos e valentinianos estavam inseridos, isto é, fazer um estudo geral do contexto do cristianismo primitivo dando ênfase a noções como: cânone, ascese, ortodoxia/heterodoxia e heresia.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Com os objetos e objetivos estabelecidos no início deste ano de pesquisa, iniciei a primeira parte do estudo pesquisando acerca da categoria “gnosticismo”. Me dediquei mais especificamente ao estudo das críticas que vêm sendo feitas de modo bem consistente nas últimas décadas ao uso de tal categoria. Esse estudo foi de extremo valor para que fosse possível uma aproximação consistente às fontes primárias, de modo a empregar métodos de análise mais atuais e adequados à proposta da pesquisa. Quanto às fontes primárias, havia-se elencado algumas fontes que seriam interessantes de se tratar, dentre elas, as duas sobre as quais mais me ocupei foram os textos *Tratado Tripartido* e *Alógenes*, ambos pertencentes à *Biblioteca de Nag Hammadi* (NHC I, 5 e XI, 3, respectivamente)<sup>2</sup>. Como resultado dessa primeira aproximação às fontes primárias, realizei um fichamento geral do *Alógenes* e também uma tradução do francês para o português do plano detalhado do *Tratado*

---

<sup>2</sup> A chamada *Biblioteca de Nag Hammadi* foi um dos maiores achados arqueológicos do século XX. Em 1945, aos arredores da região de Nag Hammadi no Egito, foram encontradas duas jarras seladas enterradas ao pé de uma montanha, as jarras continham 13 códices de papiro escritos em copta e datam dos séculos III e IV da Era Comum. Após um complicado processo de recolhimento dos códices e formação de uma comissão de edição e tradução, a primeira edição dos códices traduzidos foi publicada em 1978.

*Tripartido* estabelecido por Einar Thomassen, este texto foi eleito como a principal fonte de estudo e será mais profundamente analisado ao longo dos próximos meses.

Além disso, durante o período de pesquisa, continuei a me debruçar sobre o estudo da língua grega antiga e da língua copta, que são as principais línguas nas quais as fontes primárias se encontram.

## CONCLUSÕES:

Após a sistematização da crítica plotiniana presente na *Enéada* II.9 [33] desenvolvida no primeiro ano de pesquisa, restou explorar mais detidamente as fontes que possivelmente se relacionam com o grupo refutado no tratado do filósofo neoplatônico. Com uma primeira aproximação a outras fontes primárias da *Biblioteca de Nag Hammadi*, na intenção de buscar relações com os estudos já realizados em torno do tratado potiniano, elegi o *Tratado Tripartido* como a fonte primária principal a ser trabalhada daqui em diante. Além disso, os outros estudos desenvolvidos se mostraram muito frutíferos. A partir da pesquisa em relação à categoria “gnosticismo”, foi possível esclarecer diversos pontos que agregaram em muito no estudo que pretendo desenvolver sobre o *Tratado Tripartido*. O contato com outras fontes primárias, como por exemplo com o texto *Alógenes*, também se mostrou de grande valor para o desenvolvimento dessa nova etapa da pesquisa.

A tarefa agora consiste em manter a consistência no trabalho e dar sequência no estudo das fontes primárias e seu contexto geral

mais amplo que dialoga com o próprio contexto do cristianismo primitivo em toda a sua heterogeneidade.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

BARACAT, José. *Plotino, Enéadas I, II e III; Porfírio, Vida de Plotino: Introdução, tradução e notas*. (Tese de doutorado) UNICAMP, 2006.

ROBINSON, James (ed.). *The Coptic Gnostic Library. A Complete Edition of the Nag Hammadi Codices. Vols. 1-5*. Leiden: Brill, 2000.

THOMASSEN, Einar. *Le Traité Tripartite (NH I, 5)*. Quebec: Les Presses de L'Université Laval, 1989.

\_\_\_\_\_. *The Coherence of "Gnosticism"*. Berlim: Walter de Gruyter, 2021.

WILLIAMS, Michael. *Rethinking "Gnosticism": an argument for dismantling a dubious category*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

## **Grande área do conhecimento**

História da América Contemporânea

### **Título do Projeto**

Estados Unidos da América (EUA), Grande Caribe e Golfo do México em perspectiva sistêmica global: a reconstrução da hegemonia em tempos de crise (1967 - 2017)

### **Autores**

Nicholas de Souza Manhães

### **Departamento/Unidade/Laboratório**

CHT/ ESR/ LAPEDHE

## **INTRODUÇÃO:**

O presente projeto, “Estados Unidos da América (EUA), Grande Caribe e Golfo do México em perspectiva sistêmica global: a reconstrução da hegemonia em tempos de crise (1967 - 2017), executado através da orientação do professor doutor Roberto Moll Neto e do bolsista Nicholas de Souza Manhães tem como objetivo central buscar compreender as relações dos países da região da América Central, do Grande Caribe e do Golfo do México a partir de uma perspectiva sistêmica global, aspirando levantar dados e informações acerca da situação econômica interna de cada país, bem como seu nível de desenvolvimento interno e de sua qualidade de vida. Desta forma, a metodologia utilizada para realizar a pesquisa se deu através da leitura de bibliografia especializada, principalmente através dos conceitos da Teoria do Sistema-Mundo, de Immanuel Wallerstein, e da teoria de Economia-Mundo, de Fernand Braudel.

Para além disso, buscou-se compreender de que forma a relação de tais países e região com os Estados Unidos da América, seja através do fluxo de capital, cultural, de bens materiais e de pessoas, contribuiu e impôs aos mesmos uma condição de subdesenvolvimento e de dependência estrutural. Para tal, foi realizada leituras específicas, especialmente das obras e conceitos desenvolvidos por Luis Fernando Ayerbe e Ruy Mauro Marini, analisando e comparando, por meio de tais obras, a expansão do sistema capitalista e de emergência dos Estados Unidos como grande potência mundial, compreendendo assim a relação de tal processo com a condição de subdesenvolvimento imposta aos países latino-americanos, em especial os países da América Central.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Os resultados, obtidos principalmente através da sistematização de dados levantados nos sites da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), se encontram anexados em planilhas Excel no Relatório Final do projeto, mas dizem respeito principalmente à situação econômica interna de cada país, através da sistematização das oscilações do Produto Interno Bruto (PIB) ao longo do tempo. Foram levantados e sistematizados também dados que dizem respeito ao conjunto populacional de cada país da América Central e Golfo do México, dados estes que foram de suma importância para a ampliação da visão acerca da qualidade de vida de cada país da região do Caribe analisando tal questão através da divisão por faixa etária.

## **CONCLUSÕES:**

Tomando como base as leituras realizadas e os conhecimentos desenvolvidos acerca da Teoria do Sistema-Mundo, da Economia-Mundo e da teoria da dependência, é possível concluir que a ascensão dos Estados Unidos da América no cenário mundial como uma potência extremamente forte é o principal fator que leva a diversas mudanças no sistema em que se encontrava prostrada a América Latina, e principalmente as regiões da América Central e Caribe, vista muitas vezes como de importância estratégica significativa para o governo estadunidense, uma vez que todos esses países fazem parte de um processo mundial que tem como principal característica e objetivo a exploração da matéria-prima e dos recursos naturais que lá se encontram. Tal região, que faz parte do que Immanuel Wallerstein chama de Periferia, tem seu desenvolvimento industrial interno desestimulado, e acabam por ter uma relação econômica baseada na exportação de matérias primas e na importação dos produtos finais, configurando uma relação predatória para com os Estados Unidos.

Através da análise dos dados coletados e sistematizados, apresentados no Relatório Final, é possível perceber que os países menores, com menos desenvolvimento interno e mais suscetíveis ao capital externo e ao imperialismo norte-americano, possuem um PIB muito abaixo do esperado, com oscilações tímidas ao longo do tempo, o que influi diretamente na qualidade e longevidade da vida. Pode-se perceber, através dos dados, que alguns dos melhores momentos internos desses países, pelo menos de alguns deles, se deu durante os anos 2000, período este marcado por uma série de governos progressistas na América Latina, que buscaram focar seus objetivos no desenvolvimento da indústria interna e da soberania nacional, bem como resistindo às aspirações imperialistas dos Estados Unidos. Apesar disso, a mudança não é tão significativa, o que demonstra que a região ainda se encontra refém da dependência estrutural imposta pelos norte-americanos, que se beneficiam dos recursos naturais da região e deixam a população de tais países fadada às dificuldades econômicas e a uma baixa qualidade de vida.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- AYERBE, Luis Fernando. **Imperialismo e dependência estrutural**. In. Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia. São Paulo: Editora Unesp, 2002. p. 45-61.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: o tempo do mundo**. 2ª ed. São Paulo, 2009.
- GILL, Stephen. **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro. UFRJ, 2007.
- MARINI, Rui Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Editora Insular, 2012. p. 47-66.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **World-System Analysis: An introduction**. Durham. Duke University Press, 2004.

## **AGRADECIMENTOS:**

Meu maior agradecimento vai em direção ao professor Roberto Moll, que sempre teve uma

postura solícita e compreensiva, apesar dos inúmeros erros cometidos pelo bolsista ao longo do projeto. Vivemos tempos difíceis e sombrios, que criam dificuldades tamanhas a realização de qualquer pesquisa, e a postura do professor em relação a tal situação, bem como sua postura em relação a seus alunos e a sua área é exemplar, e espero angariar tal postura e ação se um dia chegar a ser um professor de História. Meus mais sinceros agradecimentos ao professor!



Ciências Humanas

**AS VOCAÇÕES NO TRIBUNAL: O CLERO SECULAR E A JUSTIÇA ECLESÁSTICA NOS ARCEBISPADOS DO MÉXICO E PUEBLA (1580-1730)**

Ana Thaila de Souza e Lima

Departamento de História/Instituto de História/Companhia das Índias

## INTRODUÇÃO:

A pesquisa concentra seus esforços em analisar a formação do clero secular nos Arcebispados do México e de Puebla entre fins do século XVI e a primeira metade do século XVIII, levando em consideração suas atuações nos espaços de justiça eclesiástica que começam a ser moldados na Nova Espanha. Perceber essa teia de relações entre o clero e a justiça permite compreender como se deu o processo de consolidação da Igreja no Novo Mundo, assim como abre portas para enxergar como a Igreja, sendo uma instituição de carreira, compreendia e controlava as *vocações* através dos espaços eclesiásticos de justiça. O objetivo do projeto, *a priori*, é observar as articulações dos processos jurídicos no que concerne aos clérigos, fazendo uma análise dos conflitos e comportamentos dos mesmos e como se dava a dinâmica dentro de um tribunal eclesiástico, assim como também pretende fazer suas correlações com a sociedade novo-hispânica, inserida nos fluxos relacionais da Igreja.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Pensar a relação entre Igreja e justiça dentro da Nova Espanha impõe a necessidade de discussões acerca da natureza dos foros eclesiásticos de justiça, dos processos de investigação, das relações estabelecidas, das razões de sua existência e, principalmente, das conexões estabelecidas com a sociedade. Os atores sociais dentro desse recorte permeiam as mais diversas escalas de poder – apesar da dificuldade de ascensão. A pesquisa concentra seus esforços em olhar tanto para os clérigos, em suas diferentes posições hierárquicas, assim como para a sociedade.

Francisco Ortiz de Salcedo, autor da fonte analisada<sup>1</sup>, ao considerar a ausência de livros que tocam a prática eclesiástica, ao perceber que os ofícios Eclesiásticos estavam

---

<sup>1</sup> SALCEDO, Francisco Ortiz de. *Curia Eclesiastica para Secretarios de Prelados, Jueces Eclesiasticas, Ordinarios, y Apostolicos, y Visitadores, y Notarios Ordinarios Apostolicos, y de Visita. Madrid: Em la Oficina de Joachin Ibarra, MDCCLIX (1759).*

paulatinamente perdendo sua autoridade e por notar a abundância de pessoas com pouco saber, se moveu a difundir experiências, não apenas suas, e ordená-las nessa obra (visando a utilidade comum), que diz respeito a um tratado sobre a administração da cúria eclesiástica destinada a Secretários, Juízes Eclesiásticos, Ordinários e Apostólicos, Visitadores e Notários Ordinários Apostólicos. Era uma cúria vendida pela sua utilidade, visto que haviam poucos autores e livros que tratavam de casos de concessão de títulos, deveres de cada cargo, formas de atuação em diversos casos, exemplos de declarações, comissões, éditos, nomeações, entre outros. O tratado buscava orientar os ocupantes de cargos jurídicos e/ou eclesiásticos ou aqueles que aspirassem ocupar tais posições.

Na tentativa de conciliar as doutrinas dentro desse novo horizonte, a Igreja se apoiou nas categorias divididas entre ordem e jurisdição. O antigo sistema jurídico se fundamentava na desigualdade e, dentro dele, é possível notar que a ação judicial é orientada por seus fins éticos. Por isso foram criadas quatro instituições da administração da justiça dentro do campo religioso, sendo uma delas a dos tribunais eclesiásticos – incluindo a dimensão do foro externo, i.e., o foro eclesiástico *per se*, e o foro interno ou foro da consciência –, que ganham destaque no século XVI, pois apresentavam uma jurisdição vasta e trabalhavam em cima de causas civis e penais dos clérigos e algumas da população não clerical. O ofício clerical, como visto, não se eximiu de passar pelos tribunais eclesiásticos pelas mais diversas denúncias (até mesmo de

maus tratos), uma vez que para além da violência cultural e simbólica, a violência física e direta também deixava suas marcas na sociedade da Nova-Espanha.

Portanto, as redes de interdependência são importantes para se compreender como se dava a articulação entre grupos, o que permite uma melhor visão sobre toda a dinâmica do Novo Mundo, levando em consideração as diversas camadas sociais existentes e as intencionalidades de cada grupo a ser explorado.

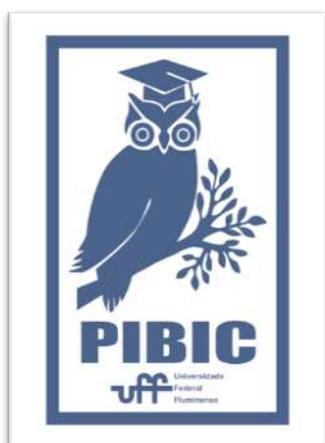
## **CONCLUSÕES:**

Tendo em vista as questões levantadas, percebe-se que as articulações dos processos jurídicos no que concerne aos clérigos e a sociedade novo-hispânica pode nos trazer um panorama amplo sobre os conflitos que permeavam a dinâmica entre Igreja e sociedade, assim como nos traz um vislumbre dos comportamentos de cada grupo, principalmente tendo em mente o ambiente do tribunal eclesiástico e o uso de estratégias, tanto para atuação dentro de conflitos e sua resolução, assim como para pertencer a algum grupo; estratégias racionais ou não, já que se inserem no universo das combinações, intercâmbios e transações sociais.

## **AGRADECIMENTOS:**

Gostaria de agradecer ao meu professor-orientador Marcelo Wanderley pela oportunidade. O projeto tem agregado muito a

minha formação e, principalmente, me trouxe gratificantes descobertas em relação a qual caminho quero seguir. Aos meus amigos e à minha família, que me apoiaram e me deram a força necessária para não desistir dos estudos em meio ao caos devido à pandemia e, por último, à mim, por ter chegado ao fim desse primeiro ano como bolsista PIBIC.





## História Social da Escravidão

### Amas de leite em jornais da capital do Império (1870-1888)

Isabelli M. Zacaron Grossi – Coordenadora: Karoline Carula

Instituto de História/ Centro de Estudos do Oitocentos (CEO)

#### INTRODUÇÃO:

A escravidão, no século XIX, foi central na sociedade brasileira em diversos aspectos. Conforme mostra Mary C. Karasch, podemos ver as múltiplas funções desses escravos, destacando a especialização da mão de obra. No caso das amas de leite, cuja atividade estava inserida no rol dos serviços domésticos, muitas vezes eram buscadas ou por meio de anúncios de jornal ou de uma agência de aluguel (*A vida dos escravos*, no Rio de Janeiro 1808-1850, 2000).

Com a função de atrair compradores e locatários, esses anúncios constituem importante fonte histórica, visto que trazem rica gama de informações, por exemplo: endereço, estatuto jurídico da ama, cor da pele, presença ou não do filho, outras habilidades que poderiam desempenhar, etc.

Posto isso, o objetivo da apresentação consiste em analisar anúncios de oferta e procura de amas de leite, publicados na *Gazeta de Notícias* (1880-1888) e no *Diário do Rio de Janeiro* (1870-1878). Busca-se, assim, observar o quantitativo de anúncios, quais eram as características por quem demandava e ofertava tal atividade, verificando se havia consonância com o difundido pelo discurso médico e científico sobre aleitamento infantil.

#### RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A *Gazeta de Notícias*, jornal abolicionista, fundada e dirigida por Ferreira Araújo, surgiu em 1875. Era distribuída por toda a cidade por meio da venda avulsa nos principais quiosques, estações de bonde, barcas e em todas as estações da Estrada de Ferro de D. Pedro II, além das assinaturas.

Já o *Diário do Rio de Janeiro* surgiu em 1821, lançado na tipografia real por Zeferino Vito de Meirelles. Quanto às diferenças entre os jornais, o mais perceptível são os números de transcrições. Com a *Gazeta* obtive 2009 anúncios no período de 1880 a 1888, enquanto com o *Diário do Rio de Janeiro*, apenas 145 durante 1870 a 1878.

Em "Aluga-se uma crioula com leite de um mez, com o filho 40\$ e sem elle 60\$, tambem lava, engomma e cozinha; na rua do Principe n.188, em Nictheroy." (*Gazeta de Notícias*, 02/05/1880, p.5) podemos notar a diferença de preço da ama de leite com o filho e sem ele. Isso pois, segundo Koutsoukos (*No estúdio do fotógrafo: representação e autorepresentação de negros livres, forros e escravos no Brasil da segunda metade do século XIX*, Tese de doutorado Unicamp, 2006), para muitos senhores era uma vantagem não levar prole, uma vez que evitaria a divisão de atenção e de leite.

Afirmção corroborada no anúncio em que o aluguel é mais barato por levar a filha: "ALUGA-

SE uma preta para ama de leite, tendo muito bom leite; seu aluguel é barato, por levar a filha, sendo o leite de 10 mezes, tendo a filha de mamar só dous mezes; á rua da Ajuda n. 103." (*Diario do Rio de Janeiro*, 19/10/1870, p.4). Isto é, aqui não existe a opção de alugar essa ama sem a filha, no entanto, levá-la influenciaria no preço do aluguel.

No anúncio em que o preço da ama diverge com o filho e sem ele, menciona-se que ela 'tambem lava, engomma e cozinha'. Bárbara Martins (*Amas-de-leite e mercado de trabalho feminino: descortinando práticas e sujeitos*, Dissertação UFRJ, 2006) e Luiz Martins (*No seio do debate: amas-de-leite, civilização e saber médico no Rio de Janeiro*, Dissertação Fiocruz, 2006) tendo como base anúncios de jornais de aluguel e venda, demonstraram que algumas mulheres ocupadas como amas de leite desempenhavam outras funções domésticas além de cuidar do bebê.

Contudo, esse método de alimentação infantil foi desqualificado sobretudo no último quartel do século XIX. Maria Martha de Luna Freire (*Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas*, Tese Fiocruz, 2006) mostra como a condenação às amas pretas surgiu como uma resposta da higiene ao imaginário da doença. Através da associação dos cortiços ao contágio, essa argumentação buscava incentivar a prática de aleitamento materno.

### **CONCLUSÕES:**

Ao realizar o estudo do mercado de amas de leite nos jornais *Gazeta de Noticias* e *Diário do*

*Rio de Janeiro*, foi possível investigar as características das amas desejadas por quem necessitava de tal serviço, bem como analisar como eram apresentadas na imprensa. Dessa maneira, pude observar a diferença do preço da ama com o filho e sem ele, a possibilidade de ser examinada por um médico, bem como algumas exigências impostas nos anúncios como a preferência pela cor ou a conduta afiançada.

Uma questão pertinente para a análise é o espectro da doença, pois tal ponto influenciava na visão sobre as amas. Como já falado anteriormente, Freire (2006) mostrou em sua tese como a condenação às amas pretas estava atrelada à higiene e ao temor da doença. Desse modo, com a associação da criada ao contágio, a ama passava a não ser mais a personificação do alimento e dos cuidados afetivos, mas sim um perigo iminente.

Todavia, apesar de parcelas das camadas dominantes passarem a defender a valorização da amamentação materna em detrimento do promovido pelas amas de leite, ainda era possível notar um número alto de anúncios de amas. A julgar pela quantidade de anúncios, o objetivo dessas classes dominantes manteve-se mais como um discurso do que uma prática concreta.

### **AGRADECIMENTOS:**

Quero agradecer ao CNPQ pelo financiamento dessa pesquisa e à minha orientadora, Karoline Carula, pela oportunidade de participar desse projeto.





## **História**

### **A morte para os celtas nos enterramentos de Dürrnberg bei Hallein**

**Clara Ferruccio Rainho**

**Departamento de História/UFF-Niterói/Núcleo de Estudos sobre Representações e Imagens da Antiguidade**

**INTRODUÇÃO:** Partindo da intenção de investigar a morte na Idade do Ferro na Europa Central, este projeto PIBIC foi estruturado visando replicar os mais atualizados parâmetros de pesquisa em História e Arqueologia Funerária. O sítio arqueológico escolhido trata-se do cemitério de Dürrnberg bei Hallein, mais especificamente a área Römersteig. A região é uma preciosa fonte de dados sobre a proto-história da Europa Central, contando com mais de 400 tumbas, construídas ao longo de séculos (possibilitando interpretações sob a perspectiva da longa duração). A partir das tumbas eleitas, pretende-se analisar as práticas de inumação e a produção de diferenciação social da comunidade celta em questão - e, assim, aprofundar o conhecimento sobre as formas de relacionamento entre as populações do período La Tène e sobre a morte para as mesmas.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Entre as 32 tumbas da área Römersteig, foi feita a decisão de trabalhar exclusivamente com inumações (em especial as inumações duplas, totalizando 6 covas) a fim de compreender melhor essa prática funerária específica e verificar se seria possível inferir alguma relação pessoal entre os mortos em questão. Foram estudados tanto casos em que havia a

presença de ambos os corpos, quanto aqueles que contavam com um corpo e um indivíduo arqueológico (conceito que traduz o reconhecimento de um morto, apesar de restos do seu corpo não terem resistido até o momento da escavação). Diferentemente da tradição hallstattiana, apenas 1 (16%) das tumbas latenianas contemplava pessoas de sexos diferentes, sendo 4 duplas de mulheres (66%) e 1 dupla de pessoas de gênero não-identificáveis (16%). Por outro lado, os homens se fizeram mais presentes em enterramentos de três ou mais pessoas, porém sem a ocorrência de uma tumba inteiramente masculina. Como esperado, o mobiliário funerário contou com os mais diversos objetos, em especial itens de banquete (facas e cerâmicas) e acessórios pessoais de bronze e ouro (fíbulas, torcs, etc.) - presentes em todas as covas, com poucas exceções (devido a prováveis saqueamentos). Chama a atenção o fato de não ter sido encontrada nenhuma ferramenta de mineração (dado surpreende tendo em vista que Dürrnberg foi um grande centro de mineração de sal durante a Idade do Ferro), tampouco itens que sugerissem a existência de uma "elite guerreira". Ademais, vale pontuar a recorrência dos motivos de animais nos objetos, alguns significativamente detalhados; prováveis marcadores de status social elevado daqueles que os possuíam.

### **CONCLUSÕES:**

Acerca das conclusões possíveis até esse momento, partimos, primeiramente, para testar a hipótese de que talvez em Dürrnberg houvesse uma certa tradição de enterramentos geracionais (ao invés de casais de mesma temporalidade, como tanto ocorre no período hallstattiano), podendo envolver mães, filhas e avós (haja vista que os indivíduos dos enterramentos duplos costumam corresponder a faixa etárias diferentes). Contudo, uma análise atenta de cada caso levou à conclusão de que a expectativa de que os mortos de suas respectivas tumbas tivessem algum tipo de relação pessoal em vida não é verificável na maioria das vezes. Infelizmente, os casos de destruição/sumiço dos restos mortais e do mobiliário funerário por erosão do solo ou saqueamentos são frequentes demais para desenvolver afirmações definitivas sobre o assunto na área de Römersteig. Por outro lado, foi possível reconhecer prováveis relações pessoais entre os mortos da tumba G230 devido à estrutura de sua câmara e posicionamento de certos artefatos do mobiliário funerário, assim como entre os falecidos da tumba G232 (devido à ausência de indícios de perturbação dos ossos e alto valor das jóias presentes). Por fim, entendo que as tumbas G230 e G232 possam ser classificadas como enterramentos consecutivos.

### **Agradecimentos:**

Agradeço ao CNPq pela preciosa oportunidade.

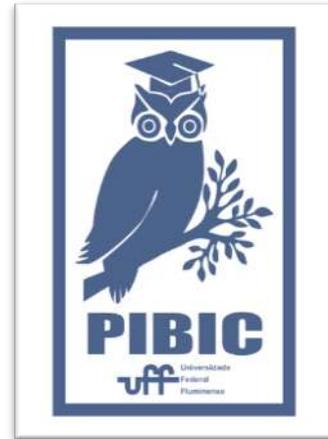


Figure 1: Logo PIBIC



## **Grande área do conhecimento**

**Mães ou irmãs: análise da atuação de mulheres religiosas (pentecostais e do candomblé) em situações de conflitos de natureza étnico-racial-religiosa na cidade de São Gonçalo.**

**Autores**

**Departamento/Unidade/Laboratório**

### **INTRODUÇÃO:**

O projeto se propôs a analisar de forma comparativa como atuam as mulheres religiosas em situações de conflitos de natureza étnico-racial-religiosa, a partir das perspectivas das “mulheres de Axé”, integrantes do Ilé Axé Oloya Torun, e as “irmãs” pertencentes à Igreja Evangélica Assembleia de Deus, ambos situados no Município de São Gonçalo. A hipótese era de que o modo como elas lidam com os conflitos, nos espaços públicos e privados, estavam relacionados aos seus pertencimentos religiosos.

Iniciado em agosto de 2020, o projeto teve seu direcionamento e metodologias marcados pelas demandas de isolamento social em virtude da pandemia da COVID-19. Nos primeiros meses foi feito o levantamento bibliográfico, tal como previsto no projeto, mas foi necessário adaptar a metodologia de pesquisa, que seria trabalho de campo na igreja e no terreiro, para a realização de entrevistas virtuais (por meio do aplicativo Zoom) ou por telefone.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Partimos do pressuposto de que as religiões constituem espaços públicos e privados, que instituem convenções sociais específicas, resultando em formas de controle sobre o cotidiano de seus “fiéis” que se manifestam por meio de distintas formas de regulação das moralidades e dos corpos, que são influenciados de diferentes formas.

A interação virtual com elas explorava primeiramente as histórias de vida das entrevistadas. A oralidade também é uma variável importante para a socialização nos dois ambientes religiosos nos quais elas estavam inseridas, mesmo assim notou-se que algumas entrevistadas se sentiam inseguras ao falar para a universidade. Nesse sentido, o trabalho teve uma importância de fazê-las perceber que seus saberes são importantes para além dos ambientes onde vivem.

O projeto teve como inspiração o trabalho “Memória e Sociedade: Lembranças de velhos.” Ecléa Bosi (1979). Assim como no livro, no projeto narrativas do passado, suas “histórias de vida” foram observadas na intenção de, através de seus ofícios conhecer a história

social da cidade, nesse caso São Gonçalo, que é conhecida como uma “cidade dormitório”, termo usado para definir territórios que servem como moradia para trabalhadores do entorno da capital. Sendo o trabalho a principal interação da cidade de São Gonçalo com a cidade do Rio de Janeiro, as lembranças das entrevistadas revelam como são atribuídos os significados especiais para suas ocupações religiosas na vida, já que os trabalhos não eram apresentados como fontes de satisfação pessoal.



Print da reunião no zoom. Entrevista com Ekedy Sueli, mulher do Ilé Axé Oloya Torun. 4 de junho de 2021.



Print da reunião no zoom. Entrevista com irmã Raquel, mulher da Assembleia de Deus em Alcântara. 8 de janeiro de 2021.

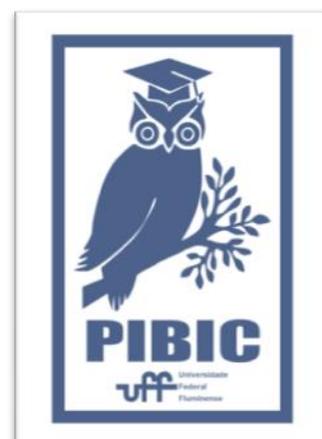
## CONCLUSÕES:

Ecléa Bosi (1979) ao estudar a história social da cidade, considera a relevância de reconhecer as memórias de idosos, a partir de suas vidas de trabalho. Nesta pesquisa, optou-se por pensar como o pertencimento religioso constitui uma forma de “ocupação”, entendidas como “entendidas como atividades que visavam à satisfação pessoal e eram desenvolvidas por

escolha própria” (Woleck, 2002). Trata-se de um modo de trabalho que não está associado à venda da mão-de-obra ou às demandas de sobrevivência. A ocupação associada ao exercício da fé se revela nas trajetórias narradas não como “as memórias de um mundo passado” (BOSI, 1979), mas demandas do cotidiano presente, que expressam os modos de ativismo dessas mulheres, suas lutas por reconhecimento, por visibilidade e os seus modos de exercício de autoridade. A identificação de tais relações nos permite retomar a relevância analítica da categoria histórica e analítica de “gênero”, tal como propõe Joan W. Scott (1995), para dar conta de como o cotidiano dessas mulheres, que se apresenta de forma ambígua, conflituosa e multifacetada. Se em suas vidas o trabalho não fora um lugar de sucesso e realização pessoal, como se representa de forma idealizada para uma concepção eurocêntrica de “mulheres bem-sucedidas”, é na ocupação com os afazeres religiosos que as interlocutoras se encontram e exercitam plenamente seus conhecimentos, constroem relações sociais e exercem seus poderes.

## AGRADECIMENTOS:

Ao Grupo de estudo em Antropologia Política e Conflitos: pesquisas empíricas sobre burocracias, religiões e mobilizações sociais;  
Aos interlocutores: Pai Gilmar d’Yansã, a Ekedy Sueli e sua filha



Viviane pelo apoio técnico no zoom, as irmãs Maria das Graças, Raquel, Maria Eterna (*in memorian*) e Maria José (*in memorian*).



**Grande área do conhecimento: Ciências Humanas**

**Título do Projeto: Dinâmica e estratégias das agroindústrias de leite no Espírito Santo: os casos dos municípios da região sul**

**Autores: Leticia da Silva Amaral; Maria do Socorro B. de Lima; Erika Vanessa Moreira Santos.**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Geografia de Campos, Universidade Federal Fluminense, Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos.**

### **INTRODUÇÃO:**

Diante das mudanças sensíveis ocasionadas pela abertura comercial brasileira na década de 1990, o Sistema Agroindustrial passou por mudanças estruturais, competitivas e organizacionais impulsionadas pela presença de empresas multinacionais em território brasileiro (BATALHA, 2013). Essas mudanças foram denominadas de reestruturação industrial afetando diretamente as cadeias produtivas do agronegócio, das quais cita-se a cadeia produtiva do leite. As novas dinâmicas impostas ao setor ocasionaram o deslocamento geográfico das bacias leiteiras no Brasil, reestruturação no sistema de transportes, novas relações contratuais nas agroindústrias e influenciaram importantes mudanças regulatórias implementadas nos anos 2000. Neste contexto, pequenos e médios produtores assim como pequenas e médias agroindústrias foram excluídos da cadeia do leite por não conseguirem se adaptar as novas demandas no mercado, principalmente às exigências de controle de qualidade do leite e de seus derivados. As grandes empresas de leite,

favorecidas no processo de reestruturação, se expandiram por movimentos de fusão, isto é, se unindo a outros grupos, e de aquisição, comprando principalmente os pequenos e médios empreendimentos, o que levou a concentração do setor. A região Sudeste brasileiro se manteve por muito tempo em primeiro lugar quanto à participação da produção leiteira, mas, no ano de 2014, perdeu a posição para a região Sul. Isso se explica em parte devido ao emprego e adoção de inovações e novas tecnologias no setor que apresentou importantes ganhos em termos de produção e produtividade. Contudo, de acordo com a Pesquisa Pecuária Municipal, em 2019 a região Sudeste voltou a liderar o *ranking* de maior produtora do país com cerca de 34,8 bilhões de litros de leite produzidos. Entre os Estados que compõem a região sudeste, a principal bacia leiteira se encontra em Minas Gerais, mas, nas últimas décadas, o estado do Espírito Santo vem apresentando importantes ganhos em produtividade, demonstrando que a atividade possui grande potencial no estado, especificamente na região sul. Desta maneira, a

presente pesquisa tem por objetivo compreender as principais mudanças organizacionais e competitivas das agroindústrias de leite no sul do Espírito Santo responsáveis pela expansão do setor nos últimos anos.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Observou-se que o número de agroindústrias ruais no sul do Espírito Santo apresentou um crescimento significativo entre os anos de 2006 e 2017. De acordo com os Censos Agropecuários destes anos o número de estabelecimentos que processam leite subiu de 317 estabelecimentos em 2006 para 715 estabelecimentos no ano de 2017. Os estabelecimentos são em sua maioria compostos por mão-de-obra familiar e entre os principais produtos estão: a manteiga, queijo, requeijão, creme de leite. É central a fabricação de queijo nos estabelecimentos, apresentando um mercado em potencial na região. Além da transformação ocorrida na propriedade, observou-se que grande parte do leite produzido pelos pequenos e médios produtores é comercializado para agroindústrias na região. Foram identificadas 6 agroindústrias principais: A Cooperativa de Laticínios Selita, a Cooperativa Agrária do Vale do Itabapoana, a Cooperativa de laticínios de Guaçuí, A cooperativa de Laticínios de Alfredo Chaves, a Agroindústria Osório (IUNIN), A cooperativa de laticínios de Mimoso do Sul. Encontra-se abaixo, o mapa da distribuição espacial destas empresas:

Mapa. 1. Distribuição espacial das empresas processadoras de leite no Sul do ES



Fonte: elaborado pela autora

Observou-se que há baixa implementação de tecnologias na região e que esta aplicação não é homogênea, sendo este um dos entraves para um melhor desempenho da pecuária de leite na região. Contudo, foram identificados programas governamentais que buscam justamente permitir o aumento da qualidade do leite na região dos quais cita-se: o programa Balde Cheio, o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Verificou-se também a presença de programas que atuam para facilitar o escoamento da produção das agroindústrias ruais como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa de alimentação escolar.

## CONCLUSÕES:

De acordo com Bankuti (2017) o emprego de tecnologias no setor de leite esta diretamente associado aos ganhos de produtividade de uma região. Considera-se que a inserção de tecnologias na cadeia produtiva do leite no sul do Espírito Santo, associada a implementação de políticas de incentivo e capacitação técnica dos produtores, tem permitido que a região se expanda no setor de leite e derivados. No entanto, é preciso que tais políticas atentem

para as necessidades particulares dos pequenos estabelecimentos, que pouco capitalizados tem condições de acessar satisfatoriamente as inovações tecnológicas e obter ganhos de produtividade e agregação de valor ao produto.

### **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço ao CNPq pelo fomento à pesquisa e principalmente a minha orientadora, Socorro Lima, por todo o apoio e incentivo que me deu até aqui. Agradeço também aos meus colegas do NERU e do PET Ciranda Rural.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BATALHA, Mário Otávio. Gestão Agroindustrial. 3. ed. – 8. reimpr. – São Paulo : Atlas, 2013. p. 1 – 795.



Imagem 1: Imagem PIBIC

BÁNKUTI, Ferenc Istvan et al. Spatial dynamics: a new “milk corridor” in Paraná state, Brazil. Semina: Ciências Agrárias, v. 38, n. 4, p. 2107-2118, 2017.



**Grande área do conhecimento:** Ciências Humanas

**Título do Projeto:** A gestão da formação do estudante de psicologia da UFF: O ponto de vista da atividade

**Autores:** Pedro Lucas Cabral de Barros

**Departamento/Unidade/Laboratório:** Departamento de Psicologia/Instituto de Psicologia/ Grupo de Pesquisas sobre Gestão, Trabalho e Atividade (GESTA)

### **INTRODUÇÃO:**

O objetivo deste trabalho é analisar a atividade dos estudantes de psicologia para entender como estão gerindo sua formação. Dizer atividade aqui implica reconhecer que há um debate de normas acerca do trabalho do estudante de psicologia, ou seja, há um potencial de escolha e liberdade acerca do que é prescrito na formação do estudante de psicologia e o que é de fato realizado ao longo do curso. Neste sentido, é muito importante ressaltar que a concepção de atividade de trabalho que embasa este projeto é a proveniente da Ergologia que tem como um dos seus principais autores o filósofo Yves Schwartz (2014).

O primeiro passo foi constituir uma comunidade ampliada de pesquisa e intervenção. Trata-se de construir um regime de produção de conhecimento em que trabalhadores e pesquisadores profissionais colaboram no conhecimento-transformação do seu trabalho, sem perder de vista suas especificidades de ação. Assim, a comunidade ampliada de pesquisa e intervenção foi constituída pelo

professor responsável e alguns alunos do curso de psicologia da UFF.

A pesquisa tomou um rumo mais bibliográfico do que prático, focando a maior parte dos encontros na leitura e discussão de textos focados em assuntos concernentes a questão da atividade, a atividade do estudante, o trabalho de estudar e o conceito de corpo-si, como visto na obra de Yves Schwartz (2014). A leitura dos textos foi realizada com o exercício por parte dos alunos de iniciação científica da equipe seja o bolsista como os voluntários de trazer sua experiência para o diálogo com a teoria.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Daniellou, Laville e Teiger (1989) nos ajudam a fazer uma reflexão ergonômica sobre o trabalho estudantil, lembrando que a mente é parte do corpo e não uma entidade separada e, portanto, deve-se pensar como o uso do corpo do estudante pode afetar sua saúde e a qualidade de sua atenção na sala de aula ou outras tarefas. O espaço da pesquisa se fez frutífero no sentido de estar sempre aberto para relatos dos

estudantes pesquisadores acerca da sua formação, podendo externar preocupações e reclamações, como o quanto olhar para a tela do computador durante a maior parte do dia para assistir às aulas está sendo muito cansativo para os olhos e provocando tanto dores, como também prejuízos a longo prazo para a visão ou o quanto ficar sentado durante as seis horas de aula pode ser um desafio doloroso. Além disso, como ainda nos lembram esses autores, foi muito importante conhecer as estratégias de regulação para enfrentar os problemas como: a utilização, por alunas, do bordado como forma de se focar mais nas aulas e enfrentar o tédio; a participação nas atividades práticas no grupo de líderes de torcida, como mudança da rotina intensa de leitura da universidade criando uma sensação de vitalidade; e a criação de grupos de jogos (de cartas ou jogos eletrônicos), como tem sido possível fazer agora durante a pandemia diminuindo o isolamento social.

Foi possível atestar como, de acordo com Cru (1987) é importante a formação de coletivos de trabalho para a saúde, já que dessa forma pode-se compartilhar e criar estratégias coletivas de cuidado. Os próprios encontros semanais do grupo de pesquisa funcionaram como dispositivo de cuidado e compartilhamento da experiência do viver a pandemia de modo que tanto o professor orientador como os alunos avaliaram que os encontros de pesquisa ajudavam a cuidar da própria saúde mental. É bem presente também nos relatos dos diferentes estudantes que compõem o grupo de pesquisa a questão do tempo no sentido de que há uma expectativa

sobre quanto tempo a formação vai durar e também quanto tempo de ensino remoto os estudantes terão que realizar. A questão do ensino remoto também se faz muito importante pois desde que as aulas voltaram enquanto ensino remoto, se instauraram novos desafios de adaptabilidade e permanência na universidade, onde muitos estudantes não têm condição de participar do ensino remoto, seja por falta de conexão à internet ou um ambiente propício para estudar. Para além disso, há também muitos relatos em que estudantes dizem que mesmo com menos encontros síncronos que quando o ensino era presencial, a sensação é de que as tarefas da universidade não deixam sobrar tempo para mais nada, como se a vida acadêmica estivesse agora mais impregnada ainda na vida pessoal dos estudantes.

## **CONCLUSÕES:**

Durante o período da pesquisa, foi possível iniciar o processo de criação da comunidade ampliada de pesquisa e intervenção e também começar apreender como os estudantes de psicologia estão criando estratégias de regulação para os problemas enfrentados na sua formação.

Além disso, a leitura dos textos confrontada com a experiência dos alunos participantes permitiu criar núcleos temáticos que poderão ser discutidos com outros estudantes. O caminho está aberto para um maior aprofundamento destas questões e a ampliação da comunidade de pesquisa e intervenção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRU, Damien. Coletivo e trabalho de ofício: sobre a noção de coletivo de trabalho. In: DEJOURS, C. (Org.). **Plaisir et souffrance dans le travail**. Séminaire Interdisciplinaire de Psychopathologie du Travail, v. 1, p. 43-54. Paris: AOCIP, 1987.

DANIELLOU, François.; LAVILLE, Antoine.; TEIGER, Catherine. Ficção e realidade do trabalho operário. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, 17(68), 7-13, 1989.

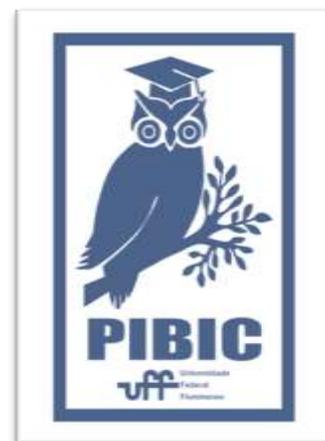
SCHWARTZ, Yves Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe. Toulouse: Octarès, 2000.

## AGRADECIMENTOS:

AO CNPQ PELO FINANCIAMENTO DA MINHA BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA.

A TODOS TRABALHADORES DA UNIVERSIDADE QUE CONTRIBUEM PARA POSSIBILITAR A REALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA UFF.

Imagem 1: Imagem PIBIC





**Grande área do conhecimento: Ciências Humanas**

**Título do Projeto: UM BALANÇO DE UM FIM DE SÉCULO: O COLAPSO DA URSS E SUAS DIFERENTES INTERPRETAÇÕES**

**Autores: Maria Morgana Romão (bolsista) e Tatiana Silva Poggi de Figueiredo (orientadora)**

**Departamento/Unidade/Laboratório: POLIS - Laboratório de História Econômico-Social UFF**

### **INTRODUÇÃO:**

A formação e a queda da União Soviética foram elementos fundamentais do século 20. Assim, a produção bibliográfica da história soviética é vasta, polêmica e diversa, com poucas unanimidades e de difícil síntese; não à toa, estas são tão escassas. O principal propósito desta pesquisa é analisar as diferentes abordagens sobre as causas do fim da União Soviética.

Ao final dos anos 1980, a União Soviética e os seus chamados “países satélites” no Leste Europeu passaram por um processo de desintegração que gerou profundas mudanças nas suas estruturas políticas, econômicas e sociais. Os problemas estruturais desses países, referentes à relativa ineficiência de seu planejamento econômico centralizado e à sua falta de participação política da população, eram amplamente conhecidos e já haviam sido detectados por diversos especialistas. As principais consequências desses problemas eram a constante desaceleração de suas taxas de crescimento econômico e o seu crescente distanciamento tecnológico diante das potências

capitalistas, que se revertiam em uma escassez de bens de consumo para a população, em uma baixa qualidade dos produtos disponíveis e a supressão de anseios populares pela ausência de mecanismos democráticos.

Nos anos 1980, os próprios regimes tentaram realizar reformas, com a introdução de relações de mercado e aberturas políticas parciais. Todavia, os problemas econômicos anteriores não foram resolvidos e outros novos surgiram. Ademais, movimentos políticos de oposição entraram em cena com crescente força, o que resultou na queda desses regimes e na restauração do capitalismo.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Esta pesquisa se debruçou, primeiramente, em análises que priorizavam os fatores econômicos, a fim de investigar as origens do planejamento soviético e as discussões sobre o papel exercido pela burocracia do regime na gestão econômica.

É muito enfatizado que o modelo centralizado e verticalizado do planejamento conferia-lhe uma série de problemas na produção e na qualidade

dos bens de consumo, no controle sobre o trabalho, na veracidade das informações, etc.

Para compreender as causas deste comportamento, a partir de um ponto de vista teórico, fez-se necessária uma abordagem sobre o que era a burocracia soviética, como ela se comportava, qual era a sua origem e o que era a formação social soviética. Para essas discussões, foi fundamental apropriar-se da contribuição Leon Trótski sobre o que era a URSS. Assim, além dos fatores econômicos, foi necessário também realizar uma abordagem mais política.

### **CONCLUSÕES:**

Uma parcela das análises interpreta de forma “impressionista” as mobilizações de 1989-91, como processos revolucionários. É o caso de algumas interpretações marxistas que viram no surgimento da oposição de massas uma forma de avanço a um socialismo democrático. Elas não se atentaram que as lideranças e os programas dessas oposições eram, em geral, pró-capitalistas.

Outra parcela trata o processo de restauração como algo inevitável. É o caso das interpretações da escola “totalitarianista”, que partem do pressuposto de que a formação social soviética era inviável pela ausência de democracia representativa e liberdade de mercado. Trata-se, portanto, de uma apologia ao liberalismo.

Há ainda uma parcela marcada por um determinismo econômico. Interpretações diversas enfatizam que não seria possível a perpetuação dessa formação social sem a

passagem da economia soviética a um modelo de desenvolvimento intensivo, alinhado à Revolução Técnico-Científica. Essas interpretações, em geral, carecem de uma análise das raízes dessa dificuldade de mudança, de modo a realizarem uma apologia liberal ao condenarem a ausência de relações de mercado. Ademais, elas costumam não dar atenção às importantes transformações culturais e políticas na sociedade soviética.

Por fim, uma ampla gama de interpretações, criticamente chamadas de “normalizadoras”, por interpretarem a formação social soviética como equivalente às sociedades capitalistas avançadas, acreditam que ela era dotada de grande estabilidade. Assim, acreditavam na possibilidade de sucesso das reformas realizadas, sem se aterem às profundas contradições que perpassavam a URSS.

Todas essas abordagens, ainda que tenham realizado importantes contribuições do ponto de vista empírico, falharam em entender o que era a URSS, e, portanto, interpretam de forma equivocada o seu processo de colapso e restauração capitalista.

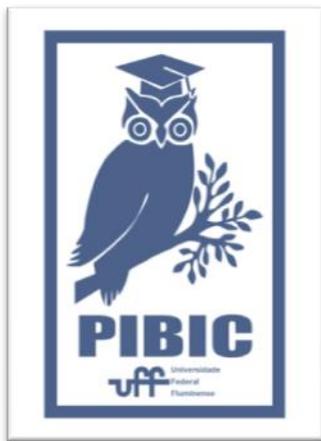
As análises de Trótski, em contraponto, fornecem um aporte teórico que dá conta das especificidades da URSS e que contribuem para análises mais refinadas. Em síntese, sua noção de que a URSS era uma sociedade de transição entre o capitalismo e o socialismo aponta a possibilidade de retrocesso ao capitalismo ou de avanço à outra forma de sociabilidade. Para o avanço, contudo, seria necessário eliminar o regime de ditadura da burocracia por bloquear a

gestão democrática da propriedade econômica, gerando desequilíbrios.

Uma autorreforma do regime não seria possível, pois o seu fundamento era o monopólio do poder político por parte da burocracia, como forma de parasitar a propriedade econômica. Ela precisaria ser eliminada por uma revolução pró-socialismo democrático. Caso contrário, sua permanência prolongada no poder levaria a uma degradação das relações econômicas e ao engajamento de seus setores a um processo de restauração capitalista.

#### **AGRADECIMENTOS:**

Agradecimentos à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tatiana Poggi, pela orientação, e ao Marcio Monteiro, pela ajuda.



## **História Moderna**

### **Riquezas do Império: Diplomacia, Economia e Política na Cultura Intelectual Portuguesa (1640-c.1700)**

**Pedro Affonso Mattos de Azevedo Oliveira/ Coordenador: Renato Júnio Franco**  
**História (GHT)/ Instituto de História (IHT)/ Universidade Federal Fluminense**

#### **INTRODUÇÃO:**

O projeto propõe o estudo das formas de enriquecimento presentes no repertório intelectual pós-restauração até a descoberta do ouro no Brasil. Trata-se de recuperar o conjunto de reflexões que, por meio da ocupação de funções diplomáticas, pretenderam elencar as estratégias mais eficazes para a produção de riquezas. As fontes utilizadas são de natureza variada, com ênfase especial para a correspondência e os tratados de Duarte Ribeiro de Macedo, entre 1668 e 1676, e para a legislação produzida durante a atuação, como Vedor da Fazenda, de Luís de Meneses.

No contexto político-econômico de Portugal, a diplomacia e a sua produção letrada se apresentaram como espaços de produção intelectual importantes para a discussão da produção de riqueza, das formas de adquirir riqueza, e dos meios de se evitar a pobreza e a decadência. Nesse sentido, as obras de Duarte Ribeiro de Macedo se mostraram fontes de grande valor para uma discussão que queira entender as categorias que conformam os léxicos da riqueza e da pobreza nas relações internacionais e também a compreensão da

importância dos espaços coloniais enquanto produtores de riqueza.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Os resultados da pesquisa até então se concentram na leitura de bibliografia especializada, no levantamento de fontes documentais e na seguinte análise dos documentos “*Discurso sobre a transplantação das plantas da Ásia para a América ...*” e “*Discurso sobre o interessa da Introdução das Artes ...*”, manuscritos de Duarte Ribeiro de Macedo, finalizados e enviados, respectivamente, em março e abril de 1675 à Corte Portuguesa.

A análise dos documentos revela uma argumentação ampla e clara, pautada na apresentação do problema, nas formas possíveis de remediá-lo, nas vantagens que vão ser adquiridas ao se tomar as medidas propostas e a resposta a possíveis argumentos contrários. Com muitos exemplos, os discursos de Duarte Ribeiro de Macedo utilizam muito das ideias de experiência e utilidade na sua argumentação, buscando validar não só as afirmações, mas sustentar suas proposições.

Em ambos os discursos, a categoria de utilidade se faz bastante presente. A utilidade, enquanto categoria econômica, tem uma origem longa, podendo apontar um aumento de sua importância a partir dos séculos XIII e XIV a partir das reflexões franciscanas acerca da pobreza. Dentro da discussão de Duarte Ribeiro de Macedo, a ideia de utilidade está intimamente ligada com o proveito do Reino, que ações podem ser tomadas para que o Reino se aproveite mais das consequências daquela ação. Com esse entendimento, a análise evidencia que a utilização dos espaços coloniais são essenciais para a remediação do estado econômico de Portugal.

No *Discurso sobre a Transplantação*, a América Portuguesa é espaço central de produção de riqueza, dada a possibilidade de sua utilização enquanto nova região produtora de especiarias. A ideia de transplantar as árvores e plantas para esse espaço tem como intuito a diminuição do preço dessas mercadorias para o comércio europeu e o enfraquecimento da Holanda e de suas Cias. de comércio. No caso do segundo discurso, a lógica produtora se mantém, mas pelo viés da utilização das matérias-primas produzidas nesses espaços nas manufaturas, Com o foco na remediação do reino, Duarte Ribeiro de Macedo propõe a introdução das artes a partir da experiência de ver *in loco* o enriquecimento da França através dessas medidas. Em suma, a utilidade carrega a noção de que ser útil ao Reino é favorecer o bom governo das gentes.

## **CONCLUSÕES:**

Com a apresentação deste relatório final conclui-se que o projeto responde às questões impostas, mas que tiraria proveito de estudos futuros. Uma dimensão que ainda está para ser explorada é a dimensão da identificação dos grupos políticos que fazem parte desse conflito de narrativas no qual o léxico é utilizado. Um exemplo ainda em formação é o próprio embate econômico entre projetos no Portugal da segunda metade do século XVII. A questão da defesa ou da repreensão dos cristãos-novos e de seu capital nos empreendimentos econômicos é uma discussão central desse período. Entender a figura do Secretário de Estado Francisco Correia de Lacerda, fiel defensor da Inquisição, enquanto articulador político influente nas decisões econômicas é essencial para entender como ideias específicas são valorizadas e outras não ganham importância.

## **AGRADECIMENTOS:**

O projeto todo até então tem sido extremamente proveitoso para minha formação enquanto futuro historiador e professor. Estar realizando a pesquisa dentro da lógica da iniciação científica tem sido muito importante para entender não só como funciona a pesquisa acadêmica num escopo diferente do que estou acostumado, mas também porque o projeto me possibilitou conhecer novos métodos e perspectivas para além do que eu tinha acesso. Muito disso se deve à bolsa, que me possibilitou adquirir materiais essenciais, no geral livros,

para a pesquisa atual e que vão me auxiliar muito nas minhas pesquisas após a graduação. Considero que toda a proposta de iniciação científica é essencial para a formação de bons pesquisadores e acredito que estar inserido nesse projeto vai me auxiliar muito nesse intuito. Gostaria de agradecer ao meu orientador, à UFF e ao CNPq pela oportunidade de realizar essa pesquisa.

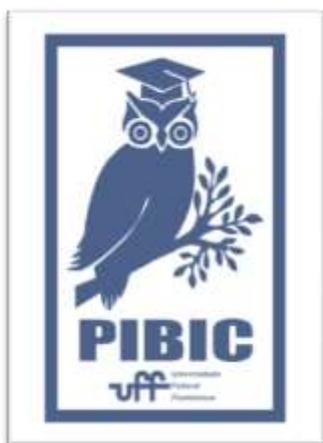


Imagem 1: Imagem PIBIC

# **DAS OBRAS E INFRAESTRUTURAS AOS CONDOMÍNIOS FECHADOS EM ITABORAÍ: TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS E NAS FORMAS DE MORADIA ASSOCIADAS AO COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO (COMPERJ)**

***Stefany Ciolfi de Souza***

**Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais - ICHF**

## **INTRODUÇÃO**

O projeto que aqui se encerra faz parte de uma linha de pesquisa do professor orientador desta pesquisa, e do grupo de pesquisa Fronteiras. Não apenas o orientador, mas todos os pesquisadores seguem uma linha de interesse que busca compreender alterações sociais, econômicas, políticas e arquitetônicas que decorrem de grandes empreendimentos e obras infraestruturais. O resultado deste trabalho aprofunda esse leque de pesquisas, quando estende para um novo fenômeno a ser investigado: o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). A partir de 2008 começa-se a tentativa mensurar transformações advindas destas obras e preparativos para uma cidade que é lida como “atrasada” receber um empreendimento que simboliza o “avanço”. Os efeitos investigados de forma mais elementar apontavam para a alta na densidade demográfica e sobretudo no movimento de transformar a arquitetura dos pontos centrais do município de modo a “acompanhar” o desenvolvimento urbano produtivo e a alta na economia local.

Após o primeiro ano de pesquisas, aprofundamos nossas lentes de análise visando melhor compreender um movimento específico que surge juntamente com o discurso de urbano/rural ou de perigo/pureza. Se trata do elevado número de pessoas que recorrem à compra de casas e apartamentos

em condomínios fechados com o discurso de se proteger do perigo das ruas, agora mais povoadas, ou para alcançar demandas infraestruturais ou direitos básicos de existência.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Utilizando tanto uma bibliografia específica quanto materiais clássicos, que representam matrizes do conhecimento acumulado em Sociologia e Antropologia, encontramos alguns conceitos que ajustaram nossa percepção sobre o ambiente e os agentes com quem pesquisamos. Desta forma, trabalhos como os de Pierre Bourdieu em “*Efeitos de Lugar*” surgem como ponto de partida para compreender que distâncias arquitetônicas podem ser estabelecidas para representar distâncias e limites sociais sendo recém impostos. No caso de Itaboraí, se investigaram efeitos de uma rápida heterogeneização da população em termos de geração e classe social com a vinda de pessoas “de fora”. Os condomínios fechados chegam como novidade, se encaixando no papel requisitado de palco de novas distâncias sociais entre os que esperam durante décadas a fio a chegada de direitos básicos de existência, como saúde, coleta de resíduos, transporte coletivo, entre outros.

Tentemos exercitar o olhar para a cidade e para seu espaço físico enquanto um espaço produzido, construído, planejado com uma intenção, sobretudo em se tratando de bairros e regiões planejadas pelo e para o setor imobiliário, pensando no seu lucro através da produção de moradias, simbolismos e formas de viver. Para o Ribeiro, “Não se trata apenas de um deslocamento espacial da produção, mas da inovação do produto fundada na localização em espaços com novos conteúdos material, social e simbólico” (RIBEIRO, 2015, pp. 326).”

Quando nos dispomos a ouvir narrativas locais, histórias e estórias de agentes que moram, que trabalham, ou que visam sair da região, é constante a pauta de um suposto “perigo” que ronda, e do qual é preciso se proteger. Ora, de certa forma, a proteção contra o *perigo* se mostra aqui como uma proteção preventiva, no sentido pensado por Patriota de Moura. Para alguns, residir dentro de um condomínio significa se prevenir ou se proteger de um perigo antes que ‘o pior aconteça’ ou que o perigo chegue até o indivíduo e outros que dele dependem. Por isso, a propagação destes discursos, narrativas e histórias de violência tem representado um peso relativo nos sonhos e expectativas de todos os agentes envolvidos nos movimentos da cidade.

## CONCLUSÕES

Em uma das conclusões que foram possíveis através desta pesquisa, destaco a necessidade de superar a discussão dicotômica entre rural/urbano ou perigo/pureza, mas de compreender que estas categorias foram forjadas para dar conta de fenômenos não apenas diferentes, mas que

hoje inexistem na forma em que foram pensados. A importância dessa formulação sistemática de trabalhos é, não apenas acadêmica, no sentido de ultrapassar barreiras epistemológicas, mas sobretudo importante para a identificação do sujeito de quem estamos falando e de sua realidade empírica. A diversidade de discursos é uma ponte que possibilita a identificação de identidades coletivas. “Seria mais adequado falarmos em um processo de reestruturação dos sistemas sociais a partir da incorporação de novos elementos econômicos, culturais e sociais que engendram relações mais ou menos conflituosas e ambíguas” (CARNEIRO, 2008).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: “A Miséria do Mundo”. 1997, Editora Vozes.
- CARNEIRO, Maria José. “Rural” Como Categoria de Pensamento. *RURIS | VOLUME 2, nº1 | MARÇO DE 2008*.
- GUEDES, André Dumans. Construindo e estabilizando cidades, casas e pessoas. *MANA 23(3): 403-435, 2017*.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *DOS CORTIÇOS AOS CONDOMÍNIOS FECHADOS*. As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Letracapital, 2015.
- MOURA, Cristina Patriota. *A FORTIFICAÇÃO PREVENTIVA E A URBANIDADE COMO PERIGO*. Série antropologia ISSN 1980-9867. Brasília, 2006;





**Grande área do conhecimento:** Ciências Humanas

**Área:** História Antiga e Medieval

**Título do Projeto:** As artes da cura: a doença e os agentes da cura na Gália merovíngia

**Autora:** Beatriz Messias de Carvalho

**Orientador:** Edmar Checon de Freitas

**Departamento/Unidade/Laboratório:** GHT/IHT/Scriptorium

## INTRODUÇÃO:

O presente estudo tem por objetivo compreender as relações entre figuras reconhecidas como “agentes da cura” na Gália merovíngia entre os séculos VI e VII. Esse grupo seria formado por pessoas de diferentes lugares sociais, médicos especialistas, curandeiros populares, de tradição camponesa, e os santos e suas relíquias. Dentre essas diferentes abordagens da cura, nosso projeto se debruça sobre a atuação dos últimos citados: os santos e suas relíquias.

Aqui estarão presentes duas pesquisas diferentes, ambas têm como fonte a obra hagiográfica. A primeira diz respeito a vida de São Elígio de Noyon (*Vita Eligii Episcopi Noviomagensis, ou simplesmente Vita Eligii*), obra organizada por Ouen de Rouen, mais conhecido como Dado, em aproximadamente 672, o estudo teve como objetivo observar os diferentes processos de cura relatados nos dois livros (VE1) e (VE2).

A segunda pesquisa diz respeito a *vita* Monegunda, que se insere no penúltimo capítulo

(19) do livro *Vita Patrum (ou Liber Vitae Patrum)* e reaparece no relato de número 24 no livro *Gloria Confessorum (ou Liber in Gloria Confessorum)*, ambos escritos pelo bispo Gregório de Tours, o primeiro em 592, e o segundo entre os anos de 587 e 588. Nessa pesquisa também se objetivou analisar os diferentes processos de cura, ainda que um milagre em específico ganhe enfoque, tudo isso considerando a figura de Monegunda.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Por meio da leitura das fontes, inicialmente dos 40 capítulos do VE1 e 81 capítulos da VE2, pretendeu-se verificar a possibilidade dos seguintes aspectos: (i) relatos de práticas essencialmente médicas ou curativas, sem invocação do sagrado ou sobrenatural; (ii) relatos de milagres de cura com uso de elementos materiais (amarelo); (iii) relatos de milagres realizados com o uso da palavra ou gesto; (iv) relatos de milagres operados pelas relíquias do santo, além dos aspectos que

dizem respeito a sexo, idade, e frequência das enfermidades observadas .

Quanto à leitura do capítulo 19 do livro *Vita Patrum*, pretendeu-se primeiramente verificar a possibilidade dos seguintes aspectos: (i) relatos de curas realizadas em vida; (ii) relatos de milagres operados através das relíquias; e (iii) relatos de curas realizadas em vida, e que podem ter associação às práticas médicas e curativas, ainda que possuindo fundo religioso, além de elementos como sexo, faixa etária e frequência das doenças. E em seguida, pretendeu-se observar, dentre os diversos tipos de milagres de cura realizados por Monegunda, se existiria algum milagre que tivesse uso de elementos terapêuticos.

## CONCLUSÕES:

Foram confeccionadas tabelas em ambas as pesquisas, correlacionando os processos de cura (de cada agente, individualmente), e chamando atenção para questões como, sexo, idade, estado em que se encontrava o santo no momento da cura (em vida, ou através das relíquias), entre outros. Como resultado, sobre a *Vita Eligii* pode-se observar (i) a preponderância de milagres relacionados a cura, (ii) que dentre eles, a enfermidade que mais se repete é a febre; (iii) posteriormente também é possível observar que a imensa maioria dos milagres de cura de São Elígio foram realizados após sua morte, sendo quase metade efetuados com auxílio das relíquias; (iv) além disso é possível perceber que de todos os curados, um pequeno

grupo – quase que inexpressivo dentro do montante – é de mulheres; (v) mais da metade do público curado era formado por leigos pertencentes as baixas camadas sociais.

Sobre a *vita* de Monegunda pudemos observar que dentre os 16 milagres por ela realizados, 1 diz respeito à intervenção no meio natural (neve), e os outros correspondem a milagres de cura, os quais observamos que (i) dentre as curas realizadas, a enfermidade que mais se repete é a febre; (ii) que dentre o grupo de curados, a maioria corresponde ao sexo masculino; (iii) que dentre as curas realizadas por Monegunda, mais da metade ocorreram enquanto em vida; (iv) posteriormente pudemos concluir que, dentre as curas realizadas após a morte, com uso de relíquias, todos correspondem ao sexo masculino. Após esses dados, observamos um processo de cura em particular com uso da folha da videira, em que pudemos encontrar características e metodologias terapêuticas.

## AGRADECIMENTOS:

Ao CNPq e ao PROPP/UFF.



# **O NEOPENTECOSTALISMO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS COMO AGENTE MODELADOR DO ESPAÇO URBANO**

Pamela C. Kimmemgs; Silvana C. da Silva.

## **INTRODUÇÃO**

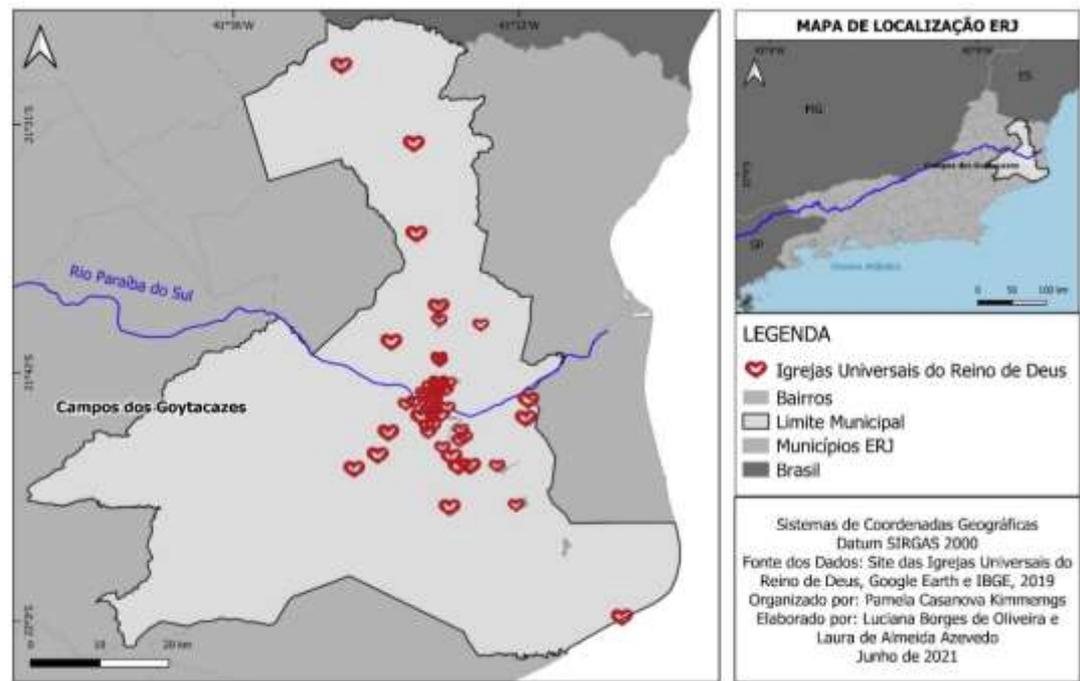
A presente pesquisa teve como objetivo compreender a atuação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) como agente modelador do espaço urbano em Campos dos Goytacazes, a partir da investigação das normatizações que regulam o funcionamento das igrejas. Nesse sentido, analisamos as estratégias de instalação das igrejas e os projetos de leis aprovados pela Câmara Municipal que regulamentaram as fases e fechamentos das atividades durante a pandemia, entre elas, as atividades religiosas. Como base teórica o estudo amparou-se pelo par conceitual dialético de psicoesfera e tecnoesfera (SANTOS, 2006). A metodologia utilizada consistiu em levantamento bibliográfico, levantamento e catalogação de dados secundários obtidos através das plataformas IBGE, site oficial da IURD e Diário Oficial Municipal. Os resultados apresentados se concentram em: estratégias de localização da IURD; sua consolidação em bairros periféricos; e forte atuação nas normatizações, evidenciando o modelamento do espaço urbano a partir da legislação.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O movimento pentecostal pode ser analisado a partir de três ondas: pentecostalismo clássico, deuterpentecostalismo e neopentecostalismo (MARIANO, 2014). Enquanto a primeira e segunda onda pentecostal se diferem pelo critério do corte histórico-institucional, a terceira onda difere não somente a partir deste critério, mas principalmente, a partir das diferenças teológicas, comportamentais e sociais. Das características do neopentecostalismo, está a Teologia da Prosperidade que ascende na sociedade junto ao neoliberalismo a partir de uma racionalidade globalizada (GUADALUPE, 2020), propondo a prosperidade material e acumulação de riqueza, além do incentivo ao empreendedorismo. O neopentecostalismo surge no Brasil na década de 1970 a partir da fundação da IURD, e, com seu rápido crescimento, fez do Brasil o maior país evangélico da América Latina. O neopentecostalismo desenha-se como uma religião cristã afinada com a sociedade do consumo e com o neoliberalismo.

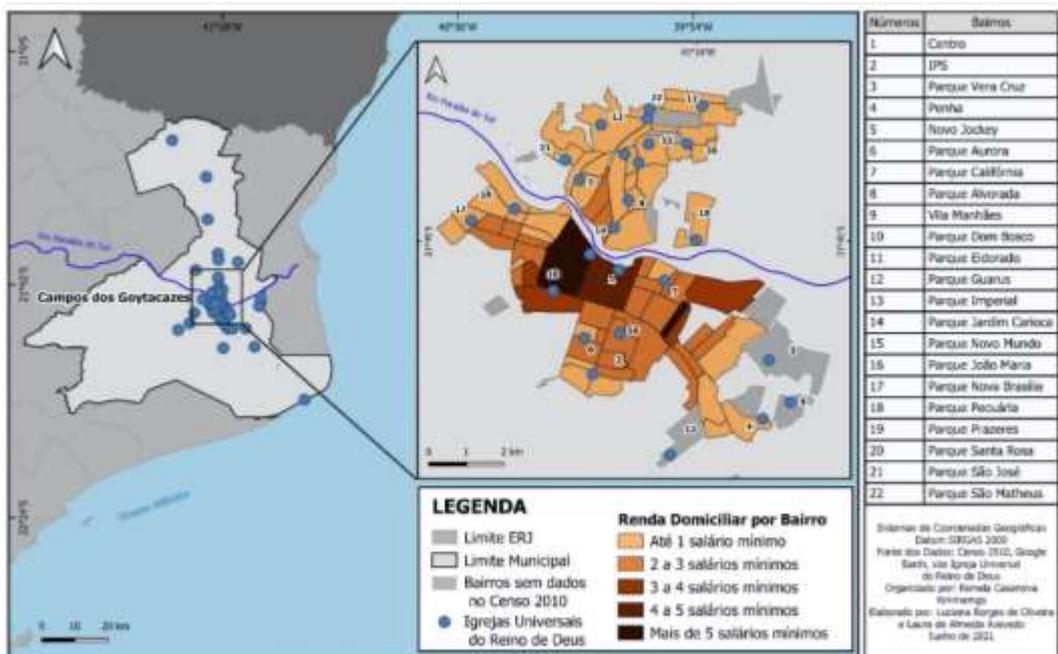
Em Campos dos Goytacazes há a presença de 50 instalações da IURD (Figura 1), além de instalações da emissora Record, o que torna evidente o raio de influência de poder e controle da igreja. Foi possível analisar que as igrejas estão localizadas em grandes vias de circulação, evidenciando a estratégia de fácil acesso a localização.

Figura 1 – Igreja Universal do Reino de Deus em Campos dos Goytacazes - 2021



Outra estratégia analisada foi sua instalação em áreas que residem parte da população em situação de vulnerabilidade, devido, principalmente, à atuação assistencialista proselitista da IURD. No distrito sede do município há a densa presença da IURD em bairros que apresentam a distribuição de renda de até um salário mínimo (Figura 2), à luz da reflexão que o neopentecostalismo tem por objetivo angariar cada vez mais adeptos com estratégias que visam aumentar seu raio de influência na sociedade, coincide com a análise da presença da IURD em bairros de baixa. Há também um expressivo número de igrejas em bairros com maiores distribuições de renda, já que as igrejas se tornam lugares de legitimação do consumo.

Figura 2 – Igreja Universal do Reino de Deus e renda média domiciliar na área urbana principal - 2021



O ano de 2020 foi marcado pela pandemia causada pelo novo coronavírus que, após sua disseminação, alterou a dinâmica do mundo contemporâneo e o comportamento das sociedades. No dia 23/02/2021, foi votado na Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes o Projeto de Lei nº 0003/2021 que define o funcionamento de igrejas como atividade essencial mesmo que em períodos de crise sanitária e calamidade pública, tendo como autor da lei o vereador Anderson de Matos, do partido Republicanos e vinculado a IURD. Em março de 2021 o então prefeito Wladimir Garotinho publicou no Diário Oficial o decreto da lei nº 9.032. A normatização do funcionamento da IURD evidencia que a engrenagem do mercado religioso não pode parar. O funcionamento das igrejas resulta no agravamento da pandemia, na qual afeta principalmente extratos mais pobres da sociedade.

## **CONCLUSÕES**

Na busca por compreender parte da atuação da Igreja Universal do Reino de Deus como agente modeladora do espaço urbano, apresentamos as seguintes conclusões: considerando o espaço urbano um produto social, foi possível analisar que as práticas de reorganização do espaço comandadas por agentes modeladores atendem às suas necessidades e interesses, através da relação espaço e sociedade mediada pela técnica e precedida pela psicosfera neoliberal. O funcionamento das igrejas em períodos de crise evidencia o poder de influência e organização do espaço urbano a partir das normatizações, estas carregadas de informação e que cristalizam as ações. Nesse sentido, há um modelamento do espaço urbano a partir das legislações.

## **REFERÊNCIAS**

- CORRÊA, R. L. O Espaço Urbano. São Paulo: Ática, 1989.
- GUADALUPE, J. L. Pérez. Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. In: CARRANZA, B.; GUADALUPE, J. L. P.(Org.). Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020, p. 17-110.
- MARIANO, R. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo, Loyola, 2014.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: EDUSP, 2006.



**Grande área do conhecimento: Ciências Humanas**

**Título do Projeto: MARCAS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA NA PESQUISA ETNOMATEMÁTICA EUROPEIA: UM MOVIMENTO DECOLONIZADOR?**

**Autores: Maria Cecilia de Castello Branco Fantinato (orientadora) e Carolina Luiz Alves (bolsista PIBIC-CNPq)**

**Unidade: Faculdade de Educação da UFF (FEUFF), Niterói**

### **INTRODUÇÃO:**

O presente projeto busca analisar de que forma a produção acadêmica de uma área reconhecida internacionalmente como tendo origens brasileiras - a etnomatemática - é referenciada por pesquisadores europeus do mesmo campo científico. Apoiada nos teóricos da etnomatemática e da decolonialidade, busca refletir até que ponto este olhar do *Sul* a partir do *Norte* pode representar um movimento decolonizador da etnomatemática. A pesquisa, de natureza qualitativa, está adotando diferentes procedimentos metodológicos combinados, para serem realizados ao longo de três anos: levantamento dos pesquisadores da Europa que participaram dos quatro últimos congressos internacionais de etnomatemática (ICEms); pesquisa bibliográfica dos textos publicados pelos mesmos em periódicos qualificados entre 2014 a 2020, destacando características das referências brasileiras; leitura e análise dos textos selecionados, buscando-se compreender a contribuição dos autores brasileiros citados para as questões abordadas pelo pesquisador europeu; realização de entrevistas com os pesquisadores europeus que fizeram parte da amostra. Esta

pesquisa busca estimular a aproximação entre pesquisadores brasileiros e europeus da etnomatemática, assim como ampliar a visibilidade internacional da produção brasileira em uma área na qual é pioneira.

A primeira etapa, na qual nos encontramos, consiste na identificação dos principais pesquisadores europeus de etnomatemática. Nosso ponto de partida foi a consulta às informações sobre as últimas Conferências Internacionais de Etnomatemática (ICEms): o ICEm3 (Nova Zelândia, 2006), o ICEm4 (Estados Unidos da América, 2010), o ICEm5 (Moçambique, 2014) e o ICEm6 (Colômbia, 2018). Esses eventos foram escolhidos por serem os mais importantes na área, e também por reunirem a comunidade internacional de pesquisadores em etnomatemática. Com base em consultas de páginas da internet e nos Anais dos respectivos ICEms, está sendo realizado um levantamento os pesquisadores europeus envolvidos em etnomatemática que participaram desses eventos.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Pelo fato de esta pesquisa se encontrar em fase inicial, no momento podemos apenas apresentar alguns resultados parciais.

Ao longo desta primeira etapa, construímos tabelas e gráficos, de modo a analisar a participação dos pesquisadores por congresso e ao longo dos diferentes congressos. Ao classificar os autores por país, optamos por mapear a origem geográfica da totalidade dos autores, por continente.

A partir de consulta aos Anais dos congressos pesquisados, construímos uma tabela com as seguintes informações: nomes dos autores, países de origem, contato de e-mail, instituição de vínculo e o número de trabalhos publicados em cada um dos congressos. Em seguida produzimos um gráfico para cada congresso, representando a quantidade de autores por país europeu representado.

No ICEm3, apenas três países europeus tiveram representação, a Suécia (com 4 autores), a Grécia (com 2 autores) e, por fim, a Noruega (com um autor). No ICEm4, quatro países europeus foram representados, a Grécia por um autor, Portugal por 4 autores, a Bélgica por 2 autores e, por fim a Espanha está representada por um autor. Assim como no congresso anterior, o ICEm5 apontou para uma grande representatividade de pesquisadores da Península Ibérica: Espanha, com 8 e Portugal, com 4 autores. A Grécia completa o trio, com um representante. Chama a atenção a ausência de pesquisadores de outras regiões da Europa. No ICEm6, já é possível observar uma maior diversidade de países europeus representados. A Espanha manteve sua liderança como nos eventos anteriores, com 11 representantes.

Grécia e Noruega seguem com 2 autores cada, e os demais países têm um representante cada: Bélgica, França, Islândia, Itália e Portugal.

### **CONCLUSÕES:**

A análise dos gráficos produzidos permite afirmar que a participação europeia nos congressos internacionais de etnomatemática ao longo de doze anos, cresceu em números absolutos e em diversidade de países, com destaque para os países da península Ibérica, sobretudo da Espanha. Entretanto, o crescimento proporcional, em relação a outros continentes, tem se mantido. Nossos resultados apontam para uma tendência de crescimento da pesquisa etnomatemática em países latino-americanos, para além do Brasil.

A próxima etapa da pesquisa em curso será a adoção de critérios para a escolha de pesquisadores europeus, que farão parte de nossa amostra intencional.

### **AGRADECIMENTOS:**

Gostaria de agradecer a minha orientadora Maria Cecilia, pela oportunidade de fazer parte dessa pesquisa. Agradeço também ao Grupo de Etnomatemática da UFF (GETUFF), pelo qual tenho entrado em contato com textos, discussões e conhecimentos muito pertinentes para minha formação como graduanda e como pessoa. E finalmente agradeço ao CNPQ, pela bolsa.

Imagem 1: Imagem PIBIC



**GRANDE ÁREA DO CONHECIMENTO: CIÊNCIAS HUMANAS**

**TÍTULO DO PROJETO: INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS: CORPO E SUBJETIVIDADE EM OFICINAS DE SENSIBILIZAÇÃO.**

**AUTORA: LIORA SOUZA GEIGER**

**DEPARTAMENTO/UNIDADE/LABORATÓRIO: PSICOLOGIA/ ICHF**

### **INTRODUÇÃO:**

Nossa pesquisa se propõe à produção de oficinas de sensibilização corporal: Encontros feitos entre alguns membros da nossa pesquisa e participantes inscritos.

Apostamos nas oficinas enquanto dispositivos de produção sensível de corpos-sujeitos, entendendo que corpo e mundo não são entidades separadas, pelo contrário, se constroem e se transformam em relação.

Nesse sentido, os processos afetivos destituem o lugar tradicional da interioridade e exterioridade usados nas intervenções psicológicas hegemônicas, e nos convocam a praticá-los enquanto agenciamento do corpo com mundo: tempos, espaços, seres vivos e não vivos. A subjetividade então, é efeito desse movimento que não cessa e é esse nosso campo de interesse.

No início de 2020, a partir da pandemia de Covid-19 e da necessidade do isolamento social, nos vimos pensando em como dar seguimento às oficinas, que ocorriam de forma presencial e estaríamos impossibilitados de explorar essa dimensão. Porém, tomando justamente a noção de que a subjetividade é movimento incessante, entendemos que havia muito a ser explorado quanto aos processos afetivos em jogo nesse período, principalmente tomando como referencial os atravessamentos sociais e políticos e suas singularidades na experiência de cada um.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Em setembro de 2020, a UFF instituiu o semestre letivo oficial de modo remoto. Nos perguntamos qual lugar para as oficinas feitas desse modo, considerando as inúmeras dificuldades de acesso e manejo dos dispositivos tecnológicos e aproveitamento da presença nestes. Dificuldades que se devem, em muitos casos, à falta da internet, privacidade e ou de tempo - visto que as tarefas domésticas demandam um enorme investimento, quando não é o caso de pessoas estarem trabalhando ainda mais em função de emergências financeiras.

Entendemos que, justamente pelas dificuldades vividas na pandemia, as oficinas poderiam vir a ter uma dimensão de cuidado e suporte. Adentrando nessa temática do cuidado, percebemos que as profissões da saúde vinham ocupando um lugar particular de atuação nesse cenário pandêmico.

Tomando como referencial nossos próprios afetos compartilhados, enquanto estudantes de psicologia, decidimos que faríamos as oficinas para quaisquer estudantes da área da saúde.

Com o intuito de elaborar as oficinas, preparamos um formulário aberto para esses estudantes, com perguntas especificando o curso, as condições de permanência na universidade na pandemia, além do modo com que percebiam a saúde sendo abordada em seus processos de formação. Percebemos uma grande variação de pontos de vista, envolvendo estudantes que achavam o curso atento às questões da sensibilidade, ou sequer viam isso como importante, mas, a maioria, afirmou sentir

falta de uma visão política da saúde e declarou sentir falta de espaços que exploram a saúde por uma via afetiva e também corporal.

Confirmamos, então, a pertinência de oferecermos as oficinas ao público específico de estudantes da saúde e abrimos as inscrições.

No processo de levantamento de possíveis elementos a serem explorados nas oficinas, usamos enquanto disparadoras, questões levantadas nos nossos próprios diários feitos na pandemia, e mantivemos nossa prática de construir cada dia de oficina singularmente, em função dos afetos e acontecimentos da oficina anterior.

Ao longo do processo, pudemos perceber fortemente um vínculo do grupo, mesmo com a distância física. A partir do espaço que se abriu para movimentar a sensibilidade e os processos afetivos por uma via do corpo, as dimensões de proximidade e distância se configuram de modo distinto àqueles vividos cotidianamente, aliviando a rigidez e dificuldades dos dias.

As atividades envolveram a relação com o espaço da casa e novas descobertas dentro dele, escritas, movimentações, respirações, roupas e identidades, entre outros.

Recolhemos valiosas narrativas desses encontros, nos mostrando a potência de se inventar formas de estar em coletivo, sendo esses espaços de saúde, como modo de resistência à dureza dos nossos tempos.

## **CONCLUSÕES:**

Nossa pesquisa não tem caráter conclusivo de verificação de um objetivo ou experimento previamente estabelecido. A partir de nosso campo de interesse na subjetividade e de seus caminhos de construção envolvendo uma incessante afetação do corpo com o mundo, o

que nos interessa aqui é acharmos pistas para seguirmos nessa pesquisa de forma mais sensível e atenta às dimensões políticas e sociais dos nossos tempos.

Nesse sentido, indicamos que as oficinas realizadas de modo remoto puderam ser importantes ferramentas de coletividade e cuidado para estudantes da saúde. Mesmo com o distanciamento, foi possível a criação de um espaço de construção sensível de corpos-sujeitos.

## **AGRADECIMENTOS:**

Primeiramente, agradeço ao PIBIC/CNPq por ter financiado nosso trabalho de iniciação científica. Agradeço à orientadora Ana Cláudia Monteiro e a todos os participantes do grupo de pesquisa, sem os quais este trabalho não seria possível, além de todos os inscritos nas oficinas desse semestre.

Ter feito parte desse trabalho é enormemente enriquecedor para minha formação em psicologia e carregou a sensibilidade, os afetos, e a responsabilidade social e política desenvolvidas nesse processo de pesquisa em todas as minhas práticas.



**Grande área do conhecimento: Ciências Humanas**

**Título do Projeto: Geografia dos Conflitos no Campo no Brasil**

**Autores: Pedro Catanzaro da Rocha Leão**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Geografia/Instituto Geociências/Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades**

## **INTRODUÇÃO**

O presente relatório trata da continuação do Projeto Geografia dos Conflitos no Campo no Brasil, iniciado em 2010. O conflito social, conceito desenvolvido pelas ciências sociais estritamente, será aqui compreendido em sua geograficidade, isto é, levando em conta que a sociedade não existe fora do espaço e se constitui no mesmo processo que constitui seu espaço. O conceito nos permite entender as contradições sociais na sua concretude na medida em que o conflito é o modo prático através dos quais os grupos sociais manifestam contraditoriamente seus interesses. O conflito social, ainda, é sempre localizável, assim como os que são seus protagonistas, permitindo sua espacialização e, deste modo, os desdobramentos contraditórios da sociedade em sua espacialidade ao longo do tempo.

No Brasil, os conflitos agrários vêm se acentuando enquanto manifestação concreta das contradições do processo agrícola/agrário em curso. A violência contra os camponeses e populações tradicionais (incluindo os indígenas e quilombolas) tem sido uma característica

que atualiza práticas coloniais, sobretudo na expansão territorial do capital que, para essas populações, não são frentes de expansão, mas sim “frentes de invasão” (Casanova, 2006).

Neste trabalho são apresentados resultados das análises realizadas ao longo do projeto no que se refere a continuidade da violência contra os povos e comunidades do campo em um cenário de acirramento dos conflitos. O período de análise dos dados foi de 2011 à 2020.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

As *ocorrências de conflito* no campo no Brasil aumentaram consideravelmente. Desde 2016, todos os anos da série histórica registraram mais ocorrências que a média anual de conflitos, apesar do ligeiro decréscimo em 2017. Isso indica que, após 2016, entramos no período de maior conflitualidade em toda a série histórica. Em 2020 foram registradas 2274 ocorrências de conflitos no campo brasileiro.

Uma mesma localidade pode registrar mais de uma ocorrência no mesmo ano. Analisar as *localidades* é fundamental para a

compreensão da dinâmica geográfica dos conflitos e sua espacialização no território brasileiro. Enquanto a localidade permite uma identificação geografizada, as ocorrências remetem a intensidade.

A evolução histórica de localidades em conflito no campo no Brasil no período nos revela que a tendência de crescimento de localidades em conflito tem tomado proporções assustadoras nos últimos anos. O ano de 2020 registra o ápice da série histórica: 1542.

Em relação a *natureza das ações de disputa pela terra no Brasil* no período estão, de um lado, ocorrências de *Ações de Ataques a Direitos/ Violência* contabilizadas através de dados referentes a expulsões, despejos ou tentativas de expulsões, tentativas de despejos e pistolagem. Do outro lado, estão as ocorrências de *Ações de Conquista e/ou Retomada de Terras* contabilizadas através de dados referentes ocupações, retomadas de terras e acampamentos.

A pesquisa evidencia o crescimento das *Ações de Ataques a Direitos/Violência*, bem como a queda vertiginosa das *Ações de Conquista/Retomada de Terra* ao longo do período. Em 2020, foram 32 ações para conquista e/ou retomada de terras e 2242 ações de violações de direitos/violências.

Já em relação aos grupos sociais que estão implicados em disputa pela terra, temos aqueles que causam ações de violência (categorias sociais “em situação de dominação”) que, por sua vez, correspondem as ocorrências de conflito causados pelas ações de Fazendeiros,

Empresários, Grileiros, Madeireiros, Mineradoras, Agentes do Poder Público entre outros.

Os conflitos implicam também categoriais sociais que sofrem ações de violência e, assim, são Categorias Sociais em Situação de Subalternização<sup>1</sup>, como o são os/as Assentados, os/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra, os Povos e Comunidades Tradicionais<sup>2</sup>. O que permite considerar esses grupos sociais na condição geral de “em situação de subalternização” é o fato de usarem a terra como meio de vida e não como meio de acumulação de capital, ou seja, são categoriais para quem a terra é terra de trabalho, diferente da terra de negócio, como é o caso das categoriais sociais em situação de dominação.

Essas categorias sociais, entretanto, nem sempre são só vítimas das violências acima indicadas protagonizadas pelas classes sociais em situação de dominação, pois também protagonizam ações que engendram conflitos, como são suas *Ações de Ocupações de Terras, de Retomadas de Terras e de Territórios e seus Acampamentos*.

---

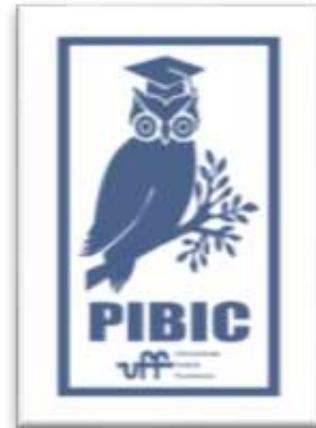
<sup>1</sup> A expressão “em situação de ...” refere-se ao caráter *em aberto* que está implicado nas próprias relações sociais e de poder. Enfim, trata-se de uma situação que o próprio conflito está indicando ser contraditória. São grupos sociais colocados nessa situação que, por ser conflitiva, está em aberto sua resolução. Enfim, trata-se de uma dialética aberta que não tem sua síntese pré-definida na sua condição inicial.

Os conflitos no campo no Brasil têm se dado majoritariamente contra os povos e comunidades tradicionais. Isso indica como o espaço agrário brasileiro tem sido palco do avanço/invasão do capital cuja territorialização se faz em áreas ocupadas com uso tradicional da terra, como terra de trabalho e vida.

Desde 2011 a violência contra os povos e comunidades tradicionais vem predominando. Em 2020, 85% dos conflitos no campo brasileiro se deram a partir de violências contra os povos e comunidades tradicionais. Foram 1899 ocorrências.

## **CONCLUSÕES**

Esse é o momento de maior conflitualidade no campo brasileiro, em todo o período considerado. Essa conflitualidade é marcada pela predominância da violência protagonizada pelas classes sociais em situação de dominação. Os dados corroboram com nossa hipótese de que o modo de desenvolvimento agrícola/agrário em curso, pautado na lógica capitalista primário-exportadora, é nocivo não só ao meio ambiente, mas aos povos e comunidades que vivem na terra e da terra, nos diversos tempos-espaços do Brasil.







Ciências Humanas

## **A IMPLANTAÇÃO DAS ESTRADAS DE FERRO NO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO ENTRE 1854 E 1870**

Vinícius Brito Quinhones; Marcelo Werner da Silva

Departamento de Geografia de Campos/Universidade Federal Fluminense - Instituto de Ciências da Sociedade e

Desenvolvimento Regional (UFF Campos)/Grupo de Estudos e Pesquisas de Geografia Histórica (GEOHISTÓRICA)

### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho, baseado na perspectiva da geografia histórica, objetiva analisar a fase inicial de instalação de ferrovias na província do Rio de Janeiro, ocorrida entre os anos de 1854 e 1870, com intenção de compreender a instituição sincrônica-diacrônica da rede ferroviária fluminense e sua relação com o território

Buscamos associar a instalação das estradas de ferro na antiga província do Rio de Janeiro à expansão dessa técnica de deslocamento em outros lugares do mundo, de modo a percebê-la como parte necessária à expansão do sistema econômico vigente, posto que esta mesma técnica surge com a finalidade de tornar mais rápido o deslocamento de pessoas, bens e serviços, além de mercadorias, sobretudo agrícolas, no caso do Rio de Janeiro no período analisado.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Através da análise dos documentos *Relatórios do Presidente da Província do Rio de Janeiro* e dos *Relatórios Ministeriais do Governo Imperial*

e das contribuições teóricas pertinentes, é possível relacionar o contexto da instalação de ferrovias na província do Rio de Janeiro à sua participação na divisão internacional do trabalho, percebida através do escoamento da produção cafeeira para o mercado exterior. Os dados apresentados a seguir auxiliam a compreensão deste fato:

O ramo mais importante da produção agrícola desta província, e como sabeis, o café que constitue a fonte mais abundante da sua renda.

Para bem se julgar das vantagens dessa cultura, basta mostrar qual foi a sua produção no período de 1861 a 1868.

	Arrobas	Libras
Em 1861.....	7,554,735	18
Em 1862.....	5,136,564	9
Em 1863.....	4,369,182	16
Em 1864.....	5,479,544	12
Em 1865.....	6,284,651	10
Em 1866.....	7,072,961	14
Em 1867.....	9,308,654	
Em 1868.....	7,755,790	13

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro (1870, p. 52)

A seguir, dispomos os resultados oriundos da pesquisa bibliográfica e dos dados encontrados nos documentos oficiais referenciados.

## **ESTRADA DE FERRO MAUÁ**

A primeira ferrovia do Brasil foi construída com capitais privados, e teve Irineu Evangelista de Souza como principal empresário e agente interveniente. Foi inaugurada em 30 de abril de 1854 e teve seus trabalhos iniciados “compreendendo as estações de Mauá e Inhomirim e a parada em Frágoso”. Estendia-se por 14,5 km e “em 16 de dezembro de 1856, é aberto o tráfego até a estação de Raiz da Serra, totalizando 16,2 km” (SILVA, 2011, p. 2).

A construção da estrada de ferro foi concedida pelos “favores da lei nº 602 de 23 de setembro de 1852” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1854, p. 8), tendo como referência o contrato de 27 de abril do mesmo ano, “sem o benefício das garantias de juros” (ZORZO; SILVA, 2011, p. 8).

## **ESTRADA DE FERRO DOM PEDRO II**

Esta ferrovia teve o Estado como principal agente interveniente. O contrato de 10 de maio de 1855 conduziu a construção desta ferrovia, legitimada pela lei nº 141 de 26 de junho de 1852, bem como pela lei provincial de nº 714 de 13 de outubro de 1854, tendo sido construída com capitais públicos, como mostra o Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro (1861, p. 23).

Esta ferrovia se tornaria uma das principais do país. Sua inauguração data de 29 de março de 1858, conectando a estação Dom Pedro II a Belém (hoje, Japeri), chegando, em 1864, à Barra do Piraí. A estrada de ferro, que de início possuía 48km, chega, em nove anos, a uma

extensão de 200km (SILVA, 2011, p. 3), sendo assim referenciada no *Relatório do Presidente da Província* (1871, p. 5): “um dos principais troncos do systema de viação d'esta provincia, já pelo seu grande desenvolvimento atravez de centros de produção e de população muito importantes, e já pelo crescido numero de estradas que convergem para suas estações, prestando abundante alimento ao seu trafego”.

## **ESTRADA DE FERRO CANTAGALLO**

Fomentada pelo Barão de Nova Friburgo, esta ferrovia foi construída com a garantia de juros de 7% sobre o capital investido, fornecida pela província, segundo Silva (2011, p. 4).

Era dividida em três trechos: o primeiro, inaugurado em abril de 1860 com 28 km, conectava o Porto das Caixas à raiz da Serra.

Em 1866 é inaugurada a segunda parte, conectando o Porto das Caixas ao Porto de Villa Nova, com 6 km de extensão, permitida a construção a partir da lei nº 1274 de 21 de novembro de 1863. Em 1868, por execução da lei nº 1362 de 3 de janeiro de 1868, foram iniciados os trabalhos para a construção do terceiro trecho, a fim de conectar a “estação das Cachoeiras na raiz da serra até a Villa de Nova Friburgo” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, 1870, p. 38).





## CIÊNCIAS HUMANAS

### UM ESTUDO DAS POLÍTICAS DE REDE NO BRASIL: PRÁTICAS MOBILIZADAS EM NOME DA BNCC

ANA CARLA DA SILVA E WILLIAM DE GOES RIBEIRO

DED/ IEAR

## INTRODUÇÃO

Este relatório final advém do projeto PIBIC 2020/2021, intitulado *Um estudo das Políticas de rede no Brasil: Práticas Mobilizadas em nome da BNCC*, orientado pelo Prof. William de Goes Ribeiro, que visou aprofundar o estudo da política curricular, considerando as expectativas de mudanças a nível nacional, geradas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Destaca-se o pressuposto de se garantir qualidade da educação e direitos. Utilizando dos métodos heurísticos do sociólogo Stephen Ball, fizemos uma análise teórico-metodológica a partir do *ciclo de políticas* (MAINARDES, 2006) e de seus três contextos interligados e não hierárquicos, para a interpretação do mapeamento da comunidade política feito através da *etnografia de rede*, que possibilitou a identificação gráfica e analítica da comunidade política em pauta (BALL, 2014). Nos últimos anos, pesquisadores da área de currículo no Brasil, como Elizabeth Macedo, Alice Casimiro Lopes, Jefferson Mainardes, Ronnielle Azevedo Lopes e William de Goes Ribeiro têm destacado várias questões ligadas às injustiças em

educação. Apesar disso, a BNCC é homologada, reiterando uma discussão tensa em torno de um viés curricular centralizador. Esses pesquisadores contribuiriam para este trabalho, assim como estudos feitos no Grupo de Pesquisa OENDU- *Culturas, Pedagogias e Currículos* (UFF/IEAR).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em relação ao processo e à concepção que a embasa, não são poucos os problemas apontados em vasta literatura acadêmica (RIBEIRO, 2018). Dessa forma, propomos um estudo das políticas de rede e das tecnologias de educação global, que nesse contexto tem em vista uma compreensão do que a política tem produzido, destacando sujeitos e redes público-privadas aproximadas em nome dela, além de atentar para as mediações e traduções que apontam para a necessidade de pesquisas que elucidem aspectos relevantes ligados à política curricular. A partir dos métodos de análise de Stephen Ball (BALL, 2014; MACEDO, 2014; MAINARDES, 2006), com a *etnografia de rede*, foi possível o mapeamento da comunidade política, a partir

do *Movimento pela Base Nacional Comum* (MBNC). Assim, enfatizar o contexto de influência nas interpretações das articulações da rede de suas iniciativas globais-locais, o que põe em prática, destacando relações e interações em jogo.

## CONCLUSÕES

Com os resultados obtidos, o mapeamento e a interpretação das articulações da rede, pudemos dialogar com o pensamento de Stephen Ball, que utiliza a rede como dispositivo analítico para pesquisar, descrever e visualizar as relações de governança nas políticas educacionais, além de identificar atores-chave, seus poderes e suas capacidades, e de quais formas o contexto de influência é exercido nas relações dessas comunidades políticas.

Dessa forma, pude ver as implicações para as políticas educacionais públicas em elaboração, ou já em seu processo de “implementação”, como a BNCC e um discurso comum entre instituições privadas e públicas. Nesse caso, concebem uma noção de currículo mercantilizado através do “patrocínio” da educação pública, fundações e instituições que se estabelecem como comunidades políticas. O que incide nos “novos discursos políticos” em construção das “novas políticas públicas”, tanto nos setores econômicos, quanto nos sociais e políticos. Compondo um ciclo no qual a BNCC funciona para o imaginário neoliberal, utilizando-se das políticas públicas educacionais. Articula o caminho que as

grandes Instituições apoiadoras querem. Dessa forma, mercantilizando a educação, Estado e iniciativa privada, este último cada vez assume menos Responsabilidade Social, em uma nova forma de governança.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço e destaco o trabalho do Prof. Dr. William Goes Ribeiro, orientador do presente projeto, que se mostrou em todo processo solícito e paciente, nas condições da pesquisa, no que se refere a dúvidas, referenciais e em relação ao ponto de vista moral. Sempre me apoiando e ajudando a aprofundar meu olhar sobre o tema da pesquisa e de minha própria vida e formação. Agradeço ao Grupo de pesquisas *OENDU-Currículo, Cultura e Diferença*, do qual faço parte, e de onde saíram os principais referenciais teóricos deste relatório, assim como debates e reflexões.

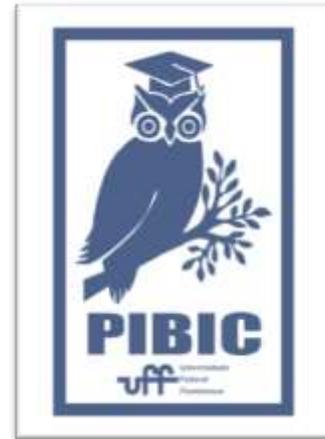
## REFERÊNCIAS

BALL, J. Stephen. **Educação global S.A.**: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Trad. de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1530-1555, out./dez., 2014.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

RIBEIRO, William de Goes. Currículo e BNCC: Possibilidades, para quem? **[SYN]THESIS**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 44-53, jan./jun. 2018.





**Ciências Humanas**

**Infância e o direito à participação – Pensando a cidadania da criança pela perspectiva dos Estudos Sociais da Infância.**

**Juliana Gomes de Andrade; Renata Silva Bergo  
(orientadora)**

**Instituto de Educação de Angra dos Reis – Departamento de Educação (DED) - Universidade Federal Fluminense**

### **INTRODUÇÃO:**

A presente pesquisa objetiva explorar o conceito de participação infantil, compreendida como um direito fundamental, e o seu papel na construção da identidade e do “lugar” da criança na estrutura social na qual está inserida.

A pesquisa foca suas discussões nas leis sobre participação garantidas pelo ECA, traçando um panorama histórico sobre todo o processo de construção das legislações para infância e também sobre a penetração dessas leis no campo da educação com a propagação das Escolas Democráticas.

Os estudos foram realizados através das seguintes etapas: revisão bibliográfica e mapeamento de leis, tratados e convenções sobre direitos das crianças, revisão bibliográfica sobre o contexto histórico das Escolas Democráticas desde o seu surgimento até as experiências mais recentes dentro e fora do Brasil e a apresentação, análise e discussão sobre as experiências da Comunidade de Aprendizagem do Paranoá (CAP), no Distrito Federal.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A pesquisa aborda alguns marcos históricos importantes não só para a concepção de infância que temos hoje no nosso país, como também para as leis que garantem o direito à participação e a demanda por outras pedagogias que compreendam essa infância a partir dessas novas concepções.

São eles: a Lei do Ventre Livre (1871); a inserção das mulheres no mercado de trabalho; a criação do Comitê de Proteção à Infância (1919), pela Liga das Nações; a Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança (1924); a Lei de Assistência e Proteção aos Menores (1927), no Brasil; o Movimento de Mulheres (1932); a criação da UNICEF (1946); a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); a suspensão dos direitos das crianças após o Golpe Militar de 1964 e a criação da Fundação do Bem Estar do Menor (1979); a inserção do Artigo 227 na Constituição Federal de 1988; a adoção pela Assembléia Geral das Nações da Convenção sobre os Direitos da Criança, em 1989 onde, pela primeira vez em um documento institucional, as crianças são reconhecidas como atores sociais e seus direitos são ampliados, garantindo-lhes, além da proteção e provisão, participação nos

assuntos que lhes dizem respeito; e, finalmente, em 1990, a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança pelo governo brasileiro.

A concepção de crianças como atores sociais, fez com que, no decorrer dos séculos e em diversos países, novas concepções de escolas fossem pensadas, para garantir a participação das crianças ao menos no âmbito escolar. São criadas, então, as Escolas Democráticas.

Nessas escolas, todos participam da gestão e das construções de suas regras, direitos e deveres, cuidado com o espaço físico, currículo e demais atividades escolares. Há diversos exemplos espalhados pelo mundo todo.

No Brasil, as escolas democráticas começam a surgir a partir dos anos 1990, principalmente após a criação das Leis de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, que flexibilizou as normas que as escolas devem seguir e deu maior autonomia para os gestores e o corpo docente adaptarem seus currículos. Um desses exemplos no Brasil é a Comunidade de Aprendizado do Paranoá (CAP), fundada em 2018.

A CAP é uma escola pública, localizada no município de Paranoá, há 20 quilômetros do Distrito Federal. A escola recebe cerca de 500 crianças da Educação Infantil e do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Todo o projeto político pedagógico da escola é construído a partir de quatro valores fundamentais: autonomia, responsabilidade, amorosidade e respeito.

A principal diferença da CAP para as outras escolas vai além da organização curricular e dos variados dispositivos pedagógicos que são utilizados pelos educadores. Trata-se de uma escola que transcende os muros do prédio escolar e se expande para toda a comunidade. Ali, todos são mestres e aprendizes, sejam os professores, os funcionários, familiares, comunidade em geral e, inclusive, as próprias crianças, que são tratadas lá como “crianças educadoras”. O currículo é plural e flexível e praticamente toda a organização do trabalho pedagógico parte do interesse e da curiosidade dos alunos, respeitando o tempo e o ritmo de cada um.

Para uma Comunidade de Aprendizagem funcionar plenamente, é preciso o envolvimento de toda a comunidade escolar, envolvendo, inclusive, os moradores da região que não possuem nenhum tipo de vínculo efetivo com a escola. E esse é um dos desafios a ser superados não apenas pela CAP, mas por todas as escolas que se propõem a repensar os modelos educacionais vigentes no nosso país, trazerem novas abordagens de ensino-aprendizagem e colocar a criança em evidência como principal ator dessa mudança.

## **CONCLUSÕES:**

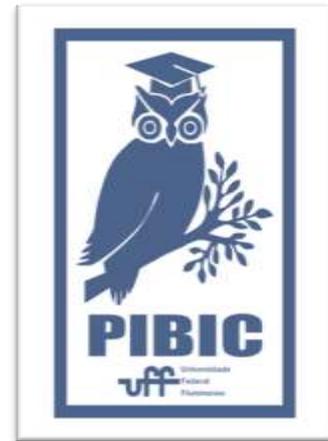
A pesquisa aqui apresentada busca compreender como os temas relativos à infância têm sido tratados no campo da educação; se e como as leis de participação estão sendo aplicadas nas escolas e, a partir dessas análises, pensar maneiras de garantir que as crianças sejam ouvidas e consideradas pelo menos nos espaços escolares.

Como podemos observar, outras concepções de escolas são possíveis e vêm sendo realizadas há séculos no mundo todo. Mas o caminho para a consolidação dessas experiências ainda está longe de sua conclusão. Para mudarmos a escola, antes precisaremos mudar a forma com que enxergamos a infância.

É preciso olhar para a criança com respeito e dignidade, compreendendo seu potencial de agência, sua capacidade de resolver problemas relativos à sua existência com responsabilidade e autonomia, co-criando os espaços à sua volta e respeitando também os seus saberes e suas vivências. Só é possível vivenciar uma real democracia, se a todos os cidadãos for garantido o direito à participação e isso inclui as crianças

#### **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço a Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ); à UFF, em especial ao Instituto de Educação de Angra dos Reis; à Renata Bergo, minha orientadora; às professoras e queridas amigas Silmara Marton e Renata Prado; à minha mãe, amigos e companheira, Andrea Capella; à Comunidade de Aprendizagem do Paranoá; e à todas as crianças que já passaram pelo meu caminho.





**Grande área do conhecimento: Ciências Humanas**

**Título do Projeto: A Questão da Clínica na Obra Inicial de Michel Foucault**

**Autores: Gunther Mafra Guimarães; Marcio Luiz Miotto  
(orientador)**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Psicologia (RPS), UFF/CURO**

### **INTRODUÇÃO:**

A presente pesquisa busca compreender a maneira como o pensamento de Foucault dos anos 50 se posicionava, elucidava e possivelmente problematizava a clínica mental neste período inicial de sua carreira intelectual, conhecido como fase pré-arqueológica. Posto isso, nos deparamos com o seguinte panorama: um primeiro momento no qual Foucault visa fundamentar as ciências humanas e a psicologia através de dois projetos antagônicos com dito cunho antropológico (1954), e um posterior momento que pode ser visto como uma autocrítica aos compromissos anteriormente formulados (1957). Apresentaremos as discussões feitas até o momento, para então extrairmos suas conclusões sobre o âmbito da clínica mental.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Podemos dividir os resultados da pesquisa em dois períodos diferentes. No primeiro momento, voltamos nossa atenção para os textos contestatórios de 1957 e tentamos estabelecer paralelos com outras reflexões do jovem Foucault. Haveria, assim,

uma tríplice contestação sobre a psicologia, a partir da relação entre as teorias psicológicas, da relação que a teoria psicológica estabelece com a prática, e na própria experiência humana que a psicologia tomaria como base. Todas essas relações seriam regidas por uma ausência de fundamento, por uma espécie de negatividade. Logo, a clínica mental estaria delimitada nessa série de reflexões, uma vez que partiria das problematizações provenientes do estatuto da doença mental –referencial a ser evitado pelo homem – para promover sua cura, ao passo em que as diferentes maneiras de se compreender a psicopatologia seriam contraditórias entre si, junto da sua curiosa apropriação de certos elementos presentes na medicina orgânica, como a própria ideia de “doença”. Parece, em suma, que a negatividade - ausência de fundamento - perpassaria a clínica mental, elemento de análise que ajudaria a entender o abandono dos projetos de 54 e a inflexão que o pensamento foucaultiano apresenta nas obras da década de 60.

Além disso, uma possível apropriação de Foucault sobre a filosofia de Nietzsche em meados da década de 50 estaria relacionada com suas contestações à psicologia nos textos

de 1957. De maneira geral, seria possível afirmar que Foucault, a partir de um curso provavelmente lecionado em 1954-1955, já utilizava a filosofia nietzscheana para refletir sobre a aniquilação do sujeito antropológico - o dito Homem - quanto à sua constituição na história da filosofia, ao passo que os textos publicados em 1957 (com diversos relatos afirmando que foram escritos em torno de 1952-1954), paralelamente, questionam a possibilidade de se extrair uma verdade positiva sobre o homem através de uma teoria geral sobre seu sentido de ser. Haveria, então, uma relação intrínseca entre os conteúdos filosóficos lecionados por Foucault sobre a antropologia filosófica com suas críticas à psicologia, outro elemento de análise que ajudaria a expandir as considerações sobre a clínica mental.

No segundo período da pesquisa, nos debruçamos sobre a Introdução que Foucault escreveu para compor a tradução francesa da obra *Sonho e Existência*, do psiquiatra Ludwig Binswanger. Publicada em 1954, a extensa Introdução propõe uma antropologia da imaginação que serviria de fundamento para a psicologia e as ciências humanas, ou seja, a partir de determinada concepção universal sobre o ser humano. Nesse caso, diferente de uma mera abstração ou rememoração de algo, a imaginação é tida como uma forma de se colocar enquanto presença no mundo. Imaginar não remete a uma irrealidade, mas demonstraria outra forma pela qual o movimento da liberdade humana se faz mundo, ela seria constitutiva da abertura de sentido que a existência humana possibilita. Haveria, assim, um estreito laço entre os conteúdos antropológicos da

imaginação (*Menschein*) com sua condição ontológica enquanto ser-no-mundo (*Dasein*), argumento central do projeto antropológico de Foucault para definir a doença mental – uma espécie de estagnação da imaginação, fechamento da abertura de sentido em relação ao mundo, a inautenticidade da existência – e o processo terapêutico - restituir ao doente a capacidade última de sua imaginação, o exercício de sua autêntica liberdade humana.

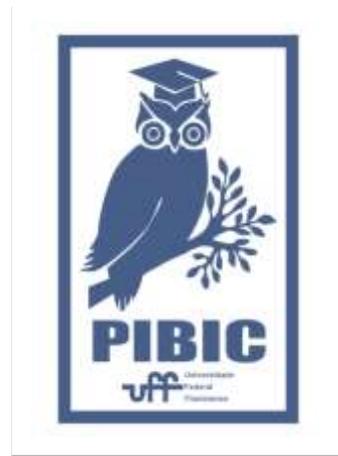
## CONCLUSÕES

Do que exploramos até o presente momento da pesquisa, seria possível olhar os textos de 1957 paralelamente às problematizações sobre antropologia filosófica na década de 50, enriquecendo os horizontes de análise em relação à clínica mental em tais textos, como a relação entre antropologia filosófica e a negatividade. Sobre a Introdução, além de ter demonstrado como Foucault se apropriaria de uma antropologia da imaginação para fundamentar a clínica mental, sua comparação com os textos de 57 e com as reflexões filosóficas da época ajudariam a compreender melhor o abandono desse projeto em questão, assim como a inflexão de seu pensamento na década de 60.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao CNPq pelo financiamento da pesquisa, assim como ao meu orientador, professor Marcio Luiz Miotto, por toda confiança, discussões e orientações enriquecedoras que depositou no trabalho desenvolvido ao longo da vigência.

Imagem 1: Imagem PIBIC





**Ciências Humanas**  
**Projeto Memória e Participação Social de Crianças e Jovens**  
**Quilombolas**  
**Maria Bongiovani Marçal e Beatriz Corsino Pérez**  
**Departamento de Psicologia de Campos / Instituto de Ciências da**  
**Sociedade e Desenvolvimento Regional/ NIJUP- Núcleo de Pesquisa**  
**sobre infâncias, Juventudes e Políticas Públicas**

## **Os impactos do racismo estrutural e da Covid-19 na educação e no planejamento de vida de crianças e jovens quilombolas**

### **INTRODUÇÃO:**

Este trabalho traz os impactos da COVID-19 na educação e no planejamento de futuro das crianças e jovens da comunidade quilombola de Cafuringa, localizada no município de Campos dos Goytacazes - RJ. Eles cotidianamente têm os seus direitos garantidos pela lei violados, pelas ausências advindas do racismo estrutural (Almeida, 2018), e com a crise sanitária, encontram-se ainda mais desassistidos pelo Estado. Em 2020, com a pandemia do novo coronavírus escolas no país inteiro foram fechadas, afetando principalmente crianças e jovens negros e pobres que tiveram dificuldades de manter suas atividades pedagógicas a distância. Destarte, se dá a cor da pandemia, pela congruência dos marcadores de gênero, raça e geração, considerando as relações com o corpo e o território (Gomes, 2020). Neste trabalho, investigamos como se deram as relações escolares durante a pandemia e seus impactos nos projetos de futuro.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Diante da pandemia, mantivemos contato com crianças e jovens pelas redes sociais, grupo no

*Whatsapp*, e reuniões pelo *Googlemeet*. Em 2020, foram feitas visitas esporádicas à comunidade, de acordo com as orientações epidemiológicas do município. O projeto atendeu crianças e jovens, de 3 a 24 anos. Diante da inviabilidade do ensino presencial, esse grupo sofreu com a limitação do acesso à internet, os poucos dispositivos disponíveis e, além disso, as jovens ficaram responsáveis pelas crianças pequenas e pelos afazeres domésticos. Isso prejudicou a aquisição de novos conhecimentos, o desenvolvimento psíquico e a constituição de subjetividade (Santos; Mendonça, 2021). Sem estrutura e representatividade, as jovens que sonhavam em cursar pedagogia e contavam com o incentivo dos pais para isso, tiveram dificuldades de romper com esse cenário em que a maioria das mulheres negras são direcionadas a serviços domésticos ou atividades rurais devido às questões de gênero e etnia que são atravessadas (SILVA, BRAZ, 2020, p.61). A partir da demanda das jovens e na tentativa de transcender essa lógica, criamos o Pré-vestibular social, onde foram ministradas aulas das principais áreas do conhecimento para que pudessem fazer o Exame Nacional do

Ensino Médio (ENEM). Entretanto, ainda há muito trabalho a ser feito, afinal o racismo molda o inconsciente coletivo e o sistema educacional, ao se basear numa perspectiva branca e no discurso meritocrático, acentuando a ótica opressora (Almeida,2018).

### **CONCLUSÕES:**

Durante os encontros, observamos uma auto responsabilização das jovens, perante a um possível desempenho acadêmico ruim e atribuíam exclusivamente a si a culpa de ter “preguiça” de estudar, sem considerar todo contexto sanitário, econômico, político e educacional. Para mais, essas falas das jovens exemplificam as “angústias e não nas habilidades o que mina as expectativas de atuar como profissionais qualificados” (SILVA, BRAZ, 2020, p.61). Das cinco jovens que se inscreveram para o ENEM, uma foi apenas no primeiro dia de prova e a outra foi nos dois. Esse acontecimento foi importante para as estudantes e para Cafuringa, visto que foram primeiras pessoas da comunidade a participarem do ENEM. É através desses furos, desses exemplos locais abrem-se portas para pensamentos em ações para crianças e jovens se reconhecerem como sujeitos protagonistas de suas realidades. Entretanto, além de criar oportunidades é preciso proporcionar condições equânimes para alcançá-las. Fica o desafio de continuar pensando formas de ultrapassar esses obstáculos, de fazer com que as políticas públicas sejam efetivas e realizáveis e de aos poucos ir minando essa estrutura racista.

### **REFERÊNCIAS:**

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte, Editora Letramento, 2018.

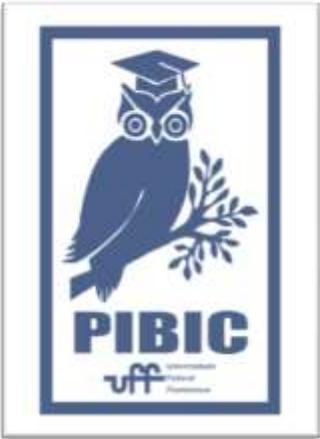
GOMES, Nilma. **A questão racial e o novo coronavírus no Brasil. Trabalho e Justiça Social.** Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, 2020.

SANTOS, Geny; MENDONÇA, Marilane. Pandemia e o Ensino Remoto: uma reflexão acerca da vivência afetivo-emocional dos estudantes. **Reh- Revista Educação e Humanidades.** 2 (1), p.110-131, 2021.

SILVA, A. S. da; BRAZ, S. R. R. Orientação Vocacional, Raça e Poder: implicações psicopolíticas de processos de dominação social. **Revista Electrónica de Psicología Política.** 18 (44), 2020.

### **AGRADECIMENTOS:**

Sinto-me grata por compor esse projeto de pesquisa-intervenção, onde juntos podemos promover transformação social. Agradeço às crianças e jovens de Cafuringa que nos receberam em seu território, seja de forma física e virtual e compartilharam conosco suas alegrias e angústias. A minha orientadora e as integrantes do grupo de pesquisa e extensão pela dedicação em construir e adaptar a psicologia a fim de que contemplasse a infância e juventude negra quilombola em tempos de pandemia. Estendo minha gratidão ao CNPq, o qual por meio da bolsa viabilizou a minha permanência na universidade, e trouxe novas experiências para minha formação, me convocando a pensar em uma prática realista que escute e acolha os sujeitos que estão envolvidos.





**Grande área do conhecimento: Ciências Humanas**

**Título do Projeto: A Educação de Jovens e Adultos de nível médio no estado do Rio de Janeiro: ofertas e características**

**Autores: Hyago Marinho da Silva (bolsista) e Jaqueline Pereira Ventura (orientadora)**

**Departamento/Unidade/Laboratório: Sociedade Educação e Conhecimento/Faculdade de Educação/ Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação (NEDDATE)**

### **INTRODUÇÃO:**

O projeto consiste no mapeamento e na análise da oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA), no nível médio, no estado do Rio de Janeiro. A pesquisa objetiva contribuir com o levantamento, a sistematização e a análise de dados estatísticos, de informações normativas e institucionais referentes à configuração da oferta da EJA de nível médio no Rio de Janeiro a partir de 2003.

O objetivo é compreender as condições de oferta e de realização da Educação de Jovens e Adultos no estado, considerando as redes, os programas e os cursos que compõem a oferta; bem como os padrões de formação a eles vinculados, envolvendo informações sobre o público-alvo, seu efetivo alcance populacional e suas finalidades, as condições institucionais para sua realização e os principais parâmetros de realização do processo formativo

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Referenciada no pensamento histórico crítico (MARX, 1988; KOSIK, 1976) esta etapa da pesquisa contou com: 1) levantamento de dados estatísticos atuais para análise dos elementos

que corroboram o atual fenômeno de diminuição do número de matrículas na EJA, mesmo diante do baixo índice de escolaridade da população brasileira. 2) levantamento sobre fontes documentais a respeito da Educação a Distância (EaD) na Educação Básica na modalidade EJA, principalmente no Ensino Médio, para mapear a oficialização da EaD como mediação didático-pedagógica nessa modalidade. 3) levantamento sobre as formas de oferta de EJA feitas pelo estado do Rio de Janeiro. 4) Foi realizada, ainda, a análise do perfil socioeconômico do estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2003 e 2018.

Em suma, mediante os resultados obtidos, pudemos verificar que, levando em conta todos os programas relacionados a EJA no Estado do Rio de Janeiro, observa-se uma queda no número de matrículas ao passo que a demanda potencial pela modalidade permanece elevada. Nossa investigação sobre fontes documentais a respeito da EAD demonstra que em um processo histórico de mudanças legais, intensificados em 2015 com políticas ultraliberais, a EAD é oficializada como mediação didática-pedagógica e passa cada vez

mais ser valorizada dentro da educação brasileira no que se refere a Educação de Jovens e Adultos.

Constatamos também que a EJA – RJ (Ensino Médio) é ofertada pelo poder público de maneira fragmentada através: da rede CEJA, parceria entre a SEEDUC e a SECTI contando com o modelo semipresencial de mediação didático pedagógica; da Nova Educação de Jovens e Adultos (NEJA), modelo presencial de educação dividida em módulos adotada pela SEEDUC em suas escolas após a reforma educacional de 2013; e da Faetec com o PROEJA e o EMEJA, que contam com aulas presenciais somente no período noturno.

### **CONCLUSÕES:**

Diante das análises empreendidas pudemos concluir que a oferta da EJA se encontra, no nosso estado, desarticulada em cursos com pouca duração, negando o caráter de educação básica da modalidade, sendo muitas vezes utilizada como mecanismo de mascaramento do desempenho escolar dos turnos “regulares” nas avaliações externas. Além disso, o fechamento de turmas de EJA presencial na escola pública ocorre *pari passu* ao crescimento da EJA vista como uma espécie de preparatório para exames certificadoros como o ENCCEJA.

No que se refere ao levantamento das fontes documentas relacionadas a Educação a Distância, concluímos que a EJA perde, cada vez mais, seu potencial de educação crítica e emancipadora com o avanço da EAD. Sua lógica é voltada para o mercado, resultando, muitas vezes, em certificações vazias.

### **AGRADECIMENTOS:**

Ao CNPq e a PROPPI/PIBIC/UFF pelo fomento recebido para a realização da iniciação científica. Ao NEDDATE/UFF, especialmente à professora Jaqueline Ventura, pela orientação acadêmica e oportunidade de participação na pesquisa.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

KOSIK, Karel. A dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl. Para uma crítica da economia política. V.1. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

VENTURA, J. A oferta de Educação de Jovens e Adultos de nível médio no estado do Rio de Janeiro: primeiras aproximações. Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, v. 04, p. 09-35, 2016.

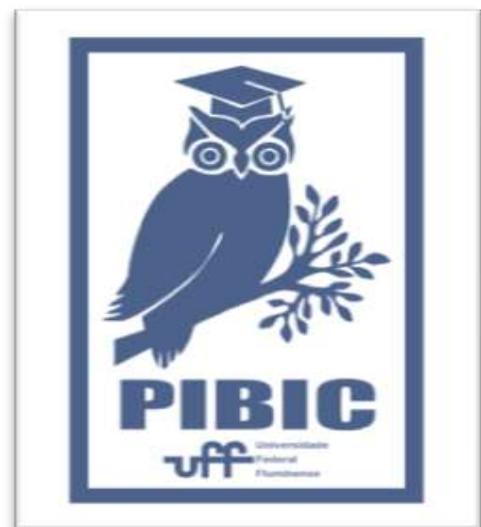


Imagem 1: Imagem PIBIC



**Grande área do conhecimento Ciências Humanas / Sociais**

**Título do Projeto A reforma trabalhista e os espaços de negociação e solução de conflitos do trabalho**

**Autores Janine Paiva Avellar**

**Departamento/Unidade/Laboratório VMD / ICBS / GEDES**

### **INTRODUÇÃO:**

A presente pesquisa investigou os impactos da lei n.º 13.467, de 13 de julho 2017, conhecida como Reforma Trabalhista, visto que a mesma promoveu mudanças substanciais na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e, assim, nas relações entre capital e trabalho. Os mecanismos consensuais de solução de litígios, tais como a Mediação, a Conciliação e a Arbitragem foram impulsionados pela Resolução n.º 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). De modo geral, tais institutos receberam a denominação “métodos alternativos”. Com a Reforma Trabalhista de 2017, a Arbitragem ganhou maior espaço no mundo jurídico brasileiro com a inclusão do artigo 507-A à CLT (DISSENHA, 2017). Emerge, então, de tal artigo a negociação trabalhista individual via arbitragem, para aqueles contratados com remuneração superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, desde que ocorra por iniciativa do empregado ou mediante sua concordância expressa (BRASIL, 2017). Assim, os trabalhadores que se enquadram nestas definições seriam considerados hiperssuficientes. Refletindo sobre a sustentação das relações trabalhistas,

buscamos compreender, por meio desta pesquisa, as novas formas de condução e solução das divergências, o acesso à Justiça do Trabalho, e as alterações na capacidade de negociação dos sindicatos. Nosso objetivo principal é entender o papel destas novas formas de resolução de conflitos, assim como de testar a hipótese sobre o esvaziamento do papel do Estado sobre os conflitos trabalhistas, e sua substituição por sistemas privados de composição dos conflitos.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

A pesquisa se concentrou em duas etapas: mapear a abertura de Câmaras e Tribunais privados, com o intuito de saber se há um incremento em seu número nos últimos anos; analisar os instrumentos coletivos dos dois maiores sindicatos industriais da região Sul Fluminense, a saber, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Montagem e Construção Pesada de Volta Redonda e Região (STICMM) e o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense (Sindmetal-SF).

Em levantamento da listagem do cadastro de câmaras privadas atualmente cadastradas / credenciadas em 11 dos 27 Tribunais de Justiça consultados (incluindo o Tribunal de Justiça do

Distrito Federal e dos Territórios), observou-se um total de 161 câmaras, e a maior concentração está no estado de São Paulo com 55 delas (aproximadamente 34,16% do total).

Na primeira fase desta pesquisa, foram levantados, a partir do Sistema Mediador do MTE, 99 registros de acordos e convenções coletivas do STICCMMP registrados entre 2010 e 2020. Observou-se que em 44 instrumentos havia menções de um ou mais termos como “conciliação”, “solução conciliatória”, “arbitragem”, “solução consensual ou arbitral”, “mediação”. Nos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT), foi possível identificar nas cláusulas acerca das divergências a menção da conciliação como um objetivo a ser alcançado através do “entendimento direto” ou negociação direta entre as partes. Em outros instrumentos, há a ideia de comprometimento à conciliação entre empresa e sindicato, que deve ser anterior a “quaisquer providências extremas de resguardo de seus direitos”, assim, a Justiça do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro é tida como recurso a ser utilizado somente após o “esgotamento das vias de negociação”.

### **CONCLUSÕES:**

Destaca-se que, em função de a pesquisa ainda estar em andamento, as conclusões ainda são provisórias, no entanto, percebe-se que a partir de 2017, o impulso em direção à ideia de negociação direta entre sindicatos e patrões (negociado X legislado), o enfraquecimento do judiciário trabalhista, assim como o novo artigo 507-A da CLT criaram precedentes para a ampliação do uso de espaços outros, que não a

justiça, para a resolução dos conflitos individuais e coletivos do trabalho.

Vigendo desde novembro de 2017, a Reforma Trabalhista tem provocado debates fundamentais em diversas esferas da sociedade brasileira. A referida reforma também já mirava na direção da redução do espaço da Justiça do Trabalho como o espaço de solução de conflitos, bem como do fortalecimento da negociação coletiva e da arbitragem como pontos de confluência e solução das divergências. Entre os principais argumentos dos defensores da mesma, destacam-se estão a ideia de “excessiva judicialização” e a litigiosidade ocasionada pelas leis e pela Justiça do Trabalho, que produziram “insegurança jurídica”, evidentemente, sobretudo nos empregadores.

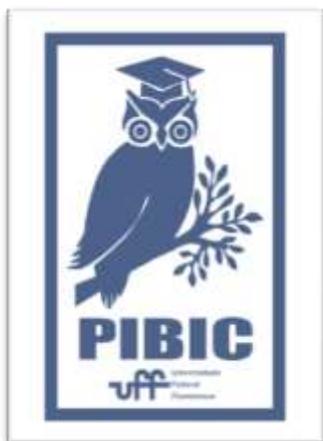
### **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço, primeiramente, ao CNPq e à UFF pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa e promover a continuidade de uma produção científica de tamanha relevância mesmo em um momento tão desafiador. Sendo assim, resalto, ainda, minha imensa gratidão pela minha orientadora, Sabrina de Oliveira Moura Dias, minha irmã, Jessieli, e meus pais. Sem todo o suporte e encorajamento dessa rede de apoio, eu definitivamente não teria conseguido enfrentar as adversidades que se apresentaram ao longo deste período.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

DISSENHA, Leila Andressa. Arbitragem e conflitos trabalhistas: receios e expectativas pós

reforma. Arbitragem e conflitos trabalhistas:  
receios e expectativas pós reforma, 2017.





## INTRODUÇÃO

A pesquisa desenvolvida traz contribuições importantes para os debates acadêmicos sobre juventude e movimentos estudantis, para o registro histórico do IEAR-UFF e seus movimentos de estudantes.

O objeto de pesquisa deste trabalho são os movimentos estudantis do IEAR, que se configuram como fenômenos privilegiados para a observação da ação coletiva e do protagonismo juvenil a partir da realidade vivida na cidade de Angra dos Reis. Esses movimentos se apresentam como entidades representativas de estudantes, que dentro de suas realidades fomentam ações de enfrentamento às políticas autoritárias de exclusão que afetam seus grupos. Entretanto, nem sempre a representação por entidades é escolhida, e se torna possível observar a manifestação de diferentes formas de produzir movimentos estudantis.

É possível notar diferenças na organização dos movimentos. Há os de repertório horizontal, que funcionam baseados na autonomia de todos os atores envolvidos, promovendo ações através de reuniões conjuntas com a participação do máximo de

**Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas**

**Título do Projeto: Movimento Estudantil: Participação de Crianças e Jovens na Construção da História e da Sociedade**

**Autores: Gabriel Oliveira Herculano da Silva; Renata Lopes Costa Prado (orientadora)**

integrantes. Também existem movimentos verticalizados, com cargos eleitos ou nomeados, que podem buscar referência e apoio no conjunto dos estudantes.

Esses movimentos ganharam intensidade devido ao acesso de estudantes de diversas camadas sociais à universidade, através do programa de expansão das universidades públicas e políticas de ações afirmativas. Também ganham intensidade devido à conjuntura política nada favorável à produção de políticas públicas que escutem os estudantes e profissionais da área, e tem promovido o sucateamento da educação pública.

O referencial metodológico que orienta a pesquisa tem inspiração no texto “Núcleos de Significação como Instrumento para a Apreensão da Constituição dos Sentidos”, de Aguiar e Ozella (2006).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Reconstruindo as condições sócio-históricas de produção dos fenômenos presentes no texto, conduzi três entrevistas individuais com membros das primeiras gestões das entidades estudantis, uma entrevista coletiva com militantes, e incluí

aspectos importantes do registro de minha participação cotidiana neste movimento.

O IEAR possui aproximadamente 700 alunos, divididos em três cursos: Pedagogia, Geografia e Políticas Públicas. Em termos de representação discente, cada curso possui seu próprio Centro Acadêmico, além disso, o conjunto dos estudantes do campus é representado pelo Diretório Acadêmico Florestan Fernandes. Também estão presentes coletivos universitários: o Coletivo de Estudantes Negros e Negras - UBUNTUFF, o Coletivo LGBTQI+ DIVERSIFICA, a Moradia Autogestionária Retiro Universitário (MARUFF) e até o Núcleo de Estudos em Agroecologia Aipim (NEA Aipim), que reúne alunos engajados com agroecologia.

Os relatos no texto datam do movimento iniciado em 2015, a partir da criação da última entidade estudantil e o início de uma “nova política de coletividade”, e passam pelos conflitos enfrentados pela comunidade estudantil entre 2015 e 2021, ofertando interpretações da realidade vivida por esses estudantes. Entre os tópicos abordados, estão: políticas de acesso e permanência na graduação, estratégias de organização, diversidade no ambiente acadêmico e coexistência de diferentes projetos políticos para o mesmo espaço.

## **CONCLUSÕES**

Diante de muitos elementos que compõem as diferentes visões sobre a realidade vivida pelos estudantes, e conforme orientado pelo referencial metodológico, foi possível ofertar uma interpretação sobre os movimentos abordados.

Esta interpretação é dividida em 4 núcleos de análise: “A demanda orienta e mobiliza as estruturas”, “O choque de gerações e a transformação política”, “As contradições na organização de movimentos”, “A dimensão da afetividade e os movimentos estudantis”. Cada núcleo oferece uma análise sobre elementos que estiveram presentes no texto.

Como conclusão geral, constato que os estudantes e seus movimentos são atores ativos no processo de construção da história e da sociedade, sendo capazes de se organizar de forma complexa para atingir os objetivos de cada movimento. Contudo, ainda que estejam conscientes de boa parte do processo, a análise permite dizer que os estudantes, no processo de construção da realidade histórica material, também se deixam guiar pelo pensamento emocionado e podem deixar alguns elementos escaparem de análises rápidas sobre fenômenos nos quais estiveram implicados. Dessa forma é seguro dizer que toda a análise do processo estudantil depende dos significados atribuídos pelos atores entrevistados ao processo experienciado.

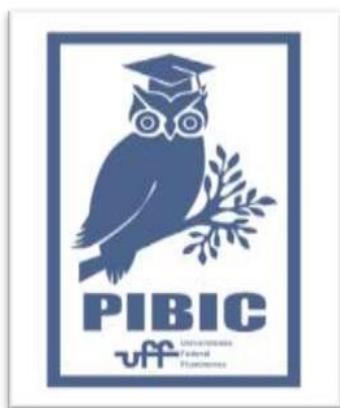
## **REFERÊNCIAS**

AGUIAR, W.; OZELLA, S. Núcleos de Significação como Instrumento para a Apreensão da Constituição dos Sentidos. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 26, n. 2, p. 222-245, 2006.

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente, agradeço à professora Renata Lopes Costa Prado, pela excelente orientação no andamento da pesquisa.

Gostaria também de agradecer às pessoas entrevistadas, que possibilitaram este trabalho. Por fim, agradeço à UFF e ao CNPQ pelo financiamento da pesquisa.





## **CIÊNCIAS HUMANAS**

### **AS POLÍTICAS INDUSTRIAIS PARA O SETOR AUTOMOTIVO: O PROGRAMA INOVAR-AUTO E AS MONTADORAS DO SUL FLUMINENSE**

**LUANA KRISTINA DE JESUS NUNES**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DE VOLTA REDONDA (ICHS) / DEPARTAMENTO MULTIDISCIPLINAR (VMD) / LABORATÓRIO DE MULTI-APLICAÇÃO EM GESTÃO (LAMAG).**

#### **INTRODUÇÃO:**

Conforme os autores FERRAZ, PAULA e KUPFER (2003), a política industrial é desprendida de juízos de valores, tendo como foco o incentivo e regulações a ações públicas podendo afetar alocação inter e intra-industrial de recursos, costuma combinar medidas que influenciam a conduta e desempenho de agentes econômicos.

O presente estudo tem como foco a análise das políticas industriais para o setor. Inserido nesse contexto, o Programa Inovar-Auto foi lançado durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff pelo Decreto 7.819 de 3 de outubro de 2012, para apoiar o desenvolvimento tecnológico da indústria automotiva. Em 2018, entra em vigor o Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística como sucessor do Inovar-Auto, encerrado em 2017.

A partir disso, a pesquisa tem como objetivo geral a análise das políticas industriais direcionadas ao automobilismo brasileiro de modo a auxiliar na construção de um banco de dados acadêmico sobre o setor. Este trabalho está inserido numa

agenda de discussões sobre a indústria automotiva na região, promovido pelo Grupo de Estudos em Desenvolvimento do Sul Fluminense, o GEDESF, vinculado à Universidade Federal Fluminense.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Há mais de um século o Brasil inicia sua história com a indústria automotiva com a abertura do primeiro escritório da Ford no país, em 1919. O setor passou a prosperar com o ex-presidente Getúlio Vargas ao regulamentar medidas de restrição à importação de carros inteiros com intuito de estimular a produção nacional. Os governantes seguintes seguiram com os investimentos no setor, com condições para desenvolvimento local de tecnologia estrangeira.

Durante o período de proibição de importações, a produção local foi fomentada, o que gerou uma defasagem tecnológica devido à falta de investimento e barreiras à entrada de novas tecnologias. O cenário da indústria automotiva antes da abertura do mercado era de baixa qualidade de produtos, produtividade e

nível de produção (Botelho, 2002). Ao final dos anos 1990, a construção de novas fábricas mais modernas era a estratégia para competir no Mercosul. Essas novas plantas contavam com grandes complexos industriais e fornecedores de autopeças, integrados no modelo just-in-time, reduzindo custo com estocagem.

### **Políticas Industriais para o setor automotivo: Do Inovar-Auto à Rota 2030.**

O Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores – INOVAR AUTO – foi lançado em 2012 diante da importância do setor para a economia doméstica do Brasil, durante o Governo da ex-presidente Dilma Rousseff. A medida tinha como objetivo estimular a competitividade do setor por meio de incentivos fiscais para as montadoras de veículos e a promoção de uma cadeia local de suprimentos com intuito de internalizar essas empresas no país e desenvolver uma rede de fornecedores locais de modo a construir um ciclo de inovação na cadeia automotiva – o programa criou incentivos para atrair montadoras e aumentar a competitividade da indústria automotiva brasileira com carros mais seguros e econômicos.

Com todas as montadoras cumprindo a meta de eficiência energética, o programa Inovar-Auto foi encerrado em 2017, após cinco anos de vigência. A política industrial que procede no lugar do Inovar-Auto é o Rota 2030. Uma política pensada para ir além dos mandatos a cada quatro anos, por

ser entendido que não é possível concretizar uma política de tal porte com ciclos pequenos. Segundo o MDIC, o programa tem como pilares: pesquisa, desenvolvimento e engenharia; inspeção veicular; logística e tributação; flexibilização das relações trabalhistas; eficiência energética; recuperação da cadeia de autopeças; e tecnologia.

### **CONCLUSÕES:**

A partir da análise tecida acima, políticas industriais são ferramentas de intervenção econômica que o governo utiliza para fomentar o crescimento econômico. Mais do que nunca, é possível observar na atual conjuntura o desmonte do Estado e o enfraquecimento de instituições que atuam no setor. Os resultados parciais da pesquisa procuraram mostrar a história do setor no Brasil e objetivou-se discutir as políticas industriais do setor como o Inovar-Auto e o Rota 2030.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ANDRADE, Pablo Roger Mello. O programa Inovar-Auto: os resultados e as controvérsias do novo regime automotivo.

2018.

ARBIX, G. Uma Aposta no Futuro: os primeiros anos da Câmara Setorial da Indústria Automobilística. São Paulo: Scritta, 1996.

DAUDT, Gabriel Marino; WILLCOX, Luiz Daniel. Indústria automotiva. 2018.

FERRAZ, J.; PAULA, G.; KUPFER, D. Política Industrial. Em Economia Industrial:

Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil.  
Editora Campos, São Paulo, 2003, pag. 543-  
563. Disponível em:  
<https://www.passeidireto.com/arquivo/2700233/cap-23-david-kupfer-politica-industrial>.

RAMALHO, José Ricardo Garcia Pereira;  
SANTANA, Marco Aurélio. Trabalho e  
desenvolvimento regional: efeitos

sociais da indústria automobilística no Rio de  
Janeiro. Mauad Editora Ltda, 2006.